



# IMPRENSA e EDUCAÇÃO

reflexões

**Organizadoras:**

Maria Isabel Moura Nascimento,  
Claudia Maria Petchak Zanlorenzi  
Carla Michele Ramos Torres

Ponta Grossa, Paraná  
2023

*Texto e Contexto*

EDITORA

© Maria Isabel Moura Nascimento, Claudia Maria Petchak Zanlorenzi e Carla Michele Ramos Torres  
Todos os direitos reservados às autoras

EDIÇÃO: Rosenéia Hauer  
CAPA: Luciana Ramos

E24            Imprensa e Educação: reflexões [livro eletrônico]/ organizado por Maria Isabel Moura Nascimento; Claudia Maria Petchak Zanlorenzi; Carla Michele Ramos Torres. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2023.

173 p., il. E-book PDF Interativo

ISBN: 978-85-94441-96-6

1. Educação 2. Imprensa 3. História da Educação I. Nascimento, Maria Isabel Moura (Org.). II. Zanlorenzi, Claudia Maria Petchak (Org.). III. Torres, Carla Michelle Ramos(Org.). IV. T.

CDD: 371.3

Ficha Catalográfica Elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos  
– CRB9/986

APOIO:



EDIÇÃO:

*Texto e Contexto*

EDITORA

www.textoecontextoeditora.com.br  
contato@textoecontextoeditora.com.br  
(42) 988834226

CONSELHO EDITORIAL:

Presidente:

Dr<sup>a</sup>. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Membros:

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Silvana Oliveira (UEPG)

Doutorando Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dr<sup>a</sup>. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr<sup>a</sup> Leticia Fraga (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Eunice de Moraes (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dr<sup>a</sup>. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr<sup>a</sup>. Clarisse Ismério (URCAMP)

Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Dr<sup>a</sup> Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)



*Aos nossos filhos e netos  
as nossas melhores esperanças*

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	7
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I</b> - Imprensa como fonte de pesquisa para a história da educação .....	12
<b>CAPÍTULO II</b> - Estudo sobre educação na imprensa .....	41
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	165
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	172

# PREFÁCIO

É uma grande honra ser lembrado para apresentar um livro. Isso significa ser leitor privilegiado de um trabalho ainda não divulgado. A tarefa me remete ao início de minha trajetória no mestrado na Universidade Estadual de Campinas, período que tive a oportunidade de conhecer a professora Maria Isabel Moura Nascimento, uma intelectual comprometida com a rigurosidade do trabalho acadêmico. Trata-se de uma tarefa difícil de cumprir a de dar a conhecer uma obra que, não precisa ser apresentada dado o seu valor que o leitor há de reconhecer. É difícil encontrar palavras quando todas já estão colocadas de forma rigorosa e clara aos leitores.

**O livro é fruto de estudos do grupo Histdebr - Campos Gerais, especificamente a compilação de textos que tratam da imprensa e educação.** Ao utilizarem a imprensa como fonte de pesquisa, as professoras Maria Isabel Moura Nascimento, Claudia Maria Petchak Zanlorenzi e Carla Michele Ramos Torres apresentam uma contribuição importante para a compreensão de que os processos históricos são mediados e constituem-se como parte de uma totalidade marcada por uma sociedade dividida em classes antagônicas.

Utilizar-se de outras fontes para além daqueles presentes no ambiente escolar é um recurso que auxilia no entendimento dos debates e projetos educacionais em disputa, além de oferecer contribuições para a compreensão do contexto histórico em que ocorrem esses fenômenos que não se separam da história da educação. Nesse aspecto, a obra oferece subsídios para graduandos, professores e pesquisadores da área no trato metodológico com as fontes e para o fortalecimento das pesquisas futuras e andamento.

**Em um primeiro momento,** ao tratar das fontes, as professoras Maria Isabel Moura Nascimento, Claudia Maria Petchak

Zanlorenzi e Carla Michele Ramos Torres consideram sua importância para a compreensão do objeto, o que não significa tomá-las como expressão da verdade ou que as mesmas possam ser resumidas ao universo escolar que não se descola da totalidade de uma determinada realidade social.

Tomar a imprensa como fonte de análise, assim como qualquer outra fonte de pesquisa, requer um exame rigoroso do material e a compreensão de seus determinantes. Isso significa confrontá-las, analisar o contexto de sua produção e, no caso da imprensa, a quem se dirigia, os interesses envolvidos etc. Assim procedendo, as pesquisadoras apresentam seu compromisso com o rigor metodológico na análise das condições materiais e das contradições que atravessam a educação em uma sociedade de classes.

Considerando os caminhos metodológicos de uma pesquisa as autoras enfatizam, em segundo momento, a necessidade de levantamento sobre o **estado de conhecimento** (estado da arte) que se refere a identificação, registro, categorização e síntese sobre a produção científica sobre o objeto em estudo, identificando as convergências e divergências, os aportes teóricos e as possíveis lacunas das pesquisas realizadas até o momento.

Para ilustrar a proposta, encontramos no texto um minucioso levantamento do Estado do conhecimento que identificou, a partir de determinados indexadores, “teses e dissertações utilizam a imprensa, especificamente os periódicos educacionais”. Nesta análise, apresentam a importância de avaliar a construção da produção acadêmica, a perspectiva teórica adotada, os recortes do autor, etc. Dessa forma, a partir do levantamento prévio do que foi pesquisado o pesquisador poderá a partir do conhecimento já produzido acrescentar ou mesmo oferecer uma nova análise que contribua para a compreensão do tema estudado.

Em um **terceiro momento**, as autoras preconizam a importância da contextualização das fontes em sua historicidade, ou seja, o contexto que foram produzidas, os interesses envolvi-

dos, etc. Nesse aspecto, a imprensa, assim como qualquer outra fonte, não se explica por si mesma, mas deve ser compreendida como expressão da produção humana a partir de determinados problemas colocados na produção da existência.

Nesse aspecto, cabe ao pesquisador desvelar o caráter da fonte, como por exemplo, a origem do periódico, a quem se dirigia, os objetivos proclamados e os implícitos, local de publicação, além de outros elementos que auxiliam na compreensão dos interesses envolvidos. Em síntese, cabe ao pesquisador produzir por meio de suas análises as categorias apropriadas para a compreensão do fenômeno estudado como expressão das relações produzidas pelos homens.

Em seu segundo capítulo, **Estudo sobre educação na imprensa**, as professoras Maria Isabel e Claudia Maria Petchak Zanlorenzi e Carla Michele Ramos Torres trazem a lume a pesquisa e análises do estudo sobre a alfabetização presentes na revista “O Ensino-PR” no período de 1922-1924.

O estudo apresentado justifica-se se considerarmos os 134 anos da República e as condições precárias de milhões de brasileiros, incluindo as condições materiais de existência das milhares de escolas destinadas aos filhos da classe trabalhadora, a discussão sobre a educação nas décadas iniciais da república brasileira é necessária e atual. Nesse sentido, ainda que tenhamos avançado ao longo do século XX, as propostas da educação como salvação nacional não foram capazes de solucionar sequer o problema do analfabetismo em nossas terras.

No Paraná, as autoras destacam a revista “O Ensino” (1922-1924), que apresentava como finalidade a veiculação dos atos oficiais, práticas educativas e modelo educacional em conexão com os interesses materiais das classes dominantes. Cabe destacar que a imprensa e a educação se constituíram como espaços de legitimação dos interesses burgueses, escamoteando os interesses de classe em nome dos interesses da nação.



A preocupação proclamada com a alfabetização do “povo” era apresentada nas páginas da revista como expressão da redenção nacional. Porém, isso não significou que os empreendimentos na área educacional tenham se efetivado na erradicação do analfabetismo ou na construção de uma república democrática do ponto de vista dos trabalhadores. Isto posto, a análise da revista Nas páginas do periódico é possível identificar os artifícios utilizados em defesa das reformas educacionais propostas pela Inspeção de Ensino do Estado do Paraná que não rompiam com a histórica dualidade educacional presente em nossas terras.

Por fim, o livro **IMPrensa E Educação: reflexões** provoca o leitor a pensar sobre a pesquisa e também sobre a historicidade da educação escolar e suas possibilidades de rupturas. Sua importância é inestimável, principalmente para uma leitura comprometida com a educação pública e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA GOMES  
Universidade Estadual de Maringá

# APRESENTAÇÃO

A presente obra retrata muito mais que escritos de artigos, frutos de pesquisas, como também o tempo dedicado à educação, especialmente, à sua história.

Com o mesmo objetivo de desvelar as folhas de jornais e revistas e a finalidade de ir além da aparência em um material ideológico, as pesquisas que realizamos com a imprensa nos mantém atentas e por vezes indignadas, e quem sabe incomodadas, com as permanências e contradições da sociedade.

Foram anos dedicados ao virar páginas de fontes, que na superfície aparentavam apenas letras, impressas em folhas com tintas, mas no mirante do materialismo histórico evidenciavam o compromisso assumido com as categorias mediação, totalidade e contradição, que por vezes, no esconde - esconde da intencionalidade das palavras, eram reveladas após muitas reflexões históricas e contextuais.

Com o intuito de socializar e o compromisso e reponsabilidade de divulgação de pesquisas, reunimos nessa obra artigos frutos das teses e dissertações, provenientes dos

vários encontros de debates, embates e reflexões do grupo HISTEDBR- Campos Gerais-PR.

Muito embora, os escritos apresentem os aspectos teóricos que permeiam a pesquisa, o livro impresso também acompanha os anos da nossa cumplicidade como pesquisadoras.

Boa leitura!

As autoras

**CAPÍTULO I**

**IMPrensa COMO FONTE DE PESQUISA PARA A  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Os estudos em história da educação que utilizam a imprensa<sup>1</sup> como fonte primária ou secundária vêm expandindo significativamente no interior dos grupos de pesquisas e contribuindo sobremaneira para a compreensão que os processos históricos são mediados e fazem parte de uma totalidade. Utilizar-se de outras fontes que não especificamente as do contexto escolar auxilia na apreensão das permanências e rupturas dos processos educacionais atuais, pois apontam os debates e a ressonância dos mesmos do contexto social, dando subsídios para o entendimento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Neste sentido, o presente capítulo tem por objetivo apresentar uma proposta de análise da imprensa como fonte de pesquisa para a história da educação. Para tanto primeiramente serão feitos apontamentos sobre a imprensa como fonte de pesquisa e na sequência uma proposição para a sua análise. É importante salientar que esta proposta não é engessada e linear, mas um caminho para auxiliar na pesquisa tendo como fonte de pesquisa a imprensa.

## **Primeiro momento: fontes para os estudos sobre a história da educação**

Compreender os processos históricos que permeiam a educação e as contradições que constituem estes processos não se resume às explicações positivistas de causas e efeitos, mas sim à possibilidade de verificar as mediações presentes na totalidade. Neste sentido sim, é possível analisar a forma como são estabelecidas as relações entre os sujeitos, permeadas pelas relações de produção, sendo que a educação é reflexo destas relações.

---

1. No contexto das produções brasileiras que versam sobre impressos educacionais, cabe destacar os textos de Bastos (2002); Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002); Catanie Bastos (1997); Luca (2008); Nascimento, Zanlorenze, Leal(2020); Overné (2015); Periotto (2013); Vidal e Faria Filho (2003); Zanlorenzi (2014); Nascimento, Zanlorenzi e Leal(2023).

Assim, para o estudo da história da educação é primordial verificar as questões econômicas, sociais, culturais e políticas do contexto, que se influenciam mutuamente, e principalmente a ideologia que as mantém, direcionando as instituições que fazem parte da sociedade, como por exemplo, a escola.

Local onde se materializa o processo de ensino, ou melhor, o trabalho não material (SAVIANI, 2012, p. 12) e seu produto, a escola é o campo em excelência para as pesquisas históricas. O estudo das instituições escolares tem se caracterizado como promissor, uma vez que conta com inúmeras fontes que possibilitam pesquisas empíricas: desde os materiais pedagógicos até a arquitetura, além das narrativas utilizadas principalmente pela perspectiva da História Cultural.

Neste processo empírico de produção de conhecimento, é primordial o posicionamento teórico e metodológico do pesquisador, ou seja, “[...] do mirante de onde olha e este lhe dá o seu alcance e o seu limite. Mirantes teóricos mais elevados viabilizam um olhar sobre horizontes mais distantes” (SANFELICE, 2005, p. 85). Independente do aporte teórico, é primordial o fortalecimento das pesquisas em história da educação, a fim de demonstrar que estudos que tratam dos sujeitos, seja qual for a área, são estudos históricos, pois a práxis é uma produção histórica.

Atualmente, além da análise da cultura escolar com suas fontes específicas – ambientes e práticas, instrução formalizada –, verificam-se proeminências nas pesquisas em utilizar outras fontes que não relacionadas diretamente com o processo educativo, a depender do objeto de estudo, mas que se tangenciam, ampliando o campo de pesquisa, superando os enfoques cartesianos e a lógica formal, impulsionando para novos procedimentos metodológicos.

Campo de discussões teóricas e metodológicas, estas pesquisas têm se constituído em ambientes que ultrapassam os muros dos espaços institucionalizados, ou seja, utilizando outras



formas de fontes, bem como novas formas de inquiri-los, ocasionando a ressignificação do conceito de documento.

A riqueza do diálogo das fontes com as teorias é, portanto, a possibilidade de além de problematizar a ambas, alterar as representações que temos não só delas, mas também da própria pesquisa histórica. É evidente que tais representações não são apenas criações do espírito, mas produtos da mentalidade de uma certa época, de certas categorias sociais e determinados grupos (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 32).

Tratar sobre fonte é considerar que não há uma hierarquização entre o material que irá compor a pesquisa, ou melhor, que há fontes que supõem maior credibilidade, ou ainda, que para pesquisa em educação, as fontes devem ser necessariamente do contexto escolar. Diante do exposto, faz-se necessário refletir sobre o termo fonte, que pressupõe várias acepções.

Primeiramente, fonte vem do latim *fontis*, que significa nascente de água, chafariz (CUNHA, 1986, p. 364). Discutindo os termos que compõe o seu significado, fonte como nascente, reporta-se como origem, causa e fundamento. Como fundamento, é característica daquilo que fundamenta a informação, opinião, estudo, “[...] o ponto de partida da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (SAVIANI, 2004, p. 05).

Caso seja considerado o termo fonte como origem, as pesquisas em história da educação que se utilizam das fontes específicas do contexto escolar seriam mais adequadas às reflexões das considerações assertivas e conclusivas. Sendo assim, o universo escolar por si só daria conta das problemáticas que a educação carrega até os dias atuais. Porém, caso se considere a educação como parte de uma totalidade, sendo ela também uma própria totalidade e reflexo do modo de produção, ultrapassar os muros escolares possibilita verificar as contradições que envolvem a so-

cidade e assim um alargamento do que é fonte para a história da educação, bem como “[...] preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitui novos problemas, novos objetos, novas abordagens” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 30).

Neste sentido, destaca-se a utilização da grande imprensa, como revistas e jornais, tanto os diários como os de cunho pedagógico, campo em que pode ser analisada a complexidade dos conflitos, dos projetos políticos, das visões de mundo:

[...] a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais. (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 72).

Campo para novas perspectivas de análise dos processos históricos, ao mesmo tempo campo ténue de um paradoxo – defensora da opinião pública e dos fatos reais e expressão tendenciosa de uma ideologia – sobre a égide da imparcialidade, a imprensa se constitui a possibilidade de “[...] visualizar horizontes mais diversificados, como também múltiplas aproximações em relação a estas questões ligadas ao campo educacional” (CARVALHO; ARAÚJO; NETO, 2002, p. 74).

O estudo desta fonte requer a efetiva reflexão de que o material expresso na imprensa é multideterminado, o que requer o cuidado em não somente considerá-lo como veículo das ideias, reflexo da infraestrutura econômica, mas também como possibilidade de um espaço de denúncia e campo de conflito.

Imaginando uma certa realidade para pesquisa, um geógrafo poderia estar interessado com a energia dos alimentos que se movem entre os diferentes componentes da biosfera, um mate-

mático, nas dinâmicas das equações, um economista, talvez, na área de avaliação de políticas públicas, e assim por diante. O que se está querendo marcar é que a realidade, não é só a que é conhecida, pois a realidade é dinâmica, perversa, injusta e desigual. E na investigação científica com a imprensa, precisamos pensar que tudo está além dos nossos olhos, na unidade da diversidade (MARX, 2003), por isso um trabalho científico é contínuo, cujo movimento necessita ser reconstruído pelo historiador.

Com o intuito de apontar uma proposição de pesquisa com a imprensa, é primordial que o pesquisador realize o Estado do Conhecimento, considerado aqui o estudo das teses e dissertações que utilizam a imprensa como fonte primária.

O Estado de Conhecimento (ou estado da arte) é um tipo de pesquisa que visa a um aprofundamento da produção acadêmica sobre uma temática em especial. Esta forma de investigação proporciona um parâmetro sobre a quantidade das pesquisas efetivadas e, mediante esta análise, há a aceitação do objeto, as convergências e divergências, os pressupostos teóricos e as lacunas, bem como as inovações na área e as permanências (NASCIMENTO; ZANLORENZI, 2017, p. 18).

Como possibilidade, o pesquisador pode realizar um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e analisar as pesquisas em relação a sua proposta, bem como observar as potencialidade e fragilidades, o que poderá indicar um caminho para seu próprio trabalho. Na sequência será apresentado um trabalho para ilustrar esse caminho.

## **Segundo momento: estado de conhecimento**

O Estado de conhecimento (ou estado da arte) é uma pesquisa que visa um aprofundamento da produção acadêmica de

uma temática em especial. Essa forma de investigação proporciona um parâmetro sobre a quantidade das pesquisas efetivadas, e a partir dessa análise a aceitação do objeto, as convergências e divergências, os pressupostos teóricos e as lacunas, bem como as inovações na área e as permanências. Outrossim “é identificação, registro, categorização que levem a reflexão e síntes sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses dissertações e livros sobre uma temática específica.” (MOROSINI; KOHLS; BITTENCOURT, 2021, p. 23).

O pressuposto aqui exposto é que a imprensa é uma forma de disseminação da ideologia de uma classe. Para ilustrar apresenta-se um trabalho de Estado de Conhecimento que buscou averiguar quais teses e dissertações utilizam a imprensa, especificamente os periódicos educacionais, para a disseminação da ideologia via formação de professores de caráter homogeneizador, entre 1889 a 1906, momento de consolidação dos ideais republicanos na sociedade brasileira, quando o país iniciava um novo regime com os ideais liberais advindos do sec. XVIII e XIX e que são expressão do capitalismo.

Para se chegar a esse objetivo, primeiramente foi feito um levantamento preliminar de todas as pesquisas que tem a imprensa como fonte primária, independente de qual modalidade, seja jornal ou revista, investigando quais pesquisas, entre 1970 e 2011, estão sendo realizadas sobre a imprensa na história da educação nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, especificamente com periódicos educacionais. A escolha desse recorte temporal do estado do conhecimento deu-se em virtude do período do surgimento das primeiras iniciativas de cursos de pós graduação, nível mestrado e doutorado.<sup>2</sup>

Conforme dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), existia no Brasil, cento

---

2. Data utilizada é referente à época de um trabalho de doutoramento, que iniciou em 2011 e término em 2014.

e treze (113), neste período, programas de pós graduação em Educação. No primeiro levantamento dos trabalhos, averiguou-se que vinte e três universidades, tanto pública como privada, em seus programas de pós-graduação tinha em seus bancos de dados pesquisas que utilizam a imprensa. O objetivo dessa busca inicial foi apenas elencar as pesquisas em história da educação que têm como fonte primária os impressos, o que permitiu verificar a quantidade de estudos, bem como as universidades que têm se dedicado, em seus programas, às pesquisas desse porte.

Desse total, vinte e duas (22) universidades continham trabalhos que se dedicaram a investigar a imprensa e a educação, totalizando cento e trinta e sete (137) teses e dissertações. No período de 1970 a 2011, o número de pesquisas que foram feitas nos programas que priorizam a linha de história da educação são insipientes, em comparação com outras temáticas<sup>3</sup>.

Vale destacar as seguintes universidades que continuam o maior número de pesquisas em história da educação utilizando a imprensa: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Seria válido averiguar os motivos para o interesse na imprensa como fonte primária e nesse sentido algumas conjecturas podem ser feitas: a disponibilidade da fonte em arquivos ao alcance do pesquisador e a sua valorização como objeto de pesquisa no programa e entre os pesquisadores.

A situação da pouca utilização da imprensa em pesquisas demonstra que a imprensa como fonte primária é um fato recente, comprovado também pelo período no qual houve um emprego maior dessa fonte, entre 2006 a 2010. As questões que suscitam desse primeiro apanhado relacionam-se ao número reduzido de pesquisas que utilizam a imprensa e dentro desse aspecto, ao mesmo tempo, o aumento nos anos apontados acima.

---

3. Como exemplo de temática explorada tem-se o texto de Maria Isabel Moura Nascimento (2006) em que faz uma análise de produções que tem por objeto a formação docente no período de 1969 a 2002, totalizando 569 pesquisas.



A validação da imprensa como fonte está relacionada à importância conferida a certas fontes em detrimento de outras, como também na legitimação dos dados contidos nos impressos, em virtude que é expressão do posicionamento dos responsáveis pelo jornal e revista, o que lhe confere, em certa medida, o caráter de subjetividade.

Além da importância ou não lhe dada como fonte primária, outro ponto a ser analisado é a sua significação como documento de expressão ideológica o que está condicionado a que objetivo se propõe a pesquisa. Já muito se discute sobre as relações intrínsecas entre educação e imprensa<sup>4</sup>, todavia o número restringido de estudos demonstra que a mesma é insuficientemente considerada como locus para uma investigação direcionada sobre a ideologia, ou melhor, como uma via para desmascarar as contradições que movimentam as relações sociais e que estão presentes no contexto educacional.

O que se deduz desse fato, é que se considera que para efetivar uma pesquisa em educação, essa deva direcionar seus objetivos para a educação formalizada, com fontes específicas desse universo. Diante do exposto, a imprensa por não fazer parte desse universo, não lhe é dado a credibilidade de fonte legítima, aparecendo muitas vezes como coadjuvante e apenas para ilustrar um fato, sem uma devida reflexão de que a educação é a expressão das questões concretas que convergem das relações sociais e a imprensa é um ótimo documento para verificar tais questões, dado ser expressão do cotidiano.

O esclarecimento dessa situação também pode ser examinado ao se observar que do total desses trabalhos sessenta (60) teses e dissertações tinham como objeto de estudo, revistas periódicas direcionadas a um público alvo: os profissionais de educação. Os demais são para jornais populares de circulação diária, entidades religiosas ou direcionadas ao público infantil ou feminino.

---

4. Para saber mais Schelbauer; Araújo (2007), Catani: Bastos (2002).

O número de pesquisas com periódicos educacionais, que são impressos diretamente relacionados ao universo educacional e não se desvinculam desse, ao mesmo tempo em que apontam para a problemática acima citada - a imprensa como coadjuvante, haja vista que em seu conteúdo são abordados temas sobre a educação diferente da imprensa popular - também sugerem numa mudança nas investigações e no foco sobre a história da educação, ultrapassando o ambiente estritamente escolar.

Esse material, apesar de ser específico e direcionado ao público docente, circula na sociedade expressando uma ideologia a partir da veiculação de conceitos, teorias, metodologias, entre outros, submetendo a uma exposição, a uma avaliação e convencimento do repertório. Daí a importância do seu desmonte e do olhar do pesquisador, pois o fato de ser impresso implica na expressão prévia de um ponto de vista que foi aceito por um grupo, principalmente quando são expostas opiniões da própria categoria de trabalho. Essa validação vem acompanhada pela intenção do convencimento, que porventura leva a uma uniformização dando “[...] aos pensamentos a forma de universalidade, representando-os como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos.” (MARX; ENGELS, 1979, p. 57).

Desmembrar de forma consciente todas as questões que envolvem a organização de um periódico educacional e os temas nele veiculados, fornece elementos que ao expor o universo educacional, retratam os interesses que permeiam a sociedade da época pesquisada. Por outro lado, essa intencionalidade homogeneizadora também oportuniza ao público alvo o conhecimento de outras propostas, de crítica às exposições feitas e principalmente no entendimento das contradições que emergem na sociedade. Essa relação entre conformação e superação, faculta ao pesquisador observar nos periódicos educacionais as artimanhas e a formas de sedução que a ideologia assume para a garantia da hegemonia, via materialidade de um modelo pedagógico que evidencia os projetos reservados à educação.

Os primeiros periódicos pedagógicos de caráter nacional tiveram sua consolidação a partir da década de 1880, e do final do século XIX para o início do século XX multiplicaram-se essas edições pedagógicas (CATANI, 1996, p. 123), organizadas em um contexto liberal, no qual a instrução escolar era considerada o caminho para o progresso.

Questões outras podem suscitar uma reflexão sobre esse “moderno” mecanismo de propagação de ideias: se a educação era considerada a panaceia para sociedade recém saída do regime escravocrata, então se fazia necessário atingir um maior contingente de público, angariando mais adeptos da ideologia em vias de consolidação: o liberalismo.

Os periódicos educacionais cumpriram esse papel, principalmente em virtude de que tinham por objetivo a formação docente em um período em que essa formação era escassa, portanto são frutos desse contexto e como tal foram bem utilizados como objeto de uniformização. Entretanto, o número de periódicos também permite refletir se essa atenção especial à instrução era verdadeira.

Com fins pedagógicos e uma clientela específica, os periódicos educacionais eram mantidos ou pelo Estado ou pela iniciativa privada - associação de professores e grêmios - sendo esses dependentes de assinaturas e anúncios, fato o qual se pode atrelar às seguintes questões: a efemeridade da vida dessas revistas, a quem interessava, o espaço publicitário e ao próprio descaso com o ensino e a formação docente.

Das cinquenta e oito teses e dissertações que analisaram revistas educacionais, cinco (5) tinham como recorte temporal os primeiros anos da república no Brasil, mais especificamente o início do século XX, época na qual as ideias liberais tomavam forma no país.

Palco de vários debates, o início da república é um período que possibilita compreender as várias formas utilizadas para a manutenção da ideologia e quais seriam os símbolos para a le-

gitimação desse ideário, tanto os direcionados àqueles que não eram alfabetizados<sup>5</sup>, como por exemplo, os panteões em praças públicas, como àqueles que tinham acesso aos impressos. Desvendar esse ideário, via revistas educacionais, constitui-se uma pesquisa com vistas a refletir sobre o liberalismo como “[...] expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista” (WARDE, 1984, p. 26) e as formas como foi se assumindo ao longo dos tempos, conforme a estruturação do capitalismo nas diferentes formações sociais.

As pesquisas feitas com o objetivo de utilizar o recorte teórico os anos iniciais da república (1889- 1910), tendo como fonte primária as revistas educacionais são: a tese Educadores a meia-luz (um estudo sobre a revista de ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo: 1902-1918), de Denice Bárbara Catani, defendida pela Universidade de São Paulo, em 1989; pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Marília), a dissertação A Eschola Publica: (1893-1897) um estudo da pedagogia paulista no século XIX, de Adriana Aparecida Pinto, em 2001; Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da associação beneficente do professorado público de SP (1902 - 1918), dissertação de mestrado, defendida na Universidade de São Paulo, por Maria Cristina Perez Vilas, em 2003; de Ana Lúcia Cunha Fernandes a tese de doutorado.

A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: Revistas Pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX, defendida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2004 e por fim Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910), de Caroline Baron Marach, dissertação de mestrado defendida em 2007, pela Universidade Federal do Paraná.

---

5. A Taxa de analfabetos em 1890 era de 85%, para 75% em 1900. RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1982.

Das pesquisas supracitadas, teve-se acesso às seguintes: *Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico a escola (1906-1910)*; *A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: Revistas Pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX*, e livro *Educadores a meia-luz (um estudo sobre a revista de ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo: 1902-1918)*<sup>11</sup>, publicado em 2003.

Ao analisar essas pesquisas, não se teve como pretensão fazer uma historiografia ou uma descrição de dados, portanto não serão feitas exposições extensivas do conteúdo dos trabalhos e sim reflexões sobre quais delas analisam a imprensa vinculada à ideologia liberal, no início da república, conforme já foi exposto no início desse trabalho.

A dissertação de Caroline Baron Marach utiliza como fonte primária a revista “A Escola”, feita por professores do Grêmio de Professores Públicos do Paraná, entre 1906 a 1910, em Curitiba. Fundamentando-se em autores como Benjamin (1994; 1989; 1986; 1975), Nóvoa (1997), Ricouer (1997) Moscateli (2003), buscou compreender “[...] as motivações desses colaboradores em escrever para o professorado paranaense e, principalmente, entender em que medida constituíram um grupo, reunido em torno de projetos e discursos que se tangenciavam” (MARACH, 2007, p. 12), e de um contexto linguístico específico, como por exemplo a ideia de modernidade.

A pesquisadora investiga por meio da linguagem dos escritores da revista, denominando-os de “educacionistas” e elite letrada da capital do Paraná, considerando-os intelectuais, o que permite inserir a pesquisa nessa categoria. Já na introdução comprova porque essa inclusão dos mesmos na categoria dos intelectuais, tendo como base três características:

[...] a assunção, por esses escritores, da missão de guiar a nação rumo ao progresso e ao desenvolvimento socioe-

conômico [...]; previam que, por meio da instância educacional, atingir-se-ia o progresso almejado para o país [...]; o estabelecimento de laços identitários evidenciados na criação de regras próprias de conduta, de instituições culturais, de veículos de divulgação de idéias e de projetos compartilhados. (MARACH, 2007, p. 20-21).

Em sua dissertação, a autora em vários momentos aponta a relação entre os intelectuais e o contato com as ideias liberais fora da capital paranaense e a influência dessas em suas trajetórias como educadores e literatos. Seu estudo, rico em informações sobre o periódico, pode servir de base para pesquisas futuras sobre a revista analisada, a história da educação brasileira e a ressonância no estado do Paraná. O destaque do seu trabalho é a forma como investiga o “léxico político” comum desse grupo de intelectuais, aos quais indicam suas posições convergentes e os motivos para organizarem uma revista aos professores.

Como trata dos intelectuais que se destacavam nesse período na capital paranaense, apresenta dados biográficos preponderantes sobre os mesmos, suas obras além dos escritos da revista, a ousadia dos mesmos e as relações com o aparelho administrativo do Estado. Esse último item, em específico, fornece elementos para uma discussão sobre a ideologia liberal e a formação do estado republicano, o qual poderia ter um aprofundamento.

Seguindo o mesmo recorte temporal, final do século XIX e início do século XX, destacamos a tese de Ana Lúcia Cunha Fernandes sob o título “A santa causa da instrução” e o “progredimento da humanidade” Revistas Pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2004.

Fundamentando-se na História Cultural, tendo como autores Antonio Nóvoa, Marta Chagas de Carvalho, Roger Chartier, a pesquisadora utiliza o recorte temporal no final do século XIX, justificando que “[...] situaria nesse período o início da construção

de um discurso educacional especializado [...]” (FERNANDES, 2004, p. 13), argumentando esse ser fruto da “[...] consolidação das ciências sociais e humanas e da emergência do modelo da escola de massas.” (FERNANDES, 2004, p. 13). Seu trabalho é “[...] uma investigação sobre a gênese e o desenvolvimento do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal, em finais do século XIX, visto através de revistas pedagógicas dos dois países” (FERNANDES, 2004, p. 13) e de que forma o mesmo se legitimou.

As revistas analisadas de forma comparada foram a Revista Pedagógica do Brasil e a Revista de Educação e Ensino de Portugal, aquela entre 1890 e 1896, e essa publicada, entre 1886 e 1900. A revista brasileira fazia parte Pedagogium do Museu Escolar do Distrito Federal, um órgão do governo, um projeto de “[...] implantação e desenvolvimento da educação nacional posto em prática a partir da implantação da República, em 1889.” (FERNANDES, 2004, p. 45).

A finalidade de tal revista era formação docente tendo como parâmetro a modernidade e a importância dos procedimentos científicos inseridos nesse parâmetro. Já a revista da Educação e Ensino de Portugal era de iniciativa privada tendo por finalidade dedicar um espaço às “[...] questões sobre a análise da importância da educação e de sua respectiva influência na evolução social” (FERNANDES, 2004, p. 47), que abre um espaço bem interessante para um estudo comparado que como afirma a autora, “[...] procura-se também superar as abordagens muito centradas no interior das histórias nacionais, buscando situá-las no contexto da ocorrência de fenômenos transnacionais.” (FERNANDES, 2004, p. 133).

A pesquisadora ao fazer esse estudo comparado defende como tese que:

[...] as Revistas Pedagógicas desempenharam um papel fundamental tanto na circulação quanto na produção de saberes (teorias, mas também idéias, modelos, práticas, experiências, etc.) ligados à educação e, conseqüente-



mente, na progressiva constituição de um campo disciplinar, no caso, o pedagógico, por meio da veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado. (FERNANDES, 2004, p. 47).

A tese da autora vai se delineando durante o trabalho como, por exemplo, quando dá destaque ao editorial, ou “[...] elementos da propaganda científica” (FERNANDES, 2004, p. 50), que mesmo sendo irregulares, refletem um posicionamento, os objetivos e interesse vinculados a uma ideologia: um discurso em educação portador de uma ideia de progresso. (FERNANDES, 2004, p. 55). Na análise do editorial das duas revistas, a autora elenca pontos de convergência entre as mesmas: a divulgação científica, publicação estrangeiras como modelo, público alvo professores, pretensão de formação docente. (FERNANDES, 2004, p. 51).

Outro ponto que a autora apresenta, quando analisa a escrita dos autores veiculados na revista e sua periodicidade, é a máxima da base da pedagogia como “ciência e arte de educar” apresentado pelas revistas e as reformas, metodologias, instruções que se delineiam a partir dessa insígnia e a proximidade com a Escola Nova, destacando a ideia errônea de que “[...] as formulações inovadoras teriam aparecido somente com os autores da Educação Nova”, o que na verdade já estavam em cerne no surgimento da pedagogia. (FERNANDES, 2004, p. 186).

Conclui o trabalho comentando a importância de duas situações de sua tese: a metodologia utilizada, ou seja, o estudo comparado entre duas revistas rompendo “[...] com a ênfase exclusiva na dimensão nacional” (FERNANDES, 2004, p. 206) e o conteúdo veiculado nas duas revistas (FERNANDES, 2004, p. 207), sendo uma revista de cunho oficial e outra privada.

Utilizando uma revista pedagógica, editada inicialmente pela Tipografia Hennies & Winninger, em São Paulo, como objeto de pesquisa no período inicial da república, destaca-se a dissertação de Adriana Aparecida Pinto sob o título A Escola Publica: (1893-1897) Um estudo da Pedagogia Paulista no século



XIX, defendida em junho de 2001, pela Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP- Campus Marília.

A autora assinala, após leituras, que essa revista “[...] pode ser considerada a primeira publicação periódica pedagógica do Estado de São Paulo no período republicano” (PINTO, 2001, p. 15) e modelo para outros periódicos, fato que já atesta a importância desse trabalho em questão, haja vista que o estado de São Paulo era considerado modelo aos demais estados da federação, principalmente no que se refere à educação.

O periódico era editado pela primeira geração de formados da Escola Normal da capital, a saber: Oscar Thompsom, Benedicto Tolosa e Antonio Rodrigues Alves Pereira, que também desempenhavam funções na instrução pública como diretores e inspetores, fato que demonstra a relação próxima com o Estado, bem como condiciona seus posicionamentos. A revista “A Eschola”, como relata a autora, teve duas fases: a primeira entre os anos de 1893-1894 e a segunda fase deu-se entre os anos de 1896-1897, com outro estilo tipográfico e arrojado para época: formato de livro.

As convicções dos editores podem ser analisadas nos comentários dos editoriais, que ao darem voz a seus ideais “[...] reservavam-se o direito de tecer comentário sobre a estrutura político administrativa do Estado de São Paulo, enfocando questões referentes à instrução pública” (PINTO, 2001, p. 36), sobretudo o embasamento em Pestalozzi, a partir do convencimento na adoção do método intuitivo por parte dos professores, como forma de atender às necessidades de um sistema educacional em fase de implantação.

Tendo como referencial teórico Bastos (1997), Catani (1989), Caspard (1997), Gondra (1996) e Nóvoa (1997), a autora comenta que o seu trabalho tem a “[...] intenção de contribuir para o alargamento e compreensão de uma determinada fonte em história da educação” (2001, p. 19), trazendo essa publicação para o

“[...] campo dos debates e questões atuais, mediante sobretudo estudo da visão político – ideológica de seu conselho editorial, colaboradores e das orientações de natureza didático-metodológica.” (PINTO, 2001, p. 21).

As questões que permeiam seu trabalho dizem respeito aos seguintes itens: a busca pelos educadores editores da revista na elaboração de uma pedagogia paulista; revisitando uma prática de sucesso (segunda fase da revista); a revista enquanto manual de ensino para a formação de professores e fonte de consolidação de um método de ensino e o projeto editorial de A Eschola: três momentos de um mesmo tempo. O estudo dessas temáticas, que aborda nos capítulos fazendo um estudo detalhado da revista e dos assuntos tratados, possibilita uma síntese apurada dos temas explorados e dos autores.

Conclui que o estudo desse periódico contribuiu com informações “[...] que integram o quadro de referências de produções acadêmicas e científicas da área de história da educação.” (PINTO, 2001, p. 113). Aborda que a revista foi um instrumento de solidificação das ideias e práticas corroboradas pelos editores e aponta a ausência de uma seção de leitores, o que demonstra que a imprensa foi amplamente utilizada para a disseminação dos ideais do grupo e mais amplamente os ideais republicanos, permeados pela ideologia liberal. Todavia, a autora não se reporta a esse objeto e a relação com a ideologia especificamente, porém a forma como trata o periódico confirma tal situação implícita.

Marco das pesquisas que utilizam a imprensa periódica como objeto de estudo, Denice Bárbara Catani, em 1989, defende a sua tese de doutorado sob o título Educadores à meia – luz: um estudo sobre a Revista Ensino da Associação Beneficente do professorado Público de São Paulo ( 1902-1918), na qual suas observações “[...] destinam-se a situar o aparecimento e o ciclo de vida da Revista de Ensino (1902-1918) e da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo [...]” (CATANI, 2003, p. 15).

Pautando-se nesses objetivos, faz a análise do periódico educacional paulista supracitado dividindo-o em três fases: À sombra do poder: a Revista de Ensino sem a subvenção oficial (1905-1910); Educadores à meia luz: a Revista de Ensino sem a subvenção oficial (1905-1910) e À luz do poder: a Revista de Ensino “sob a imediata orientação” da diretoria geral de instrução pública (1911-1918), além de inicialmente no primeiro capítulo abordar sobre a Associação Beneficente.

Denice Bárbara Catani pretende alertar para que se “[...] reavalie o lugar ‘menor’ que tem sido atribuído ao período [...]” (CATANI, 2003, p. 219), correspondente à primeira década do século XX e que “[...] os estudos têm relegado a um plano secundário.” (CATANI, 2003, p. 219). Esse objetivo da autora chama atenção, pois diante da pesquisa que aqui se apresenta das produções que utilizam a imprensa de 1970 a 2011, apenas as descritas acima são desse período.

A autora fundamenta-se em Jorge Nagle (2004) quando alerta que “[...] depois dos anos iniciais do regime republicano instala-se um clima de modo geral alheado de discussões vigorosas e de plano inovadores. Os quinze primeiros anos deste século são marcados por um comportamento desalentador [...]” (NAGLE, 2004, p. 262).

O estudo da pesquisadora então pretende indagar “[...] sobre o significado desse ‘alheamento’ ou dessa preocupação ‘exclusivamente voltada para questões técnicas’ (CATANI, 2003, p. 17), constatando um movimento pouco semelhante no exame de estudos de história da educação que “Embora sejam quase unânimes ao constatar a ocorrência do ‘surto de entusiasmo’, fala-se do momento imediatamente posterior como de um tempo de desânimo, desilusões e frustrações, ao qual apenas os anos vinte vieram colocar um termo.” (CATANI, 2003, p. 16).

Tecendo comentário sobre o “ciclo de vida” da Revista Ensino, utilizando metáforas nos títulos dos seus capítulos, emprega como categoria de pesquisa o poder estadual e a partir

desse as temáticas mais proeminentes em cada período, baseando para a análise do objeto os estudos de Pierre Bourdieu<sup>14</sup>.

Na primeira fase, entre 1902 e 1904, a revista teve duas funções: “[...] a de orientadora (veículo de sugestões pedagógicas e dos métodos de ensino adequados à realidade das escolas públicas) e a de defensora (porta-voz das necessidades e direitos docentes” (CATANI, 2003, p. 93), a primeira baseada na recuperação dos tempos áureos dos anos iniciais da República e a segunda cumprindo a função da Associação que se propunha a defender o grupo profissional, nos seus direitos, financeiramente, na saúde e juridicamente. Nesse período, a revista era impressa na tipografia do Diário Oficial, mantida pelo Estado, todavia ressalva “[...] inteira independência de idéias, e cada qual poderá emitir com a máxima franqueza e liberdade as suas opiniões.” (REVISTA ENSINO apud CATANI, 2003, p. 72).

A segunda fase de 1905 a 1910 é o período de mais radicalização das opiniões, na qual “Ao deixar de receber a subvenção oficial, a Revista de Ensino inicia um período em que as críticas à situação das escolas públicas são mis violentas.” (CATANI, 2003, p. 108).

É período em que é comparada com a revista “Escola Pública”, contemporânea, porém com um perfil mais pedagógico. E por fim, a terceira fase, de junho de 1911 a dezembro de 1918, quando é editado o último volume do periódico. Esse momento pode ser considerado como “[...] uma expressão da derrota do projeto da Associação do Professorado e da ascensão da Diretoria Geral de Ensino, no que tange às pretensões de orientação e representação dos interesses do pessoal do magistério.” (CATANI, 2003, p. 179). A revista assume o tom mais pragmático, com artigos que tratam de orientações metodológicas com temas mais “[...] consagrados sobre ensino: higiene, moral e civismo, disciplina e métodos seriam os principais.” (CATANI, 2003, p. 189).

Haja vista que a autora se propõe a abordar sobre o “ciclo da vida” do periódico, sua análise histórica constitui-se, sem som-

bra de dúvidas, parâmetro para as demais pesquisas que foram produzidas em diante.

Observa-se a similaridade entre esse trabalho e de Caroline Baron Marach no que concerne na análise dos periódicos. Teriam os educadores paranaenses se baseados no periódico paulista? Evidências históricas permitem afirmar que havia influência, dado que o Estado de São Paulo era um marco tanto no que diz respeito aos aspectos econômicos, haja vista a produção cafeeira, como conseqüentemente o modelo para a instrução pública e os ideais republicanos de educação sob a responsabilidade do Estado. Marach afirma em sua pesquisa que os editores da revista “A Escola” estudaram na capital paulista, fato que sustenta tal afirmação e explica os pontos convergentes entre as pesquisas.

Pode-se a partir da análise dessas pesquisas acima abordadas, pontuar aspectos convergentes e que poderão incitar futuras pesquisas, por exemplo, o trabalho de Caroline Marach e de Denice Catani, fazendo um comparativo, dado que as duas revistas analisadas passam por fases de subvenção e corte do poder do Estado, analisando o teor das matérias e o posicionamento dos educadores frente à revista que ambos os casos também eram funcionários do governo. Nessa mesma linha de comparação, o trabalho de Adriana Aparecida Pinto em comparação com de Denice Catani, em virtude de que em certo ponto do ciclo de vida da Revista de Ensino, foi proposta seguir a mesma linha da revista A Escola Pública.

Após essa análise geral das pesquisas estudadas para que o estudo não se inscreva apenas na análise descritiva e a guisa de conclusão percebem-se os seguintes pontos que se podem considerar como lacunares:

- não houve nas mesmas expressamente o objetivo de se investigar a ideologia presente no contexto histórico e nesse caso um aprofundamento do liberalismo e os reflexos na educação, principalmente quando são disseminados métodos e orientações

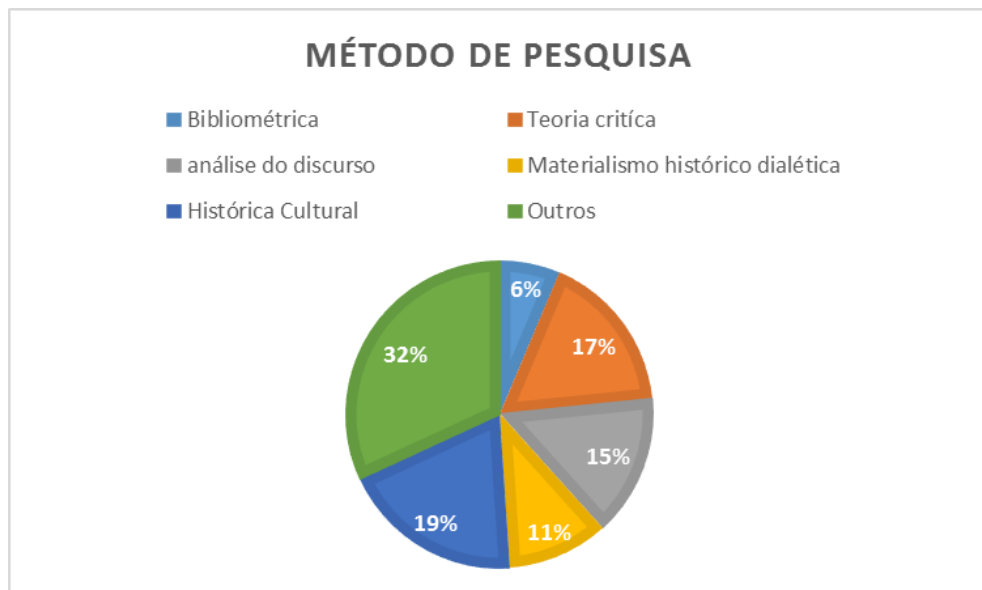
pedagógicas como forma de universalização e homogeneidade, via o preceito de igualdade;

- o método de análise, conforme os autores utilizados em sua maior parte e quando explicitados, se fundamenta na História Cultural, não havendo um estudo mais profundo das contradições existentes na época e que influenciavam sob medida a educação, o que pressupõe da necessidade de estudos que propõe a estudar esse período, início do século XX a fim de desmistificar a visão de alheamento do período expresso por Jorge Nagle ao se reportar aos anos iniciais do século, todavia a iniciativa de impressão desses periódicos já se constitui ao contrário.

Outro exemplo, a partir dos indexadores: revista, história da educação, no recorte teórico de 2007 a 2017, verificou-se que neste período há quarenta e sete (47) pesquisas entre teses e dissertações, de diversos programas de pós-graduação em educação, que tratam da história da educação a partir das revistas educacionais como fontes. Com este esboço, observa-se que a utilização da imprensa cresceu de forma significativa, porém os trabalhos em história da educação que se dedicam a estudar as revistas de cunho educacional ainda são em número restrito.

Analisando o método de investigação das pesquisas acima apresentadas, observou-se que grande parte tem a História Cultural como embasamento teórico, conforme apresentado na figura 1 abaixo:

Figura 1 - Gráfico com métodos de pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Além do número de pesquisas que utilizam as revistas como fonte, o aporte metodológico também é uma questão a qual informação deve ser dada a devida atenção. Uma fragilidade que suscitou desta verificação é que uma porcentagem de pesquisas que não se posicionam em relação ao método, e somente apresentam o procedimento metodológico em relação ao tratamento da fonte. Todo trabalho de pesquisa deve contribuir para a problematização da sociedade nos seus diversos campos, porém descrever o fato sem uma devida atenção para as multideterminações do objeto pesquisado caracteriza-se tão somente como ilustração, contribuindo assim para manutenção do status quo, uma vez que não há questionamentos sobre a realidade.

Tendo como parâmetro as pesquisas que utilizam a imprensa, o pesquisador, na sequência, realiza o estudo da fonte que será utilizada. A importância de estudar o material de forma a não apenas conhecê-lo nos seus aspectos objetivos aponta para a compreensão que esta fonte está inserida numa sociedade, fruto de um modo como os homens produzem sua vida.

## Terceiro momento: contextualização da fonte primária

Para a periodização do estudo, o estado do conhecimento poderá colaborar para que se perceba qual o período histórico, se a pesquisa já foi trabalhada ou não e de que forma abordá-la. O pesquisador poderá estudar períodos mais recentes ou não, o importante é estar em consonância com o pressuposto adotado na pesquisa.

Neste sentido, o pesquisador deve compreender que o seu objeto está inserido num contexto histórico e que deve ser analisado, principalmente porque este se apresenta de forma caótica (síncrese), ou melhor, “[...] captado numa visão caótica, isto é, não se tem clareza do modo como ele é constituído. Aparece, pois, sob a forma de um todo confuso, portanto, como um problema que precisa ser resolvido.” (SAVIANI, 2007, p. 16).

Faz-se necessário contextualizar o periódico nos seus aspectos históricos com a análise do contexto em que o mesmo foi produzido, ou seja, as questões sociais, econômicas e políticas no período de sua publicação. Independente se o mesmo era um jornal local, de grande circulação, ou um periódico específico, como o educacional, é primordial compreender as relações que permeavam esta sociedade na totalidade de relações que a determina, sejam elas de nível econômico, social, cultural, e em suas contradições e mediações.

O conhecimento do modo de produção vigente ou no período da pesquisa demonstra como se organizam as relações na sociedade. Todavia é primordial a apreensão de que a “[...] a realidade não se dá a conhecer imediatamente. Ela, por ser complexa, intrincada, apresenta múltiplas facetas [...]”. (IANNI, 2011, p. 397). Diante disso, a fonte deve ser considerada como histórica e não deve prender-se nos seus aspectos aparentes, na sua imediatez, e sim, questionar e analisar de onde este objeto se compõe. Outrossim, é necessário historicizar o objeto pesquisado e



articular as particularidades com a totalidade e o movimento apreendido desta relação dialética.

Destaca-se a necessidade da racionalidade na análise deste material. Por tanto, “[...] a observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93). Sendo assim, considerados os aspectos históricos, em seguida o pesquisador irá verificar os aspectos formais e materiais do periódico. Neste sentido, destacam-se os seguintes apontamentos: origem do jornal (local de publicação; data da fundação); proprietários e diretores do jornal (vínculos políticos- ideológicos); proposta do mesmo (a proposta de temática principal, a posicionamento do editorial, as temáticas proeminentes, principais campanhas encampadas pelo jornal); corpo de redação do jornal (editorialista e articulistas; vínculos com o objetivo do periódico) (ZICMAN, 1985).

Feito este estudo, na sequência, o pesquisador aponta os aspectos formais da fonte pesquisada, ou seja, nome (elemento de reconhecimento e de identificação do jornal), qualidade do jornal, formato, número de páginas, tipografia: tamanho, tipo de impressão, ilustrações (fotos, desenhos, caricaturas, gráficos, etc.), composição (organização e distribuição das colunas e seções: disposição dos textos, títulos e ilustrações no interior das páginas do jornal), sistema de títulos ( títulos, sub-títulos das matérias e artigos), os quais apontam o interesse do periódico, a sua finalidade e objetivos.

Na sequência, realiza-se a averiguação dos aspectos financeiros: tiragem, que aponta a relevância do jornal; doações; assinaturas e vendas avulsas; anúncios publicitários; publicidade difusão: sistema de vendas e de distribuição, preço: estabelecer relações com custo-de-vida, salário-médio e número de páginas do jornal, destinatários, seção de “carta ao leitor”. Estas indicações são sobremaneira identificadores do público leitor

e da ressonância dos debates veiculados no material impresso. (ZICMAN, 1985).

Para esta verificação, há autores<sup>6</sup> que pesquisam a imprensa e propõem o ciclo de vida do periódico, entretanto, é necessário o extremo cuidado do pesquisador e que o mesmo ultrapasse esta análise, para que a mesma não se resume apenas nas descrições exaustivas da fonte, que proporcionam somente uma análise da superfície do objeto. É primordial problematizá-la com reflexões articuladas, o que implica “[...] que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas.” (IANNI, 2011, p. 397).

O estudo deve verificar a frequência da discussão sobre o tema na fonte; nº de vezes que aparece; localização do tema no interior das páginas do jornal; seção ou coluna do jornal em que aparece; destaque dado; tipo de matéria dedicada (editorial, reportagem, entrevista, crônica, etc.). É válido, neste momento da pesquisa, a utilização de tabelas e outros recursos para uma visão geral da temática, bem como auxiliar na análise, principalmente, na escrita do trabalho que se utilizará de excertos da fonte. A ausência da temática também é objeto de problematização, pois a mesma pode estar implícita de forma sutil e ideológica.

Diante do exposto, a fase seguinte é o momento em que o pesquisador irá necessitar posicionar-se em se tratando do método de pesquisa, ou seja, o mirante em que irá analisar o seu objeto e a temática estudada nos artigos concernentes encontrados e selecionados entre os exemplares consultados. Vale salientar que é necessário que o pesquisador tenha a clareza do objeto de pesquisa, que não necessariamente pode ser o jornal, mas o tema que é o objetivo do estudo e que muitas vezes não está explícito, mas nas entrelinhas dos artigos. Por isso, a importância da contextualização histórica como aporte para compreender as relações de produção.

---

6. Catani (2003), Leher (2002).

É necessário que o pesquisador tenha consciência que essa fonte expressa o ponto de vista daqueles que a produzem, o que significa que pode ser tendencioso e/ou estar comprometido. O pesquisador deve buscar então, a partir desse ponto, ampliar sua apreciação para além dos aspectos formais, pois não há uma disputa entre o certo e o errado, mas a busca do desvelamento das ideologias presentes e a forma de persuasão utilizada, para influir socialmente.

Em se tratando de pesquisas sobre a educação, os periódicos educacionais constituem “[...] um ‘corpus documental’ de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período” (CARVALHO; ARAÚJO; NETO, 2002, p. 72, grifos dos autores). As ideias educacionais veiculadas nesses impressos são a expressão do contexto histórico de forma imediata e dos interesses subjacentes, dado ser determinada pelo modo de produção.

As reflexões pedagógicas que compõem este material estão muito próximas dos acontecimentos, como qualquer outra imprensa, verificados nos temas debatidos e na sua ressonância no contexto social, fato que possibilita vislumbrar, de maneira preponderante, os interesses e as influências registradas em suas folhas, direcionadas à educação, expressão de fatores políticos, sociais, culturais e econômicos (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2013).

A pesquisa envolvendo a imprensa e os aspectos educacionais pressupõe entender que esta circula na sociedade vinculada a um movimento mais amplo da sociedade, podendo ser observado na veiculação de teorias e metodologias e na ressonância e aceitação do repertório expresso. “Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica” (CAPELATO, 1988, p. 23).

A análise implica em recuperar a história, com a intenção não apenas de desvendar o passado, mas com o intuito de colaborar na compreensão dos processos educacionais atuais, pois

O conhecimento que cabe à historiografia educacional produzir consiste em reconstruir por meio das ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto, isto é, como uma ‘rica totalidade de relações e determinações numerosas’ (MARX *apud* SAVIANI, 2007, p. 3, grifos do autor).

Por fim, para que o estudo não se inscreva apenas na análise descritiva e à guisa de conclusão, percebem-se os seguintes pontos que podem ser considerados como preponderantes para avançarmos no conhecimento histórico-educacional e aos quais o pesquisador deve estar atento nos movimentos da investigação expressa, através das relações concretas e caminhos próprios, específicos do objeto que se está estudando:

- A ideologia presente no contexto histórico e, consequentemente, um aprofundamento sobretudo quando são disseminados métodos e orientações pedagógicas como forma de universalização e homogeneidade, via o preceito de igualdade;
- O método de análise, com o intuito de verificar as contradições existentes no período do estudo, a fim de não se incorra no erro de uma análise descritiva com observações e conclusões rasas e precipitadas apenas do aparente, sem reflexões mais complexas e articuladas (NASCIMENTO; ZANLORENZI, 2017).

Ao trabalhar com a imprensa e a educação, de imediato insere-se em uma parcela significativa de um determinado contexto histórico, presente em uma totalidade complexa, muitas vezes injusta e principalmente contraditória e que, por isso, não se tem nenhuma receita pronta. Cada pesquisador faz o seu caminho e suas escolhas, não existe certo ou errado, apenas escolhas, para

não cairmos em um determinismo reducionista ou engessarmos nas instituições, nas práticas ou representações em si mesmo ou para si.

Ao trabalhar com pesquisa científica é preciso ter como meta a defesa da história, que nada mais é a capacidade do homem de compreender como o mundo veio a ser como é hoje, quais os caminhos que a humanidade pode e deve avançar, e para isso é o historiador, principalmente, quem trabalha com a imprensa.

O texto apresentado não se esgota nesta discussão, pois indicar uma proposta não pode levar a um determinismo e a uma formalidade, muito embora deva haver um método, com procedimentos metodológicos claros, que aponte o caminho que o pesquisador deve seguir.

A finalidade de apresentar uma proposta de análise da imprensa teve o intuito de auxiliar pesquisadores que pretendem utilizá-la como fonte de pesquisa, principalmente em fortalecer as pesquisas em história da educação e apontar o movimento entre permanência e mudança em todos os campos. Conhecer e refletir sobre este processo é primordial, principalmente para reconhecer a multideterminação que envolve a ação humana, e para além das explicações de causas e efeitos, apreender o movimento de totalidade e seus desdobramentos temporais. Outrossim, que o homem é fruto das condições materiais a depender do contexto histórico, cultural, social, econômico e político.

Capítulo II

# ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO NA IMPRENSA

## A ALFABETIZAÇÃO NA REVISTA O ENSINO-PR (1922-1924)

A alfabetização, mesmo sendo recorrente nas propostas governamentais, é um tema que ainda não foi efetivado, tanto pela taxa de analfabetos, tanto pelos índices de crianças sem o domínio de leitura e escrita na idade certa. Conforme dados da pesquisa domiciliar do IBGE, realizada em 2017, há no país 11,46% analfabetos com mais de 15 anos (NETO, 2018), sendo que deste total 26% são de pessoas brancas e 73% de pardos e negros. Este índice demonstra que os brancos têm mais acesso à educação que os negros. Outro dado é que o contingente de pessoas com mais de 60 anos é de 5,87%.

Estes indicadores apontam questões históricas não resolvidas que comprovam que a alfabetização é uma questão social e não só pedagógica, pois envolve a renda da população e a vulnerabilidade. Ademais, “o domínio da leitura e da escrita é condição *sine qua non* para participar da sociedade contemporânea, visto que esta é letrada.” (MARTINS; MARSIGLIA, 2015, p. 1), acerca disso, verifica-se que esta condição e direito estão sendo negados.

Frequentemente presente nas discussões históricas da educação, principalmente no início do século XX, momento de consolidação do modo de produção capitalista, as temáticas que envolvem a solução para a melhoria destes índices de alfabetização traçam a organização de ações hegemônicas empreendidas até a atualidade, apontando ora o salvador da pátria, ora o bode expiatório, como, por exemplo, propostas de reformas seguidas de formação docente e que foram amplamente divulgadas na imprensa.

A imprensa periódica educacional, no início do século XX, foi um recurso comumente utilizado, haja vista a precariedade da formação docente no Brasil. Campo dinâmico para registrar as ideias e para a efetivação do consenso, nos periódicos educa-

cionais pode-se observar, além dos aspectos pedagógicos, a ideologia que permeia os discursos na sociedade e a legitimação dessa, haja vista ser um material de rápido alcance e repercussão.

No Paraná, destaca-se a revista *O Ensino* (1922-1924), que tinha por finalidade a veiculação de atos oficiais, práticas educativas e modelo educacional, vinculados a uma perspectiva pedagógica, social, política, econômica e cultural.

Dessa forma, o presente estudo teve por objetivo analisar a referida revista, publicada entre os anos de 1922 e 1924, pela Inspeção Geral do Ensino do Paraná, que circulava no estado, bem como em todo país. Especificamente, visa investigar as leituras que eram direcionadas à alfabetização e a ideologia que permeava nos textos. Expõe as discussões preliminares deste trabalho, apontando primeiramente, sobre a utilização das revistas pedagógicas como fonte de pesquisa para em seguida apresentar a análise dos textos que tratam da alfabetização.

## **Revistas pedagógicas: união ideológica entre educação e imprensa**

Palco de projeto políticos, de jogo de interesses, de manifestações marcadas pelo contexto, a imprensa é o lócus oportuno para a ressignificação das condições materiais da sociedade e o eco da ideologia que sustenta estas condições. Fonte empírica para averiguações epistemológicas, cada mirante metodológico tem nos impressos uma gama de possibilidades de aprofundamento das questões sociais, políticas, econômicas de uma determinada sociedade e a manutenção, a partir das temáticas nela impressa e expressa, das visões de mundo. Independente do olhar do pesquisador, na análise da imprensa “o segredo é sua outra face” (CAPELATO, 1988, p. 18), ou seja, as entrelinhas, o omitido, o emitido, o fugaz.

Problematizar esta fonte é explorar como os assuntos de interesse privado emergiam como opinião pública e assim con-



feridos como estatuto de universalidade, “[...] representando-os como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (MARX; ENGELS, 1979, p. 57).

Nesse sentido, questionamos até que ponto um serviço privado, que se mantém pelas publicações, editais, propagandas, pode estar a serviço do público, pois “[...] a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política” (CAPELATO, 1988, p. 18), campo de disputa e do conflito. Independente do posicionamento dos editoriais, a imprensa estará à berlinda das benesses daqueles que o mantém, seja o Estado, seja a iniciativa privada, por isso a impossibilidade de imparcialidade, fato que demonstra a riqueza deste material constituindo-se com incomensurável potencial de investigação, seja como objeto de pesquisa ou como fonte.

Diante do exposto, consideramos a utilização da imprensa como fonte de pesquisa, um potencial para análise de assunto que diz respeito à cotidianidade de um recorte temporal e os assuntos que permeiam o modo de vida, principalmente das políticas públicas, e, especificamente, a educação. Tanto a imprensa geral e diária como a especializada são espaços de possibilidades de problematizações, e neste viés destacamos a imprensa de cunho educacional. O interesse em se estudar periódicos para “[...]a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408).

A educação e a imprensa, muito embora sob a tutela do governo, principalmente a educação que é legalmente responsabilidade deste, são representações das condições materiais de como os homens produzem a sua vida e “O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portan-

to, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

A união entre a imprensa e a educação, dois aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 2003), era a forma ideal, e ainda é, de legitimação de um sistema de ideias que direciona as instituições e que é concebido nas relações políticas, sociais, culturais e econômicas, bem como subsídio para racionalização da ordem social estabelecida como uma ordem natural supostamente inalterável (MÉSZÁROS, 2008, p. 37).

Ademais, essa união, sem a devida reflexão crítica dos seus objetivos efetivos, colabora com a aparência dos fatos não como fruto das condições materiais, mas na suposta naturalidade falsamente homogênea, mas hegemônico, camuflando as diferenças sociais, apregoando às diferenças naturais o fator diferencial, por meio do qual qualquer objetivo que proponha uma mudança vai contra a própria natureza, terreno preponderante para a defesa da meritocracia.

A Educação como artifício para ajustar os indivíduos à ordem estabelecida e a imprensa como mecanismo de consenso dos ditames dominantes. Preponderante refletir que, inseridos numa estrutura social que tem como base o modo de produção capitalista e adaptação do homem a este *modus vivendi*, o contrário requer a problematização da totalidade histórica desta estrutura social, e, neste caso, o trabalho da educação como processo mediador para passagem do pensamento caótico e aparente, para o pensamento concreto e elaborado.

Esta união concretizou-se nos periódicos educacionais, os quais foram utilizados sobretudo como apoio pedagógico. Outrossim, amplamente utilizados para a legitimação não apenas de atos governamentais, divulgação de metodologias, práticas de ensino, modelos de aulas e fórmulas ideais, mas sobretudo para a disseminação de uma ideologia que norteia a prática social e que

[...] não pode ser considerada como algo especulativo, uma abstração, de criação apenas intelectual, elucubrações, mas sim que a própria ideologia surge das questões materiais da existência. Pela forma como os homens trabalham é que se processa a sua vida, a sua humanização; e é pela sua vida material que os homens produzem para a sua subsistência física e intelectual (ZANLORENZI, 2018, p. 387).

A utilização dos periódicos educacionais para a formação docente foi uma estratégia habitualmente utilizada no início do século XX, tanto pela precariedade dos cursos de formação inicial e contínua, quanto pela forma de acesso rápido aos bancos escolares e professores, e com isso a concretização do trabalho educacional proposto para o momento em questão, sendo este reflexo da ideologia que ao mesmo tempo é fruto das relações de produção como também fator que a sustentam.

Os primeiros periódicos pedagógicos de caráter nacional datam-se a partir da década de 1880, e no final do século XIX para o início do século XX que há uma propagação de edições pedagógicas (CATANI, 1996). No Paraná, há exemplos de periódicos educacionais que tinham como objetivo a formação de professores, destacando-se a revista *A Escola* e a revista *O Ensino*, “[...] necessária à difusão das idéas salutareas que devem germinar no meio dos professores<sup>2</sup>” (*O ENSINO*, 1922, p. 5), sendo esta última o objeto de estudo deste trabalho.

A revista *O Ensino* é um modelo que segue esta ordem e que traz no bojo de suas edições um material rico não só para o aprofundamento do contexto em que foi publicada, mas para a compreensão das permanências e rupturas na educação brasileira. No estudo, tendo a revista periódica como fonte, esta clareza é primordial, pois a imprensa é o local onde se concretiza a linguagem a partir da palavra escrita, “signo ideológico por excelência” (BAKTHIN, 2009, p. 34).

## A REVISTA O ENSINO E A ALFABETIZAÇÃO

Notadamente, o período de veiculação da revista *O Ensino* é marcado pelo início das ideias de renovação da escola pelo movimento da Escola Nova, que consolidaria na década de 1930, baseada no educar para a liberdade, no ativismo e nos direitos do indivíduo, e, neste sentido, na efetiva defesa da individualidade, cabendo à educação, a partir do desenvolvimento de cada um, “realizar uma ordem social mais justa, pois esse desenvolvimento significaria melhoramento de todos os grupos sociais” (CURY, 1989, p. 12).

Reverbera-se, neste viés, a visão liberal na qual o desenvolvimento individual levaria ao desenvolvimento de toda sociedade e “[...] uma abundância geral difunde-se por todas as classes sociais” (SMITH, 1981, p. 6). Não diferente, este periódico foi o eco destas ideias renovadoras, as quais defendiam que, aquilo que mais precisa ser feito para “[...]melhorar as condições sociais é organizar a educação de modo que as tendências ativas naturais se empreguem plenamente na feitura de alguma coisa, alguma coisa que requeira observação, a aquisição de conhecimento informativo e o uso de uma imaginação construtora” (DEWEY, 1979, p. 149-150).

Diante do exposto, a análise da revista *O Ensino* é muito peculiar, uma vez que era palco para a legitimação das reformas educacionais empreendidas pela Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, entre os anos de 1920 e 1924 e, conforme a edição n. 1, “É a palavra da ordem e do comando reflectindo o pensamento e a acção do governo do Estado” (*O ENSINO*, 1922, p. 5).

É importante salientar que sobre a questão das reformas, posicionamo-nos que estas são apenas atos paliativos e não uma mudança radial, ou seja, são atos específicos, fragmentados e particularizados. Conforme Ponce (2001, p. 177) “[...] acreditar que se possa reformar a sociedade, mediante pequenos retoques na educação não é só uma esperança absurda, como se constitui

um perigo social: uma utopia, que, no fim, de contas, resulta reacionária, porque acalma e enfraquece as inquietações e protestos[...].”

A finalidade desta revista era apresentar a proposta educacional do Estado, ou seja, difundir as ações e reformas governamentais, bem como “necessária à difusão das idéas salutareis que devem germinar no meio dos professores” (O ENSINO, 1922, p. 5). Como “expressão de interesses representados” (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p. 6), a revista O Ensino era a representação da proposta da gestão Cesar Pietro Martinez, nomeado Inspetor Geral de Ensino em 16 de abril de 1920, que no documento direcionado aos professores, Instrução aos Professores Públicos de 1921, aponta já no início a maior preocupação do trabalho a ser realizado.

O interesse máximo da actual superintendência do ensino está na luta contra o analfabetismo de modo a reduzir-se, com brevidade, o espantoso número de crianças que não sabem ler, escrever e contar e que, sem as luzes da escola, crescerão ceguinhas, privada de conviver na comunhão dos que usufruem os deliciosos fructos do saber (MARTINEZ, 1921, p. 2).

Este periódico, distribuído gratuitamente aos professores em todo o Brasil, seria uma das ações para tal trabalho, uma vez que era “orgam da Inspectoria Geral, destinado estimular e orientar o trabalho dos Srs. Professores” (MARTINEZ, 1924, p. 107). Quanto aos aspectos formais, a revista era escrita em papel jornal, com a mesma capa em todas as edições, iniciando com a súmula na qual eram discorridos os assuntos que seriam abordados. A paginação era contínua e as três publicações tinham em média 80 páginas.

Para a análise da revista, primeiramente, realizou-se a leitura na íntegra dos exemplares, a classificação de reportagens que travam especialmente sobre a alfabetização e a classificação

de reportagens que apontavam, no corpo do texto, o termo alfabetização. As notícias levantadas foram copiadas na íntegra das reportagens e organizadas em um banco de dados específico. Na sequência, foram analisados os assuntos proeminentes e agrupados por eixos.

Os assuntos abordados resumiam-se em três eixos: atos da inspetoria, metodologias de ensino (Língua Portuguesa, História, Matemática, Geografia) e textos de diversos gêneros para leitura do professor. Os textos eram assinados por vários autores, outros não eram assinados ou então colocadas iniciais. Todavia, nas três edições, havia textos escritos com mais frequência pelo próprio Inspetor de Ensino César Pietro Martinez, quando se tratava de publicizar os feitos da Inspetoria, bem como de Rubens de Carvalho, subinspetor de ensino até 1923, quando passou a exercer a função de diretor da Escola Normal de Cuiabá (informado na revista no ano de 1923) e pelo sub inspetor Henrique Ribeiro, homens públicos e intelectuais, uma vez que a profissionalização dos assuntos educacionais, ou seja, os técnicos em educação, só apareceriam no final da Primeira República (NAGLE, 2009, p. 117).

Os textos, que somavam as três edições, não apresentam títulos específicos sobre a alfabetização, contudo, este era um assunto que permeava os demais artigos que compunham a leitura formadora dos professores e frequentemente era apontado independente do assunto tratado. Destaca-se o excerto do texto do Inspetor de Ensino, ao apontar que “Dentro dos recursos orçamentários o governo está conseguindo que o ensino público primário tome um impulso considerável e, nesse prosseguimento, chegará dentro em breve a extinguir o analfabetismo até nas zonas de população menos densa (MARTINEZ, 1922, p. 7)”.

A preocupação com a alfabetização e o analfabetismo sempre esteve presente no contexto histórico do Brasil, principalmente quando se trata das questões econômicas e a condição da escola como redentora e salvadora da pátria. Acreditar que a alfa-

betização seria a panaceia para os problemas sociais, econômicos e culturais era fazer uma análise superficial da conjuntura social de um país que se consolidava no modo de produção capitalista.

Observa-se que mesmo com o passar das décadas, ainda se utilizam a mesma estratégia e o mesmo discurso, basta observar os vários programas governamentais para alfabetização no país<sup>4</sup>. Assunto que na atualidade vem à baila com a mesma finalidade e da mesma forma: “reformas” apresentadas de forma verticalizadas, sem a consulta principalmente dos autores mais importantes, os professores. Aponta-se, neste caso, o decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019a) e a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019b), apresentada pelo MEC, especificamente pela Secretaria de Alfabetização, em 15 de agosto de 2019.

Em 1900, a taxa de analfabetismo era 65,3%. Nesse sentido, conforme Carvalho (1989, p. 40): “O analfabetismo passava a ser a marca da inaptidão para o Progresso. Era ele a causa da existência das populações que mourejavam no Estado, sem ambições, indiferentes, de todo em todo, às cousas e homens do Brasil.” Assim, a escola na república, para uma sociedade que almejava a modernidade, era símbolo de regeneração e de formação do novo cidadão e a alfabetização “[...] um indício seguro de que desejamos trilhar o verdadeiro caminho que nos há os conduzir fatalmente a todos surtos do progresso e que há de fortalecer cada vez mais os laços da nossa nacionalidade” (O ENSINO, 1922, p. 5).

No período em que a revista O Ensino foi publicada (1922-1924), a taxa de analfabetos continuava nos índices de 65,0%. Essa situação demonstra os motivos da preocupação da inspetoria de ensino, registrada no relatório de 1920, que “Sendo o Brazil um paiz com cerca de 20.000.000 de analphabetos é claro que pouco pode produzir em relação a uberdade e riqueza de seu solo. Nesta situação nunca poderemos ser um paiz rico” (MARTINEZ, 1920, p. 3). Imprescindível seria então instruir o povo, e, para tanto, fo-



ram realizadas reformas do ensino paranaense sob a orientação do inspetor de ensino.

As reformas empreendidas dirigiram-se ao Código de Ensino de 1917, com o objetivo de colocar o estado nos rumos da modernização pela instrução. Para tanto, seguia a mesma linha já bem difundida nos outros estados, concentrando-se na alfabetização, e neste caso, a posição era de que “O que o Governo do Paraná tem feito neste últimos dous anos é um grande passo para a disseminação do alfabeto com todo o seu território” (O ENSINO, 1922, p. 7), bem como na organização das escolas normais e na implantação dos grupos escolares, aliados à divulgação em revistas pedagógicas ou produzidas pela própria inspetoria ou subvencionadas pelo governo, como “ a palavra de ordem e do comando reflectindo o pensamento e a acção do Governo do Estado. É o espírito orientador esclarecendo os pontos capitães que jamais podem ser esquecidos ou ignorados” (O ENSINO, 1922, p. 5).

Destas ações empreende-se a esperança no sistema escolar como fator de progresso e de mudanças, uma vez que “[...] a escola não preenche ainda todos os fins a que se destina. Particularmente devíamos nella encontrar, em raízes mais profundas, os germes do nacionalismo” (O ENSINO, 1922, p. 59). Para tanto, era imprescindível a instrução escolar com a multiplicação das escolas para a alfabetização das massas, a regulação da mão de obra para o mercado em vias de industrialização e a escola profissionalizante, no caso a Escola Normal, moldados necessariamente de forma pragmática e utilitária.

Os grupos escolares “[...] criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas” (REIS FILHO, 1995, p. 137) seriam a garantia de modernização do ensino. Todavia, a construção dos mesmos não era sinônimo de uma mudança imediata, especialmente no índice de analfabetos.

Não houve mudanças no índice de 1900 e 1920, além de que os grupos escolares estavam sendo construídos a conta gotas, de



forma insuficiente para atender à população e “[...] em pouco tempo ficou evidente que boa parte desse ‘povo’ se encontrava fora da escola, enquanto uma parcela da sociedade se havia apoderado dela” (SOUZA, 2006, p. 77). Já que o ensino ainda não era obrigatório, foram excluídas, portanto, as classes populares. “O primeiro grupo escolar no Paraná foi inaugurado em 1903 em Curitiba” (SAVIANI, 2007, p. 174), porém nas outras cidades, principalmente no interior do estado, estes foram construídos mais tarde, por exemplo, em 1913, no município de União da Vitória, no sul do estado.

Neste período, sem uma análise mais ampla da conjuntura social e notadamente que o problema ultrapassava os muros escolares e as práticas docentes, o analfabetismo era assunto abordado frequentemente na revista, pois é de “[...] interesse de todas as classes pela luta contra o analfabetismo, o maior dos males” (O ENSINO, 1922, p. 5), colocando-se apenas como uma situação prática de ensino.

Tanto em textos que tratavam da didática de outras disciplinas e até mesmo sobre a saúde, é possível verificar relação com o analfabetismo. Nesse sentido, destacamos os textos com caráter higienista, característicos das manifestações educativas até a metade do século XX, como medida profilática para os males da sociedade brasileira, uma vez que “os dois grandes males, os piores que corroem e arruinam as nacionalidades são: a ignorância e as doenças” (RAYMUNDO, 1922, p. 65). Esta relação entre educação e higiene está registrada no Relatório do Inspetor, de 1922, e editado excertos na revista no ano de 1923, ao apontar que

Dois problemas capitães exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primária; delles depende o brilhante futuro do Brasil. [...] Nuca podemos compreender a Hygiene separada da escola. Um povo ignorante não pode avaliar a gravidade dos males que affigem, nem como eles se originam, nem como se evitam, nem como se combatem (MARTINEZ, 1922, p. 17).

Observamos um número expressivo de textos de caráter higienista nos anos das publicações da revista. Outra manifestação é no artigo que apresenta uma aula prática sobre insetos e que relaciona o analfabetismo com as moléstias. “Os analphabetos representam cerca de 75 % da população total. E a doença impõem o seu domínio, fazendo-se representar, endemicamente, em diversos pontos do Brasil. Os escravizados pelas moléstias constituem, aproximadamente, os 76% da população do Paiz” (RAYMUNDO, 1922, p. 65).

Os textos que tratavam sobre os aspectos pedagógicos e didáticos e que discorriam sobre a metodologia eram escritos por diretores dos grupos escolares, por professorandas ou pelo próprio inspetor de ensino. Destacamos o texto *Pedagoga e Educador*, que enaltece o trabalho do educador ao apontar que “O Pedagoga deixa livro. O Educador deixa compêndios vivos, exemplos que frutificam” (MARTINEZ, 1923, p. 151).

Na sequência, assinala os teóricos: Rosseau, Locke, Herbart, como pedagogistas que “[...] lançam suas idéas para que as alcancem[...]. Entre lançar e colher há um abysmo[...].” (MARTINEZ, 1923, p. 151), para então enaltecer “Oscar Thompson, o pedagoga e o Educador, que forma ao lado de Cezario Motta e de Caetano Campos [...]” (MARTINEZ, 1923, p. 152)<sup>6</sup>. A educação pragmática, subsidiada pelos ideais escolanovistas, foi a marca deste período reformador, feito que é tratado na revista *O Ensino*, na primeira página de 1922, quando o inspetor aponta que “Não se pode negar, entretanto, que nesse curto espaço de tempo muita cousa tem conseguido, não só no que toca aos novos methodos, mas principalmente, no que diz respeito á orientação indispensável que deve guiar a escola para que possa bem cumprir sua missão. (MARTINEZ, 1922, p. 3).

Para tanto, a formação docente teve papel fundamental, tanto na organização das escolas normais tanto na formação em serviço, instituindo-se “[...] modernos métodos de ensino, generalizando por todas as escolas por meio de palestras na capital,

por meio de folhetos largamente distribuídos e ainda por acção directa de inspectores technicos competentes” (MARTINEZ, 1922, p. 8). A revista cumpriria este papel de leitura formadora, dando visibilidade aos métodos modernos, a um corpo sistemático de modelo e a educação pragmática que deveriam ser disseminados e os “[...] incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica” (CARVALHO, 2000, p. 113).

Contudo, para além das questões pontuais de ensino e aprendizagem, a revista caracteriza-se como reflexo de um projeto maior, a consolidação do capitalismo via liberalismo, pois “[...] as primeiras décadas do século XX caracterizam – se pelo debate das ideias liberais” (SAVIANI, 2007, p. 177).

Civilizar, higienizar, educar pelos sentidos eram as palavras que frequentemente encontradas nos textos que defendiam a Pedagogia Moderna, intimamente relacionadas com a nova ordem republicana. Neste viés, para a revista, a questão que era a pauta das ações governamentais, a alfabetização, seria resolvida de forma reducionista, direcionando apenas às questões metodológicas, sem uma análise conjuntural do contexto social.

[...]Intituindo modernos métodos de ensino, generalizando-os a todas as escolas por meio de palestras na capital e no interior, por meio de folhetos largamente distribuídos e ainda por acção directa de inspectores technicos competentes tornar mais rápido o aprendizado da leitura, da escripta e do cálculo, assumpto de máxima importância, tratado em primeiro plano pela actual administração (O ENSINO, 1922, p. 8).

É nessa mesma década que a “[...] versão tradicional da pedagogia liberal foi suplantada pela versão moderna” (SAVIANI, 2007, p. 177) e na alfabetização, as mudanças se intensificaram, principalmente sobre a forma adequada para iniciar a aprendizagem da leitura e da escrita. Entre o embate e polarização sobre

os métodos de marcha sintética ou de marcha analítica, organizavam-se as práticas pedagógicas e a formação dos professores.

Com efeito, a falta de resolução desta “querela dos métodos” (MORTATTI, 2008), tem a sua permanência e eco nos dias atuais, como se a mudança somente de um procedimento em sala de aula fosse acabar com o fosso que separa as crianças nas suas condições materiais, como também os aspectos mais amplos como desvalorização docente, custo aluno e relação com a qualidade da educação, infraestrutura e direcionamento de recursos públicos, além da falta de vagas de creches, emprego, taxa de salário mínimo, questões que põem em relevo a totalidade que envolve a educação e suas multideterminações.

Sobre esse assunto, a revista posiciona-se como defensora do método analítico. De acordo com os preceitos do contexto educacional da época, das discussões vigentes de divulgação da Escola Nova e do ensino pragmático tendo o aluno como ativo, ao tratar da leitura, veicula que “A letra, para nós, é mais simples do que a palavra, porquanto a palavra é uma combinação de letras. Mas para a criança a letra é uma abstracção e nada representa, ao passo que a palavra é sempre símbolo representativo de uma idéia” (CARVALHO, 1923, p. 124).

No método analítico, o ensino da leitura partia do todo que poderia ser uma palavra, sentença ou historieta para depois proceder as partes que constituíam o todo. Assim, “A base de sustentação teórica era a Psicologia, que, no final do século XIX e começo do século XX, destacava que o primeiro momento no processo de aprendizagem fosse do tipo sincrético ou global, e a leitura era vista como um processo eminentemente visual” (GALVÃO; LEAL, 2005, p. 22). Este método também era amplamente defendido em São Paulo por Oscar Thompson, modelo de pedagogo e educador mencionado na revista, tornando-se método oficial naquele estado (SOUZA, 2004, p. 140).

Ao defenderem o método analítico, também defendiam uma concepção de educação baseada nas leis da percepção e aborda-

gens ideovisuais, intimamente relacionadas ao método intuitivo, referencial no momento como ideal, capaz de “[...] formar estudantes mais adequados às transformações políticas e econômicas” (VALDEMARIN, 2004, p. 2).

Diferenciava-se dos demais métodos propostos até aquele momento, em virtude de priorizar a experiência em detrimento da memorização, pois “Só é real ao cérebro infantil aquilo que chega a ele por via dos sentidos. Por bem, esse pequenino mundo das suas observações é a base, é o ponto de partida para todas as incursões pelas regiões desconhecidas” (O ENSINO, 1923, p. 125).

Nesta perspectiva, destacamos o pressuposto metodológico assumido pela Inspeção, o método intuitivo, que “funda-se na concepção de que a origem das ideias procede dos sentidos humanos, remetendo-se à matriz empirista, corrente filosófica para a qual a fonte de conhecimento é a experiência e a sensação” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2016, p. 366).

A fundamentação neste método, marca o início da valorização dos métodos ativos, da capacidade do aluno se auto conduzir e o deslocamento do foco para o processo de aprendizagem, ou seja, um ensino “[...] que parte dos conhecimentos que a criança adquiriu pelo exercício natural dos sentidos, e os vai argumentando de novas noções, novas idéas, novas imagens, de novas concepções” (O ENSINO, 1923, p. 127).

O aluno seria o centro do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com os preceitos do liberalismo de individualidade e de meritocracia, ou seja, considerando a individualidade como natural, legitimando a ideia de propriedade como mérito do esforço do indivíduo, especialmente dos alunos que já possuíam uma relação anterior como o conhecimento, ao contrário dos alunos de famílias mais pobres, que em muitos casos não têm acesso à cultura letrada fora da sala de aula.

Por fim, a ênfase no processo de alfabetização, conforme apontado nos excertos da revista O Ensino, era primordial para

colocar o estado nos trilhos do desenvolvimento e da modernização do estado. Para tanto, havia a necessidade de um método moderno, dentro dos preceitos da Escola Nova e da pedagogia moderna, especialmente para a preparação da classe que já possuía no seu cotidiano o contato com o conhecimento e que para esta o ensino ativo seria o ideal e necessário, ao contrário das classes populares, que além de não frequentarem a escola, não tinham acesso a outras formas de conhecimento. Neste sentido, “[...] não é verdade que a escola burguesa não possa dar instrução a todos, ela apenas elimina os realmente incapazes de receber essa instrução” (PONCE, 2001, p. 156).

As breves reflexões empreendidas neste texto não têm a intenção de esgotar o assunto, uma vez que a revista analisada é um campo fértil para inúmeras pesquisas, todavia dão subsídios preliminares dos interesses que permeavam as folhas deste periódico, intimamente relacionados aos princípios do liberalismo e que se tornaram hegemônicos, mesmo com outras nomenclaturas, até a contemporaneidade.

A revista *O Ensino* (1923-1924), uma estratégia de normatização pedagógica, bem como um projeto social e cultural, traz no seu bojo questões que demonstram o interesse e as preocupações de uma sociedade que se consolidava no modo de produção capitalista: a preparação da mão de obra a partir do ensino elementar, a educação higiênica e o modelo de professor preparado na Escola Normal. Para tanto, era necessário a insistência como forma de persuasão e de consenso e as revistas assumiram esta finalidade.

A alfabetização, de forma pragmática, foi a pauta que frequentemente era registrada na revista, em consonância com os demais debates, constituindo-se como solução para os problemas da educação. Os textos apresentados de cunho prático, demonstram que a revista objetivava divulgar modelo para os professores, caracterizando a revista como uma leitura formadora.

O estudo, mesmo que preliminar, incita questões e debates, principalmente sobre a alfabetização e o quanto o tema é frequentemente abordado nas propostas de reformas governamentais desde o início do século XX, demonstrando as permanências e rupturas na educação brasileira e como a ênfase no fazer docente, sem uma formação teórica consistente, continua sendo a estratégia utilizada oficialmente.

## **IMPrensa PERIÓDICA E A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Na sociedade capitalista, a educação é um dos aparelhos para transmitir valores que legitimam a ordem, induzindo, por meio do processo de interiorização, a aceitação passiva e consensual, pois a “[...] a educação é o processo mediante a qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência” (PONCE, 2001, p. 169). Para tanto, utiliza-se de várias formas.

Além do ambiente escolar, com a República, essa legitimação se ampliou, uma vez que “[...] a República, como ordem educadora, buscará diferentes níveis de legitimação entre os quais também o ritual pedagógico dos “universos simbólicos” (CURY, 2001, p. 310), direcionando para um instrumento de rápido acesso, imediato e de credibilidade, que expresse ideologicamente valores e, concomitantemente, mantenha o status quo. Desse processo, destacamos a imprensa pedagógica, que atinge o trabalho do professor.

Fundamentado no exposto, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre imprensa pedagógica e educação no início do século XX. Para tanto, enfatiza o papel de destaque dado à educação, tendo como base excertos da revista A Escola. Nesse periódico é possível inferir a disseminação do liberalismo



na educação e como, efetivamente, estava presente no projeto para o magistério, via impresso pedagógico.

A revista *A Escola* era um periódico impresso pelo Grêmio dos Professores Públicos do Paraná, publicado em Curitiba-PR, no período de 1906 a 1910, constituindo-se em um veículo de expressão dos interesses da elite paranaense para a educação. Composta por um grupo de intelectuais e professores da escola pública paranaense, contava também com a colaboração de educadores de outras cidades e alunos do *Gymnasio Paranaense* e *Escola Normal*.

Neste trabalho será tratado, primeiramente, o papel desempenhado pela imprensa pedagógica; em seguida, serão apresentadas reflexões sobre a centralidade da educação após a proclamação da república.

## **IMPRENSA PEDAGÓGICA**

A imprensa cotidiana e o telegrama, que num piscar de olhos difundem as notícias em todo o mundo, fabricam num dia mais mitos (nos quais reles burguês acredita e que espalha com zelo) do que antigamente se podia produzir num século (MARX, 1978, p. 21 NR).

A imprensa, seja jornal de caráter leigo ou revista de cunho especificamente educacional, deve ser analisada como um meio de comunicação social vinculado a um contexto, sendo assim, formadora de opinião e veículo de atuação.

Numa sociedade com uma educação precária como a brasileira, pode-se dizer também que a imprensa possui ação educativa, principalmente no final do século XIX e início do século XX, tanto por essa forma de comunicação tornar-se mais efetiva e com maior liberdade, quanto por não haver um sistema efetivo de escolarização, tendo em vista que o primeiro grupo escolar foi criado em 1892, em São Paulo e no Paraná, seguindo o



mesmo modelo, somente em 1903, em Curitiba (SAVIANI, 2007, p. 174). Muito embora possamos afirmar que a taxa de alfabetizados era inócua, e a grande maioria não desfrutava da leitura do material impresso, a cultura oral dava a possibilidade de disseminação das ideias contidas nos periódicos, com uma força de efetiva legitimação.

Os jornais e revistas eram escritos com a função de dominação de uma ideologia para uma elite letrada que se reunia em torno de algo em comum, porém, como toda ideologia, essa chegava tangencialmente às mentes sob outras formas, seja por símbolos ou oralmente, pois o cidadão republicano disfrutava do direito de igualdade ao acesso a todas as informações. Na Tabela abaixo, é possível verificarmos o número de impressos publicados no país

Tabela1–A imprensa no Brasil(1823-1924)

Estado	Número de impressos
Alagoas	471
Amazonas	347
Ceará	947
Maranhão	308
Pará	697
Paraná	425
Piauí	219
Rio Grande do Norte	255
Sergipe	226
Total	5517

**Fonte:** Elaborada pelas autoras a partir da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1908) apud (NASCIMENTO, ZALORENZI E LEAL, 2023, p.4).

A imprensa tem uma ligação íntima com o capitalismo, sendo considerada como a própria história do capitalismo (SODRÉ, 1999, p. 01). Essa associação também pode ser relacionada ao processo de urbanização, da estruturação da vida “moderna” e do novo homem para a nova ordem, haja vista que “O processo de construção da nação brasileira deve muito aos jornais, folhas e revistas que participaram ativamente da luta pela adoção de um estatuto de modernidade” (PERIOTTO, 2010, p. 254), seja para impulsionar o sistema econômico, seja para sustentá-lo. Instrumento perspicaz de disseminação ideológica, a imprensa acompanhou a ordem capitalista na liberdade de informar e atingir um contingente cada vez maior de leitores – e nesse caso a escolarização foi preponderante – e, ao mesmo tempo, cercear as opiniões ao uniformizá-las.

Daí procede a importância dessa fonte como pesquisa, desde as iniciativas específicas da área educacional até a grande imprensa. Todavia, é mister compreendê-la para além da sua aparência e não “[...] tomar aparência como evidência, a de dar conta da natureza dialeticamente contraditória da própria aparência” (RIBEIRO, 2004, p. 91).

Esse tato pressupõe o rigor científico na sua análise, principalmente ao diferenciar os estatutos no interior da própria imprensa, como, por exemplo, nas peculiaridades do jornal e da revista, aquele de cunho factual, tendo como característica estrutural o lead<sup>1</sup>; e está com a finalidade de dar ao leitor “[...] uma noção mais ou menos acabada” (ARAÚJO, 2002, p. 99), expondo informações mais detalhadas, o que possibilita verificar a ideologia *in loco*. Outra característica é a relação entre durabilidade e efemeridade, pois as revistas são organizadas para um tempo maior de veiculação, enquanto o tempo do jornal é curto e rápido.

Todavia, ambos são suportes que intermedeiam a relação entre os organizadores e a coletividade: manipulam interesses, forjando uma forma de ver, atuando e orientando a vida social. As revistas de cunho pedagógico, por exemplo, são uma forma

de disseminação ideológica, que “[...] se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período” (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 72), com a finalidade de formação docente, privilegiando e ao mesmo tempo legitimando uma ideologia.

Determinada em última instância pelo modo de produção (LOMBARDI, 2010), a educação veiculada nesses impressos expressa o contexto histórico de forma imediata, bem como os interesses subjacentes. As reflexões pedagógicas que os compõem aproximam-se dos acontecimentos como qualquer outra forma de imprensa. Isso pode ser verificado nos temas debatidos e na ressonância desses temas no contexto social, fato que possibilita vislumbrar os interesses e as influências registradas em suas folhas, expressões de fatores políticos, sociais e econômicos. Assim

O interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408).

As primeiras iniciativas de impressos pedagógicos podem ser verificadas no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, no item *Periodicos litterários, scientificos, religiosos e maçonicos - 1881* (BRASIL, 1981, p. 420-451).

Nas condições e limitações que esse catálogo impresso pode fornecer até a data de 1881, destacam-se como imprensa de cunho pedagógico as primeiras iniciativas seguintes: *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Publica de Ouro Preto*, de 1832-1834, o mais antigo apontado pelo catálogo e o jornal pedagógico editado por professores *Echo do Professorado*, dirigido pelo professor F. Xavier de Assis, Pindamonhangaba, 1873.

Em relação às revistas pedagógicas havia, entre outras: *A Instrução Publica*, Rio de Janeiro, 1872-1875, a qual pode ser considerada a primeira publicação destinada à formação do magistério; a *Instrução Nacional*, Revista de pedagogia, ciências e letras, colaborado por professores e literatos, Rio de Janeiro, 1874; e *A Escola*, Revista Brasileira de Educação e Ensino, elaborada por vários professores e literatos, no Rio de Janeiro, 1877-1878. Observa-se que a utilização desse material não é algo contemporâneo, o que nos possibilita interpretá-lo como um instrumento muito eficaz para a veiculação ideológica. “Sobremaneira, possibilitam investigações acerca dos projetos educacionais do período de pesquisa, bem como do pensamento educacional vigente (ZANLORENZI, 2010, p. 66).

A imprensa educacional teve um papel fundamental na formação de opiniões, expressando os projetos político-ideológicos e, assim, procurando sedimentar tais modelos na sociedade, de modo a transformar seus interesses em interesses gerais.

Analisar essa forma de imprensa oferece a possibilidade de análise os reflexos da organização da sociedade na educação, pois era imprescindível um instrumento de formação que, de forma sutil, chegasse mais rápido aos bancos escolares utilizando a mesma linguagem daqueles que iriam formar os futuros trabalhadores, com vistas à conformação e à situação social como algo natural.

A impressão dos periódicos pedagógicos teve mais ênfase no início do século XX, em virtude da centralidade dada à educação na formação do novo homem republicano. É nesse período que surge a Revista *A Escola*<sup>2</sup>, “[...] organo do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná” (*A ESCOLA*, 1906, n. 1, p. 1), publicada com a colaboração de educadores de outras cidades e alunos do *Gymnasio Paranaense* e *Escola Normal*. Destinada aos professores e expressão de um grupo restrito de professores<sup>3</sup>, “[...] uma parcela da elite letrada local, que se propunha encaminhar a população brasileira ao progresso e ao de-

envolvimento moral, intelectual e econômico” (MARACH, 2007, p. 13), inicia sua impressão em 1906, tendo o término em 1910.

Conta com artigos de opinião de diversos autores, sessões com explicações de língua portuguesa, língua estrangeira (francês), matemática, poesias, cartas, notícias relacionadas à educação paranaense e do país e relatórios de professores realizados em “[...] conformidade com o que preceitua o artigo n. 62, n. 11, do Regulamento de Instrução Pública do Paraná” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 17)<sup>4</sup>, expediente oficial com decretos do governo e, no final, uma seção permanente, incluindo uma descrição com os nomes dos professores e localidades das cadeiras promíscuas e suburbanas das escolas públicas da capital e dos estabelecimentos de ensino particulares, dos responsáveis pela instrução pública do estado e da diretoria do Grêmio.

Desde o Império, os professores procuravam organizar-se em Grêmios, como representação dos seus próprios interesses, expressando aspectos da instrução da época (NORONHA, 2009, p. 175), porém o fato de esses profissionais paranaenses se unirem dessa forma não quer dizer que eles tinham uma consciência de classe marcada pelo compromisso social. Usavam a imprensa como instrumento para propagar seus ideais pedagógicos, porém não tinham interesse em usufruir desse espaço impresso para propagandear ou enaltecer uma causa relacionada à classe.

Pelo contrário, seus interesses eram, além de informar, difundir valores, doutrinar e instruir sobre assuntos relativos aos aspectos pedagógicos, legitimando, com base em temáticas educacionais, a ideologia liberal<sup>5</sup> “em pró do progredimento da instrução pública no nosso futuroso Estado” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1), e perpetuar o domínio, pela formação de profissionais, a “classe que a dirige, em labuta quotidiana e profícua” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

Embora a revista tivesse dois momentos distintos em sua circulação, não há uma preocupação pela causa da classe. O primeiro momento, com a busca financeira, concretizada em 1907,

quando “o Dr. Candido, digno presidente do Estado destinou subsídios para o auxílio à publicação de ‘A Escola’” (A ESCOLA, 1907, n. 8-9, p. 143); o segundo, com a deposição, em 1908, de João Cândido do cargo de governador, por Francisco Xavier, a partir do qual a revista não teve mais o auxílio financeiro do governo, levando-a a ter um teor mais oposicionista, conforme nota-se no número 1, p. 4: “a Diretoria do Grêmio de Professores resolveu prosseguir a publicação de A Escola, mesmo sem a subvenção do Estado”.

Considerada como revista pedagógica, seu objetivo era a formação do professor. Destinava-se a “[...] despertar os ânimos, a discutir e vulgarizar os bons ensinamentos da sociologia” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 2) num esforço para que “[...] os ensinamentos pedagógicos se difundam pela coletividade, orientando os velhos mestres e provocando as vocações latentes de mestres novos que hão de vir” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 11).

Não obstante esse periódico educacional ser de cunho regional, não podemos rejeitar as relações existentes entre o macro e o micro, o que manifesta a totalidade, outrossim, “No corpo da sociedade todas as relações coexistem simultaneamente e se sustentam umas às outras” (MARX, 2004, p. 95).

A revista, destinada a um público específico e letrado, o que pressupõe uma seleção, cumpre a função de disseminação de um ideal educacional num período em que a educação assumiria o papel de preparar o homem para a sociedade capitalista de maneira a torná-lo produtivo, consciente de seus deveres e da aceitação de sua condição de cidadão, com direito ao voto, desde que fosse alfabetizado. É sob essa centralidade que a educação será pensada e organizada, no início do século XX.

## A REVISTA A ESCOLA E A CENTRALIDADE NA EDUCAÇÃO

A revista *A Escola* possibilita verificar como e quanto, no início do século XX, após a proclamação da república no Brasil, a educação foi utilizada como instrumento da ideologia liberal transferindo a essa os anseios de uma sociedade brasileira que chegava “[...] à altura das mais progressivas civilizações do Século” (NAGLE, 1979, p. 100), já que o entrelaçamento entre a luz do saber e a cidadania culminaria, para os republicanos, no progresso. Esse ideário é articulado com o “[...] intuito de mostrar que o país entrara definitivamente na era do progresso. Tinha como meta equiparar o Brasil ao ‘Primeiro Mundo’” (CAPELATO, 1988, p. 46).

A legitimação desse ideário pode ser observada via periódicos educacionais, pois nesse modelo de imprensa são expressas as ideias, as concepções pedagógicas, os métodos e o que era relevante para a época em relação ao ideário educacional e sua ressonância nos mais variados espaços.

Desvendar esse ideário, via revistas educacionais, constitui-se uma forma de refletir sobre o liberalismo como “[...] expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista” (WARDE, 1984, p. 26) e as formas como foi se assumindo ao longo dos tempos, conforme a estruturação do capitalismo nas diferentes formações sociais. Vale lembrar que nessa época era necessário outro modelo de ensino, diferente das aulas régias, e, conseqüentemente, uma política educacional em consonância com a nova ordem, para nacionalizar o povo com um processo que legitimasse a visão de que essa seria a ideal e levaria o país ao desenvolvimento.

A escola apresentava-se com excelente vantagem para a divulgação dessa ideia, cabendo-lhe ensinar todas as crianças a se tornarem cidadãs crentes na nova ordem, sem que nenhuma

propaganda ao contrário pudesse abalar os procedimentos de aprendizagem na sala de aula (NASCIMENTO, 2008, p. 101).

Para tanto, colocar a educação no centro do processo de formação desse novo sujeito da ordem republicana era centralizar a formação do homem para a sociedade que formava nas teias do capitalismo em virtude de que a “[...] ignorância e República são idéas que se repellem” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

A revista *A Escola* não foge dessa regra, o que podemos averiguar nos excertos que compõem esse periódico, no qual a educação é vista como a “[...] chave para a solução para os problemas” (A ESCOLA, 1907, n. 6, p. 68), ou seja, a educação seria a panaceia para os princípios são e altruístas consignados na magna carta” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

A educação foi chamada a cumprir o papel essencial de regeneração e de formação desse novo homem: trabalhador livre e com direito de ter direitos, uma vez que “Pedagógico, e não ethonologico, é, pois o problema” (A ESCOLA, 1907, n. 1, p. 1).

O que estava por trás desse interesse e centralidade<sup>6</sup> na escola era a necessidade de “moldar” o novo cidadão com uma visão burguesa de trabalho, o assalariado, camuflando a desigualdade proporcionada pelo capitalismo. A Revista exerceria, ainda, o papel de instrumento de controle social, alavanca essencial para a manutenção da ordem. Cambi (1999) denomina essa centralidade de “mito da educação”, fato existente “[...] já no século XVIII, como no século XIX e assim até um pouco além dos anos 1950/1960 do século XX” (CAMBI, 1999, p. 326).

Podemos, então, inferir que a educação efetivamente foi o canal mais preciso para a formação do trabalhador livre e assalariado, mediante a disseminação do liberalismo e manutenção das relações de exploração na aparente ideia de progresso. Como divulgara a própria revista: “Precizamos de ENSINO NACIONAL que faça brasileiros, que faça cidadãos, que faça homens” (A ESCOLA, 1907, n. 1, p. 48).



Nesse desiderato, a escola seria o local ideal, dado a sua abrangência, para a divulgação da ciência e legitimação do processo, ou melhor, o meio mais expressivo para disseminar a ideologia liberal via discurso de igualdade e liberdade. Conforme os ideais liberais da sociedade, a instrução escolar seria o caminho para o progresso, sendo preciso assim atingir o maior contingente possível da população, tendo como tarefa alfabetizar para integrar o povo à política, moralizar o povo e higienizar espaços sociais (NORONHA, 2009, p. 171).

Foi nesse terreno fértil, ávido por ideias modernas que apagassem os resquícios de uma sociedade atrasada, que a educação ocupa local central, pois “No regimem republicano o problema da instrucção se impõe e reclama prompta solução” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1), problemas que se instauravam na sociedade brasileira nos primeiros anos do século XX, pois “Hoje o valor das nações é representado pela expansão intelletctual de seus filhos, pelo fulgor de suas escolas, pela alteza, pelos princípios sãos e altruistas consignados na magna carta” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

A educação foi chamada a cumprir o papel essencial de regeneração e de formação desse novo homem: trabalhador livre e com direito de ter direitos, uma vez que “Pedagógico, e não ethonologico, é, pois o problema” (A ESCOLA, 1907, n. 1, p. 1).

O que estava por trás desse interesse e centralidade<sup>6</sup> na escola era a necessidade de “moldar” o novo cidadão com uma visão burguesa de trabalho, o assalariado, camuflando a desigualdade proporcionada pelo capitalismo. A Revista exerceria, ainda, o papel de instrumento de controle social, alavanca essencial para a manutenção da ordem. Cambi (1999) denomina essa centralidade de “mito da educação”, fato existente “[...] já no século XVIII, como no século XIX e assim até um pouco além dos anos 1950/1960 do século XX” (CAMBI, 1999, p. 326).

Podemos, então, inferir que a educação efetivamente foi o canal mais preciso para a formação do trabalhador livre e assala-

riado, mediante a disseminação do liberalismo e manutenção das relações de exploração na aparente ideia de progresso. Como divulgara a própria revista: “Precizamos de ENSINO NACIONAL que faça brasileiros, que faça cidadãos, que faça homens” (A ESCOLA, 1907, n. 1, p. 48).

Nesse desiderato, a escola seria o local ideal, dado a sua abrangência, para a divulgação da ciência e legitimação do processo, ou melhor, o meio mais expressivo para disseminar a ideologia liberal via discurso de igualdade e liberdade. Conforme os ideais liberais da sociedade, a instrução escolar seria o caminho para o progresso, sendo preciso assim atingir o maior contingente possível da população, tendo como tarefa alfabetizar para integrar o povo à política, moralizar o povo e higienizar espaços sociais (NORONHA, 2009, p. 171).

Foi nesse terreno fértil, ávido por ideias modernas que apagassem os resquícios de uma sociedade atrasada, que a educação ocupa local central, pois “No regime republicano o problema da instrução se impõe e reclama prompta solução” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1), disseminando-se que essa seria uma das chaves para o progresso. Nesse sentido, a escola, principalmente a primária, é utilizada como veículo de reprodução dos objetivos maiores da nação e como transmissora da mensagem patriótica a todos os cidadãos (TRINDADE, 1996, p. 87).

Campanhas para a difusão da escola primária, tendo como base a nacionalidade, foram efetivadas, visto que “[...] é base senão primordial, pelo menos fonte secundária onde o povo vae haurir a longos sorvos as luzes que aclaram o espírito se seus filhos” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 6), fato que pode ser averiguado na propaganda e na implantação da nova organização escolar: os grupos escolares, exemplo mais expressivo do pensamento homogeneizador da época, fundamentado “[...] em bases seguras, rectas, inflexíveis, unificando- o em toda a República” (A ESCOLA, 1907, n. 4, p. 3).

Esse movimento em prol da escolarização, fruto da luta de classes, caracteriza-se pela relação entre avanço e retrocesso. A educação assume as características do processo histórico e, nesse caso, sob o modo de produção capitalista, pelo fato de a divisão de classe ser o cerne desse processo, era preciso voltar-se a certos aspectos que atendessem aos anseios da classe trabalhadora dando-lhe a oportunidade “igual” de acesso à luz do saber.

Em contrapartida, era necessário manter a divisão de classe, camuflando-se na ideia de democracia por meio do direito à escolarização livre, laica e gratuita, mais como concessão do que direito. A classificação igualitária dos alunos em um mesmo espaço e no mesmo tempo, “[...] constituiu-se numa das grandes revoluções na organização do ensino primário, sendo considerada a essência da escola graduada” (SOUZA, 1998, p. 33).

Observa-se quão importante foi a imprensa, tanto a pedagógica quanto leiga, como mediadora para o processo de disseminação da ideologia liberal e um eficaz método de propagação de pensamentos e dos grandes debates presentes naquele contexto.

A relevância das ciências humanas se consolidou a importância no campo científico, tendo como marco, dessa evolução histórica, no século XIX, período no qual o homem passa ser o centro do objeto científico (CHAUI, 2000), tanto sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos da ciência, quanto aos aparatos como pano de fundo ideológicos, religioso, histórico, entre outros, que deram a configuração atual das ciências humanas e alcançaram o estatuto científico.

É neste percurso do final do século XIX, que a História da educação como “A educação é parte integrante da história, mas a história não é da educação” (LEONEL, 2006, p. 53) E neste sentido, a educação é compreendida na sua totalidade integrada nas “[...] histórias, por natureza, tanto pelos seus objetivos como pelos seus modos de conhecimento. Por isso, a história é consubstancial à própria constituição dessas ciências” (NOVOA, 1999, p.15) que se preocupa em investigar os indivíduos num determinado tempo

e espaço a fim de compreender suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Ao longo da história da humanidade esse campo de conhecimento “[...] sofreu uma verdadeira revolução com a introdução das novas abordagens, dos novos problemas e dos novos objetos” (SANFELICE, 2006, p.23) passou por muitas transformações, que acompanham o desenvolvimento do homem inserido na sociedade, num determinado contexto histórico de espaço e no tempo.

No período de final do século XIX, assiste-se ao surgimento da reação anti-racionalistas, “[...] por exemplo, pelas obras de Dilthey e de Spengler, [que] organiza-se, na década de 20 deste século [XX] o movimento que se traduziu na “Escola dos Annales” (SAVIANI,2007, p.9), enquanto busca de superação dos limites da historiografia tradicional de fundo positivista até então dominante na Europa, principalmente na Alemanha e França. No Brasil, os reflexos dessa influência se fazem presente desde o final do século.

O movimento dos Annales é formado por pesquisadores organizados em torno da revista acadêmica *Revue des Annales* dividida em:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras (BURKE,1997, pp.17-18).

Considerando a História em constante movimento, o que remete ao historiador a reconstrução desse movimento (SAVIANI, 2007), logo, torna-se mais evidente entender as rupturas que essa ciência vivenciou no século XX e, ainda hoje, com as novas configurações sociais que marcaram a humanidade nesse período.

O que permanece desde a antiguidade é essa inquietude investigativa de analisar o ser humano em suas múltiplas relações. Assim, o papel do historiador é apoiar-se em registros para resgatar um passado que se justifica a luz do próprio presente, pois, o passado é “[...] uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWM, 1998, p. 22).

A seleção de um tema de pesquisa científica, bem como de um viés teórico-metodológico não é mera casualidade, ao contrário disso, a escolha é objetiva, pois, surge da relação do pesquisador com seu entorno e vice-versa. Portanto, as contradições do tempo presente levaram essa pesquisa a referenciar o passado na busca de analisar a relação do ontem e do hoje e identificar as rupturas e as permanências.

## REVISTA CLUBE CURITIBANO

Em meio as contradições que existem em todo desenvolvimento social de uma sociedade, expectativas e turbulências relacionadas ao desejo de desenvolvimento, promessas de melhoria das condições de vida dos brasileiros e controle por parte do Estado, constitui-se o nosso objeto de pesquisa: o projeto paranaense de formação do “Novo Homem” no início da Primeira República que se manifesta na revista do clube curitibano.

Em meio a tantas contradições, expectativas e turbulências relacionadas ao desejo de progresso, às promessas de melhoria das condições de vida dos brasileiros e ao controle por parte do novo governo, constituiu-se o nosso objeto de pesquisa: no momento que começam a despontar indícios da formação do “novo” homem, em correspondência ao desejo de uma nova identidade na sociedade paranaense, destacamos para investigação a revista do Clube Curitibano, na qual os mais importantes intelectuais se reuniam para pensar e difundir o projeto paranaense de modernidade do início da Primeira República. Trata-se, portanto, de um projeto educacional, não formal, gestado e disseminado em dois espaços: na agremiação Clube Curitibano e na revista Clube Curitibano.

A análise da atuação da imprensa literária educacional curitibana e a compreensão dos seus objetivos nos deram o indicativo do projeto do “Homem Novo” que vamos pesquisar na sociedade paranaense, pois

[...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista [...] é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1).

A imprensa educacional é protagonista na fomentação e consolidação do projeto de nação, como forma de efetivação de direitos sociais. Afinal, qual é o papel da imprensa literária educacional? De modo preliminar, pode-se afirmar que as universidades, através dos estudos com a imprensa, vêm avançando e passam a ser os responsáveis pela produção e problematização do conhecimento oferecendo à sociedade um modo de compreender como, ao longo da história, a humanidade se orienta pela concepção de educação e pelos interesses que permeiam as sociedades.

Porém não podemos perder a vigilância pois ela [...] a imprensa, com seus meios de comunicação, é também uma empresa que busca lucros, e com isso é capaz de compor opiniões, estimular e desestimular comportamentos, e entre outros aspectos. Por isso, a imprensa não se limita (RODRIGUES E SILVA, 2014, p.5).

A partir destes princípios o pesquisadores devem estar alerta, para não contemplar o texto apresentado como verdade acabada pois ela tem diversos interesses que dependendo do óculos do leitor, ele não consegue perceber as múltiplas facetas que muitas vezes esteja aparentemente visível, não representa a verdade, pois a reportagem traz um conteúdo que não é algo neutro, uma vez que foi gestada para responder aos interesses de um determinado grupo de uma determinada classe social com o objetivo de consolidar as ideias burguesa.

Nessa perspectiva, tornou-se relevante a identificação e a análise do projeto do Novo Homem, proposto pelos intelectuais colaboradores como: Ermelino Agostinho de Leão, Dario Vellozo, Emiliano e Júlio Pernetta, Leôncio Correia, Silveira Neto, Antônio Braga, Sebastião Paraná e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, eram os principais escritores da Revista do Clube, e também dos principais redatores: Ermelino Agostinho de Leão, Dario Vellozo, os irmãos Emiliano e Júlio Pernetta, Leôncio Correia, Silveira Neto, Antônio Braga, Sebastião Paraná

e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, nos números dos anos de 1890 a 1912.

É consenso entre os pesquisadores da História da Educação que a imprensa como fonte ou objeto de pesquisa, desta feita, não será aqui explanado sobre esse percurso, já bem feito, por exemplo, por Capelato (1994), De Luca (2005) entre outros autores, principalmente dos adeptos do movimento de Annales, ao discutir sobre o alargamento da fonte em contrariedade da visão positivista de rigidez e objetividade dos documentos.

Na história da educação, este movimento da utilização de fontes que ultrapassam os muros da escola é também crescente, como por exemplo, a imprensa especializada voltada ao campo educacional<sup>1</sup> que se tornou referência para a compreensão, principalmente, do contexto social no período da pesquisa, por ser contemporânea ao acontecimento, ampliando assim as análises para além dos documentos oficiais, realizando). Este fato contribui para o repensar da pesquisa em educação e para a crítica à cristalização de procedimentos e de fontes que de “[...] uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época” (VIDAL, CAMARGO, 1992, p. 408) determinam a veracidade ou não da pesquisa.

No século XIX, o mundo passou por grandes transformações e, de forma lenta, nas colônias que foram colonizadas pelos portugueses e também no Brasil. A imprensa periódica foi a principal bandeira que “[...]direcionou as mudanças no âmbito cultural, social e político. Ela passou a defender os valores do capital no discurso do princípio da liberdade de imprensa, como forma de difundir as ideias liberais dentro do modo de produção capitalista” (NASCIMENTO, ZALORENZI E LEAL, 2023, p.3).

A imprensa, no final do XIX e início da República, no Paraná “[...]se organizavam [...]mantinham as características do que fa-

---

1. Sobre o estudo com periódicos educacionais ler Catani (1997).



ziam na Europa, baseando-se nos princípios do projeto iluminista” (NASCIMENTO, ZALORENZI E LEAL, 2023, p.3).

A imprensa se apresentava-se com uma grande preocupação na formação dos leitores, mesmo sabendo que a instrução pública caminhava a passos lentos, uma realidade que fazia eco com o restante do país, na “[...] carência de escolas e professores [...], já que o povo brasileiro vivia quase que no analfabetismo absoluto. A instrução elementar, por conta das escolas primárias, em todo o Império, era considerada privilégio das populações estrangeiras” (NASCIMENTO, 2004, 26).

Muito embora, cabe ressaltar que a colonização europeia que se instalou no Paraná, a partir da metade do século XIX, trouxe grandes contribuições para o desenvolvimento do Estado, trazendo conhecimentos técnicos e culturais que colaboraram para o desenvolvimento região. E com a educação escolar não foi diferente, os imigrantes organizados em colônias[...]providenciavam escolas próprias, [...], para a instrução de seus filhos. Desta forma, estes imigrantes cuidavam de conservar e transmitir a sua cultura, providenciando professores da própria etnia e dando as aulas na língua de origem” (NASCIMENTO, 2004, p.172).

Na tabela abaixo, são retratados os diversos impressos, publicados pelos primeiros imigrantes que chegaram no Paraná “[...]um grande campo de atuação que se expandiu em conformidade com cada núcleo de imigrantes na língua pátria. Com variados títulos, foram sendo organizados com destaques da política e da economia, passando Também pelas artes e religião, e também não podemos esquecer dos jornais voltados aos leitores imigrantes presentes no Paraná”

---

2. Para a região sul do Brasil principalmente o Paraná, chegaram grupos de colonos etnicamente homogêneos, oriundos da imigração europeia, essa chegada “[...] passou a ser considerada como garantia de apoio e proteção às fronteiras, em virtude dos constantes conflitos” (NASCIMENTO, 2004, 34)

## Títulos de jornais estrangeiros no Paraná(1881-1908)

<i>Der Pionier Curitiba</i>	1881
<i>Deutscher Waltemblatt Curitiba</i>	1882
<i>Der Franen Lieblina Curitiba</i>	1885
<i>Deutsch Echo Curitiba</i>	1886
<i>Der Erzaller Curitiba</i>	1886
<i>Deutsch Wolkszeitung Curitiba</i>	1887
<i>Deutscher Blatter Curitiba</i>	1887
<i>Der Beobachter Curitiba</i>	1889
<i>Wuterhallemgsblatt Curitiba</i>	1890
<i>Aus Natch zum Licht Curitiba</i>	1891
<i>Deutsch Post Curitiba</i>	1892
<i>L'Italia Curitiba</i>	1892
<i>Gazeta Polska y Brazilye Curitiba</i>	1892
<i>Illustrirtes Unterhaltemblatt Curitiba</i>	1893
<i>II Corriere d'Italia Curitiba</i>	1883
<i>II Lavoratore Curitiba</i>	1893
<i>Deutscher Zeitung Curitiba</i>	1896
<i>Die Hummel Curitiba</i>	1895
<i>Der Franen Liebling Curitiba</i>	1896
<i>Brasilianisch Bienenpfege Curitiba</i>	1897
<i>Kurier Paranski Curitiba</i>	1897
<i>Zwiaj Kawiay Curitiba</i>	1898
<i>Djablik Paransky Curitiba</i>	1898
<i>Borsenhale Curitiba</i>	1898
<i>Il Diritto Curitiba</i>	1899
<i>Prawda Curitiba</i>	1900
<i>Lo Spauracchio Curitiba</i>	1902
<i>Roboinik Paranski Curitiba</i>	1902
<i>Corriere del Parana Curitiba</i>	1903
<i>Die Wespe Curitiba</i>	1903
<i>Das Boxende Koenguruh Curitiba</i>	1903
<i>Der Bazar Curitiba</i>	1908

Fonte: Adaptado pelas autoras de Costa e Denipoti (2016apud NASCIMENTO, ZALORENZI E LEAL, 2023, p.5).

Cabe aqui ressaltar que no estado do Paraná, no final do século XIX e início do XX a imprensa foi se organizando nas cidades mais desenvolvidas, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela1–Imprensa no Paraná(1854-1907)

<b>Cidade</b>	<b>Número de jornais</b>
Antonina	12
Campo Largo	3
Castro	10
Campo do Tenente	1
Curitiba	282
Deodoro	1
Entre Rios	1
Guarapuava	7
Jacarezinho	1
Lapa	10
Morretes	12
Palmas	1
Palmeira	3
Paranaguá	62
Ponta Grossa	13
São José dos Pinhais	1
São Matheus	1
Tamandaré	1
Triunpho	1
União da Vitória	1
Xapeco	1
Total	425

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Costa e Denipot (2016) apud NASCIMENTO, ZALORENZI E LEAL, 2023, p.4).

A tabela acima ilustra bem os 425 títulos e Curitiba é o lugar que “[...] mais organizou impressos com 42 títulos dos 50 periódicos de literatura, perfazendo 84% de periódicos. Já o segundo lugar ficou por conta da cidade de Paranaguá, seguida das demais cidades.” (NASCIMENTO, ZALORENZI E LEAL, 2023, p.4).

Este quadro também se apresenta o quadro de impotência diante do ideal republicano anunciado de transformação e desenvolvimento para o Estado, do “[...] muito que precisava ser realizado para sair do estado de letargia em que se encontrava a educação e das imensas dificuldades existentes na educação pública” (NASCIMENTO, 2004, p.172).

Dentro deste cenário, muitas vezes contraditório, é que surge a nossa análise no período de (1890 A 1910), em que as ideias eram veiculadas como forma de consolidação do novo regime que se faziam presente, produzidas pelo pequeno grupo e disseminadas por eles ou produzidas por eles, em sintonia com o sistema capitalista que se consolidava se fizeram presentes, através da palavra escrita, com a criação de jornais e periódicos no Estado, principalmente na sociedade curitibana, com um alcance apenas para público reduzidos, de leitores alfabetizados.

É neste cenário que os nossos questionamentos são apresentados, para dar continuidade e aprofundamentos da Imprensa na sociedade paranaense<sup>3</sup>, mais especificamente, a curitibana. Diante do exposto, justificamos a importância que nos conduziram à elaboração da nova proposta de trabalho no que se refere ao seu objeto de análise e à fonte primária do estudo.

Pois, a imprensa como fonte de análise na História da educação, vem “[...] contribuindo para novas interpretações sobre o pensamento educacional, em virtude de que a palavra escrita pode em qualquer tempo e lugar ser utilizada na construção de interpretações históricas [...]” (ZANLORENZI, 2010, p. 65). Aqui

---

3. Estudos que estão presente neste texto, em que, através de seus objetos de estudo, contribuem para compreensão da formação da sociedade, Paranaense e aqui mais específico a Curitibana.

estamos priorizando a análise na Revista Clube Curitibano e a participação dos articulistas que criaram e organizaram o periódico, expressando os interesses na sociedade dentro movimento histórico apoiado nas condições materiais que representavam.

Educação e imprensa são utilizadas de forma efetiva e primordial na sociedade capitalista. A primeira ocupa lugar central, tanto como via de reprodução de ideais, como via de emancipação; a imprensa ocupa lugar como reflexo da própria história das relações produzidas pela sociedade capitalista.

A valorização desses dois instrumentos, estrategicamente utilizados para a perpetuação hegemônica, pode ser verificada de forma preponderante no início do século XX, dado o objetivo de disseminação do ideal liberal. Tal fato pode ser averiguado de forma bem pontual nas publicações da revista A Escola, que ao se propor como veículo de formação docente, proporcionava a homogeneização do trabalho docente, tendo como base os ideais liberais de liberdade, igualdade e individualidade.

É nessa relação entre educação, imprensa e ideologia liberal que os periódicos pedagógicos, com o intuito de formação docente, cumpriram o papel de veículo de reprodução e manutenção ideológica, o que pode ser observado no destaque dado aos temas e na ressonância das opiniões expressas.

## **ESTADO, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO NO JORNAL TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS (1954 A 1959)**

O jornal Tribuna dos Municípios surge em uma época, em 1954, que mudanças nos padrões de vida como: a crescente participação da mulher, a produção automatizada, a popularização no consumo, os eletrodomésticos, a produção automobilística, o cinema e a televisão, contribuíram para intensificar o ritmo das produções e conseqüentemente a exploração do trabalho, reflexo da influência pós-guerra do capitalismo americano e do momento de desenvolvimento do país.

Este periódico era um semanário mantido e custeado pelo editor e pela arrecadação de assinaturas, exemplo do jornal que ainda mantinha as características da imprensa artesanal, baseado mais no jornalismo literário, de doutrina e de opinião, no qual o comentário pessoal, principalmente do editor, era transmitido de forma objetiva, e sua ideologia era diretamente demonstrada.

Esse jornalismo de opinião ainda era visto nas cidades do interior, que continham um ritmo de vida mais pacato em relação aos grandes centros urbanos, sem a necessidade da escala industrial que os grandes jornais estavam adotando e a rapidez em disseminar as notícias, agora de forma mais sintéticas e com a transmissão mais impessoal da informação.

[...] pode-se qualificar o jornalismo como um gênero de trabalho intelectual que serve como instrumento veiculador e manipulador de interesses públicos-privados-políticos-empresariais, culturais-ideológicos. Como instrumento veiculador e manipulador, está portanto destinado a atuar na vida social. Em conseqüência, o jornalismo não é algo neutro aos acontecimentos, às informações ou às concepções. (ARAÚJO, 2002, p. 98)

O jornal, além da circulação local, também era vendido para outras regiões, principalmente nas cidades circunvizinhas: Teixeira Soares, Palmeira, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, Porto Amazonas, Inácio Martins, Imbituva, Prudentópolis. Já na primeira edição, o editor expõe sobre sua pretensão de trabalhar em prol dos municípios da região, a “‘Tribuna dos Municípios’ vem colaborar pela elevação cultural de Irati e batalhar com ardor pelo municípios do interior que vivem, longe do cimento armado, com falta de tudo o que sobeja nas grandes cidades” (*Tribuna dos Municípios*, 24-05-1954).

O jornal *Tribuna dos Municípios* foi inicialmente impresso na Gráfica Martins, em Irati, para mais tarde passar a ser editado na Gráfica e Editora Lítero-Técnica, variando sua tiragem entre 1.200 a 2.500 exemplares. Do ponto de vista temático, possuía uma diversidade de assuntos envolvendo literatura, educação, culinária, filosofia, assuntos sociais, crônicas e esportes, entretanto, seu ponto mais forte era a política, principalmente a política nacional. Fiel às convicções ideológicas do editor, principalmente de cunho conservador, os artigos e notícias também do colaboradores, ora se colocavam a favor do Estado, ora contra esse, porém não de forma diretamente, em virtude de sua própria dependência.

No primeiro ano, as publicidades limitavam-se apenas ao comércio local, como lojas de armarinhos, confecções, oficinas de automóveis, lojas de eletrodomésticos. Entretanto, em 1955, já é possível verificar a influência do capitalismo, a partir das propagandas de grandes empresas como Brastemp, Ford, Philips, General Motors do Brasil S.A. Dodge, inserindo, assim, no espaço de exploração comercial e consumismo, preceitos do capitalismo. Ao mesmo tempo que em seus artigos critica a influência dos americanos, do cinema e revistas em quadrinhos, já se usufruía das tramas da publicidades das grandes redes internacionais, pois era uma forma de manter suas edições. O jornal *Tribuna dos*

*Municípios* encerrou suas atividades em 21 de maio de 1978, após o falecimento do seu proprietário, senhor Antonio Lopes Júnior.

## **A Tribuna Dos Municípios<sup>4</sup> : os temas mais enfocados**

Elevar o Brasil à condição de grande potência era o objetivo do Estado, neste período. Desde 1930, a indústria ia deixando suas características tradicionais e com a II Guerra Mundial e as restrições com a importação, efetivamente acontece o impulso para a expansão industrial do país e, com isso, as mudanças na sociedade.

A nova fase de expansão da indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão-de-obra. O sistema educacional, todavia, não possuía a infra-estrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional, tampouco as classes médias, que faziam crescer a demanda social da educação, estavam realmente interessadas no ensino profissionalizante de grau médio. A organização do ensino médio profissional continuou, pois apesar das reformas, a arrastar lentamente, sem uma expansão capaz de atender às necessidades do desenvolvimento. A indústria, por sua vez, exigia uma formação mínima do operariado, o que teria de ser feito do modo mais rápido e mais prático. (ROMANELLI, 2005, p. 166)

Diante da cobrança das indústrias de uma formação mínima do operariado, surgiu o aparecimento de exigências educacionais, principalmente, em relação à qualificação para o trabalho.

---

4. Os dados sobre o jornal *Tribuna dos Municípios* foram fornecidos por Carlos Alberto de Sotti Lopes e prof. Zélia Marochi, filhos de Antonio Lopes Júnior, proprietário do periódico.



A Reforma Capanema<sup>5</sup>, de 1942 - que reformulou o ensino secundário - é um exemplo das ações realizadas pelo Estado nesse aspecto, pois “Uma forma muito apreciada pelos burgueses é a educação, e particularmente, a educação profissional universal.” (MARX, 1979, p. 73)

O jornal, em relação à educação, colocava-se ora contrário ao Estado, dado que seus ideais se baseavam nos ditames hegelianos e nesta década o capitalismo estava consolidado, e consequentemente os ideais liberais, ora também tratava de assuntos que evidenciavam a ideologia pregada pelo Estado, demonstrando a influência desta, tendo em vista a frequência em que os artigos eram debatidos sobre a educação profissionalizante, tema que mais era dado ênfase na época.

O Brasil precisa de homens sãos para o trabalho. E é pela raça que se dá valor a um povo e pela moral que se conhece a sociedade. Dando extinção ao abandono de crianças temos u’ a mocidade sadia e forte. Eduquemos a infância para a vida dando-lhe uma profissão adequada ensinando-lhe a compreensão do bem, e amanhã veremos cidadãos capazes de lutar inteligentemente pelo melhoramento do Brasil. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS – 26-02-1955)

O Estado, nessa época, atrelava a educação às necessidades de institucionalização de uma “educação para o desenvolvimento”, ou seja, ao ensino técnico-profissionalizante, que não deveria ser apenas no ensino médio, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho.

---

5. Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas Gustavo Capanema começam a serem reformados alguns ramos do ensino. Ainda uma vez o governo preferia conduzir-se para o terreno das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino, como exigia o momento. (ROMANELLI, 2005, p. 154) É decretada a Reforma de Ensino Capanema, relativa ao ensino secundário, refletindo o transplante da ideologia nazi-facista já agora na organização escolar brasileira. (RIBEIRO, 1981, p. 122) Trechos do próprio Capanema sobre o ensino secundário indica esta influência: “Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade”. (RIBEIRO, 1981, p. 138)

Vivemos uma época em que se pretende construir tudo pela metade, ou do meio para o fim. Fala-se em reforma urgente do ensino médio e na difusão do superior, semeando-se faculdades, deixando-se ao abandono, o curso básico, sem o qual nada será possível fazer. O ensino primário, sobre o qual se erigirá o edifício da instrução, é ainda e infelizmente, uma verdadeira calamidade. Fazemos campanhas de alfabetização de adultos e deixamos as crianças se criarem sem escolas, para que novos adultos analfabetos continuem a existir, justificando assim, uma campanha sem resultados práticos. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 23-03-1957)

No entanto, através desse artigo do jornal, pode-se observar a situação do ensino primário no interior, em uma época na qual a ênfase era para o ensino profissionalizante.

[...] no Brasil existem mais de quatro milhões de crianças sem escolas. Não se pode começar a construção de um edifício pelo sobrado. Vamos cuidar, portanto, de regularizar, antes de tudo, o ensino primário, dando melhor estrutura, subordinando-o ao Ministério da Educação, formando com carinho e patriotismo os seus professores com obrigatoriedade de estágio nas escolas longínquas, dando-lhes um critério de remoção por merecimento comprovado em concursos. É preciso que cada povoado, onde existam 10 crianças, tenha a sua escola e a sua mestra dedicada, com a obrigatoriedade de se concluir o 4º ano, pois o que se verifica é que, além daquele número astronômico de crianças sem escolas muitas das que frequentam, apenas se alfabetizam e abandonam os bancos escolares no início do segundo ano. É extremamente doloroso tudo isto e merece o estudo e a solução urgente por parte dos responsáveis que terão de se apresentar um dia perante o tribunal da história, para prestar contas de sua gestão. A responsabilidade, porém, não está somente nos governantes

[...].(TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 23-03-1957, com grifos do original).

Mesmo havendo uma ampliação da rede escolar, o país manteve a metade de sua população sem domínio dos conhecimentos básicos da leitura e da escrita, demonstrando, assim, a utilização do ensino apenas à elite, dado a falta de continuidade pela maioria da população nos seus estudos.

Inverteu-se o papel da educação colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado, como formadora de mão-de-obra técnica. O Estado, com suas reformas educacionais visava, em primeiro plano, ao ensino profissionalizante, porém como se pode observar, nos textos do periódico, esta realidade restringia-se aos grandes centros.

Há falta de bons profissionais em tôdas as categorias de trabalho. Queixam-se os alfaiates, os barbeiros, os marceneiros e outros a falta de braço.[...] Onde estão as escolas profissionais para se descobrir vocações e encaminhá-las?Onde estão os homens públicos nesta hora de angustias? Que pensam e que fazem os responsáveis pelos destinos da Nação?...Passeiam. Vão a banquete e festas suntuosas que se sucedem a todo instante. É muito exigente a vida social dos homens públicos. Não há tempo para pensar nessas coisas, para estudar esses problemas. É preciso, porém mudar. Vamos mudar de atitudes! (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 21-08-1954)

O poder da influência da ideologia do Estado burguês é visto nesse artigo, no qual o jornal evidencia sua concordância e conformidade em relação às propostas educacionais capitalistas de preparação de mão-de-obra, inclusive denuncia a falta do ensino profissionalizante no município. Ultrapassando somente questões de sobrevivência do próprio periódico, em virtude que não era válido ir contra àquele que regularizava a sua veiculação, manifestando de forma clara, o princípio liberal de recrutamen-

to, segundo a competência individual, ao enaltecer as vocações. Inclusive é denunciado o descaso dos políticos com a falta de empenho desses nas questões sociais, especificamente, a preparação para o mercado de trabalho.

Em contrapartida, já em outro artigo, o jornal relata a sua opinião com relação a concepção de trabalho. Como forma de transformação do objeto, a partir de uma atividade livre do indivíduo, denuncia a maneira como o capitalismo e o pensamento liberal vinha desvirtuando a sua função, bem como a visão do homem, colocando-o como mero produto.

Questão social existe não como simples palavra, mas como trágica realidade. Traduz aquele complexo de males que atormentam a sociedade com relação ao trabalho. O trabalho em sua justa acepção é a atividade livre e consciente da pessoa humana exercida sobre uma realidade externa. “é transformação de um objeto ao qual imprime o cunho do espírito. É aperfeiçoamento do sujeito a quem permite atualizar as próprias virtualidades físicas, intelectuais e morais”. Arrancado deste centro, desvirtua-se; é sempre tirano, escraviza, quer seja ídolo (socialismo), quer seja mero instrumento de produção (capitalismo). (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 27-06-1954)

Estar livre do preceito liberal de meritocracia era a maneira para sanar os males que se colocava na sociedade. A alienação e o desvirtuamento que o capitalismo vinha proporcionando ao homem, só finalizaria com a consciência da própria alienação.

Divinizá-lo para enaltecê-lo, é escravizar o homem sob o jugo de uma tirania humilhante. Degradá-lo à categoria de meio a serviço de uma bem material, é sacrificar no operário, o homem com suas exigências espirituais. A questão social é o fruto do desvirtuamento progressivo do verdadeiro conceito do trabalho. Para apre-

dê-lo, basta ter os olhos abertos e a consciência livre do preconceito liberal, que teima em negar a própria realidade. Os fatos são por demais concludentes para não nos ferir de pronto a retina [...]. A lei da justiça que devia regular as relações sociais, foi substituída pela lei de Nietzsche: “Vence o mais forte”. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 27-06-1954)

As mudanças nos costumes da sociedade, entre eles o consumismo, que reforça a reprodução dos meios de produção, fica evidente nesse artigo. Apesar de referir-se à inversão do papel do homem em relação ao trabalho, de dominador a dominado, caracteriza esse como aperfeiçoamento de virtudes, dado que o homem possui exigências sociais. Retorna-se, então, ao próprio preceito liberal de meritocracia.

A educação para o trabalho, em virtude de o Estado estar sob a tutela do mercado e do capital, era a grande preocupação dessa década. Além da ênfase a esse tema, a partir do levantamento das notícias do jornal, constataram-se também os seguintes temas específicos mais abordados e que podem fornecer uma análise das maiores preocupações da época: alfabetização, ensino rural, educação e juventude, metodologia, educação e religião, educação e política, professor, formação de professores, tema os quais serão discutidos a seguir.

## **AS DISCUSSÕES DA ÉPOCA E A RELAÇÃO DO ESTADO E A EDUCAÇÃO**

A sociedade brasileira, nos anos 50, teve um grande impulso para a base industrial, com isso as exigências para um melhor preparo de mão-de-obra, já discutido acima, levou a concentrar as ações educacionais para esta modalidade. Entretanto, num país que continuava com um índice elevado de analfabetos, principalmente devido ao grande contingente de êxodo rural, era

evidente a dissimulação da ideologia dominante e a reprodução das relações de produção, com o descaso e ações ineficazes para sanar este problema.

[...] A sociedade brasileira, nos últimos 20 anos, trocou uma base econômica agrícola pela indústria. As exigências de melhor preparo de mão de obra acentuam-se. Quando a simples alfabetização já não basta, não conseguimos sequer oferecê-la a mais de 25 milhões de brasileiros! Ora, na sociedade industrial a cultura letrada não é apenas condição de ajustamento social, mas também de sobrevivência individual. (RIBEIRO, 1981, p. 146)

O jornal retrata tal fato quando diz que o “[...] analfabetismo no Brasil ainda é uma realidade angustiante, a-pesar-de tôda a propaganda de alfabetização.” (Tribuna dos Municípios, 13-06-1954)

Desde a Primeira República, na qual o analfabetismo era “[...] a marca da inaptidão para o Progresso. Era ele a causa da existência das populações que ‘mourejavam no Estado’ [...]” (CARVALHO, 1989, p.40), foram feitas campanhas para sanar esse problema e, na década de 50, não foi diferente, como se observa nesse anúncio do jornal: “Antes de ensinar a um analfabeto as letras primárias, você deverá alertá-lo, fraternalmente, sobre os males da ignorância. Procedendo de tal sorte, colaborará como Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.” (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS - 08-10-1959).

Entretanto, as ações do Estado, nesse sentido, não foram realizadas de forma agressiva e constante para que fosse resolvido. (RIBEIRO, 1981, p. 128) Mesmo sendo condição básica à integração melhor no mercado de trabalho, para a alfabetização não eram reservadas ações efetivas o que demonstra privilégio à determinada classe e a permanência das condições para a exploração e para desigualdade econômica, ao invés de diminuí-la. “A ignorância é a mãe da indústria, bem como da superstição.

A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de mexer o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra.” (MARX, 1979, p. 200)

Por outro lado, o periódico retoma o assunto em relação ao analfabetismo, ao colocar-se contra o voto do analfabeto.

É assim que se pretende estimular a instrução no Brasil - De loucura em loucura, vai sendo destruída a Nação. Os jornais falam do propósito de deputado Armando Falcão que pretende conseguir uma reforma constitucional no sentido de ampliar o direito de voto entendendo-o aos analfabetos. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-09-1957)

Pela forma como o jornal justifica a sua posição, pode-se ter um parâmetro da situação da educação brasileira e a incoerência das ações do governo que direcionavam suas propostas ao nível secundário, enquanto o nível primário, a base para todas as modalidades, era defasado.

É mais uma loucura entre as muitas que vêm transformando êste país numa casa de doidos. Não basta o baixo nível de instrução que nos desgraça e degrada; a quantidade de ginásios que não sabem redigir um bilhete; o apreciável número de alunos de Cursos Superiores, que desconhecem as regras comesinhas da sintáxe, a significação dos vocábulos, revelando deplorável indigência mental; e a multidão de demi-analfabetos entregues às histórias em quadrinhos, rasbicadores de assinaturas ilegíveis. Não basta sabermos que nosso país é um dos que apresenta mais baixo índice no tocante à leitura[...] Não; tudo isso é pouco e os Sr. Armando Falcão quer proclamar constitucionalmente: «Brasileiros, não sejam tolos; nada de queimar as pestanas; em nada se deve distinguir o alfabetizado do analfabeto; todos são iguais e com os mesmos direitos». Se porventura o senhor Falcão con-

seguisse o que almeja, então para complementar a sua genial providência, teríamos de fechar todas as escolas de alfabetização de adultos, pois entre os motivos que a êstes sugerem a necessidade de aprender a ler está a de se poderem qualificar como eleitores. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-09-1957)

Demonstrando com evidência o conservadorismo do seu posicionamento, relaciona o ato de ler e escrever e a influência destes na qualificação de bons eleitores. Sem um maior aprofundamento, o jornal não analisa a ideologia implícita do Estado burguês nesse tema, ideologia esta apoiada no sufrágio universal, enfim, no direito ao voto, criando condições necessárias à reprodução das relações de produção capitalista.

[...] a classe possuidora domina diretamente através do sufrágio universal. Enquanto a classe oprimida, portanto, em nosso caso, o proletariado, ainda não estiver madura para a sua autoliberação, ela há de reconhecer, em sua maioria, a ordenação existente como a única possível e ser, politicamente, a cauda da classe dos capitalistas, a sua ala de extrema-esquerda. (MARX In. FERNANDES, 1989, p. 232)

Todavia, esta crítica à forma liberal democrática estende-se apenas à antipatia ao partido comunista que inclui nas suas propostas o voto do analfabeto. Não há uma análise sobre as consequências do analfabetismo e da falta de ações efetivas para a escolarização da maioria da sociedade, bem como a elitização do ensino.

Cumprе acentuar – e isto é o mais importante – que o Partido Comunista inclui no seu programa o voto aos analfabetos. Baste esse fato para se prever todo o alcance da medida tão estapafúrdia. Os comunistas, que querem anarquizar o nosso país para mais facil-



mente o levarem aos caos de que locupletará a Rússia Soviética, sabem perfeitamente a razão pela qual lhes é conveniente o voto aos analfabetos. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-09-1957)

Observa-se, no artigo acima, a defasagem entre a realidade educacional e o desenvolvimento almejado, ou seja, na distância entre as realidades das escolas e os moldes a serem seguidos, principalmente nas zonas onde a produção capitalista não era tão efetiva em relação aos grandes centros urbanos e industriais. Nesse sentido, a educação relegada ao interior do Brasil e regiões como o Nordeste seguiam uma estrutura e currículo escolar incoerentes à sua realidade. A preocupação com a modernização evidencia esta incoerência, principalmente com relação ao ensino no interior do país, o qual tinha a sua base na agricultura e não na indústria.

É impressionante cada vez mais o problema da educação e da cultura em nosso país. Escolas existem em abundância. Quem se dê ao trabalho de lecionar, também existe. Programas, métodos, novidades em pedagogia surgem a cada passo. Técnicos de educação há em quantidade apreciável. E o problema vai se agravando cada vez mais. Por que será? Alguma coisa deve estar errado. Isso, entretanto, não é novidade nesta terra, onde pouca coisa anda de acôrdo. O mal está na intervenção da política partidária, na ambição eleitoral, de quem deveria ver, antes e acima de tudo, o interesse da Pátria, com a ambição sublime, de elevar de fato o nível cultural do povo. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 27-06-1954)

Esse texto do jornal pontua a forma incoerente como estavam sendo feitas as reformas e ao mesmo tempo, a falta de conhecimento dos educadores à frente dessas reformas. Também é retomado o mesmo tema, ao dizer que

A desorganização de programas e a falta de conexão de um curso para o outro é um fato alarmante. [...] Onde andavam os “técnicos” de educação, com a cabeça quando elaboraram tais programas? E as reformas que reformam as “reformas”, cada vez piorando mais. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 10-03-1956)

Em seguida, o texto continua a relatar tal fato, quando novamente diz que:

Em qualquer parte onde encontramos pessoas sensatas discutindo problemas que nos afligem, ouvimos a mesma afirmativa. – Como está, não pode continuar...- Assim como vai, não tem mais jeito...E concluímos que de-fato, está na hora de mudar. O povo sabe a força que tem nas mãos e vai dizer um BASTA na palhaçada que existe em diversos setores da vida nacional. Nada vai bem neste país, não ser o esbanjamento em orgias oficiais, com bailes de gala, banquetes custosos com cascaca e tudo, automóveis de chapa branca, a confusão dos ministérios, das secretarias de estado, transformados em “iscas” partidárias, com demagogias de verbas orçamentárias, a perda de tempo administradores em confabulações político-partidárias em detrimento da administração e, sobre tudo isso, o sorriso clássico, fotogênico para propaganda impressa. O ensino está anarquizado e a culpa não é dos heróicos professores, nem da maioria dos diretores idealistas. São as reformas anuais, feitas a joelho, por quem nunca talvez tenha exercido o magistério secundário. As finanças são estudadas por técnicos improvisados e que desconhecem a realidade nacional. Pensam que o Brasil é o Rio-de-Janeiro e chegam ao absurdo de afirmar que o aumento do petróleo não elevará o custo de vida [...]. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 26-03-1955)

A educação, como aparelho ideológico, era pensada tendo em vista a economia da época e, enquanto, nesta, os debates giravam em torno do capital estrangeiro e o posicionamento do Estado, simultaneamente, na educação, as discussões giravam em torno da questão do posicionamento do Estado em relação ao ensino público e ao ensino privado, principalmente no que dizia respeito aos financiamentos direcionados à educação. Os reflexos da economia e a influência do capitalismo e das idéias liberais estavam permeando os conflitos educacionais.

Esses debates foram intensificados com a elaboração de um anteprojeto, no qual constaria as diretrizes e bases da educação nacional, conforme a determinação da Constituição de 1946. A Constituição estabelecia ao Governo Federal, no artigo 150, “[...] fixar um plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país”. (RIBEIRO, 1982, p. 107), plano este que só seria aprovado em 1961.

Nessas discussões, voltaria à tona a questão ideológica, já anteriormente iniciada, em 1920, sobre a relação entre a Igreja e o Estado diante da educação, isto é, diante do destino da escola pública que havia crescido nos anos 40 e 50.

A velha questão da laicidade do ensino apresentava-se com outras vestes. (ROMANELLI, 2005, p. 177) Para tanto, a discussão sobre a lei geral da educação daria margem a um conflito entre defensores da escola pública e defensores do ensino privado, assim, os conservadores católicos voltariam a reivindicar seus interesses.

Os defensores das escolas particulares defendem a idéia de que o Estado, ao invés de criar escolas, deveria financiar as particulares para que estas se tornassem gratuitas e os pais tivessem direito à escolha da escola. [...]. A isso os defensores da escola pública respondem afirmando que o real problema dos pais brasileiros é arranjar escola para seus filhos e não escolher entre as que existem.

As famílias que têm a preocupação de que seus filhos estudem em tal ou qual escola são uma minoria e socialmente bem colocados, podendo pagar por tal privilégio. (RIBEIRO, 1982, p. 152)

Para os conservadores, era preciso obter o monopólio educacional que haviam perdido com o advento da República e, conseqüentemente, a sua ideologia. Já os defensores do ensino público, argumentavam que o ensino gratuito e obrigatório possibilitava às camadas populares uma via de acesso à participação na vida econômica, de forma menos discriminante, como também a participação política mais consciente, e conseqüentemente minando as bases políticas da elite.

Reacendia a luta, agora revestida de maior complexidade. No momento em que se ia votar a primeira lei geral da educação do país, as velhas forças conservadoras conseguiram arregimentar-se com eficácia no plano da organização e da ação, para voltar à carga, já não para assumir o controle da orientação religiosa dos alunos nas escolas oficiais, mas para conseguir muito mais que isso. A questão da laicidade estava ultrapassada. Agora era preciso obter mais, se possível, tudo o que se perdera com o advento da República. (ROMANELLI, 2005, p. 177)

Mesmo com as divergências ideológicas e versões diferentes, principalmente em relação ao posicionamento do Estado, o objetivo comum dos dois grupos era de manter os ideais liberais do capitalismo, tendo em vista que o Estado “[...] é uma instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe” (BOTTMORE, 2001, p. 133).

Sendo assim, a escola pública, atrelada aos interesses do Estado e aos ditames do mercado, mais precisamente à educação estatal, também está vinculada aos interesses privados, na medi-

da em que o Estado se associa às classes dominantes, exercendo uma função importante como regulador da luta de classes e da ordem social. (SANFELICE, 2005, p. 181)

Nessa perspectiva, a educação estatal tem como objetivo a garantia de certas condições para que os trabalhadores possam vender sua força de trabalho, longe de ser uma educação pública, como sendo aquela que é “relativa, pertencente ou disseminada ao povo, à coletividade: opinião pública; bem-estar público, movimento público”. (FERREIRA, 1999, p. 1414)

Este conflito ampliou-se para toda a sociedade e, assim, vários partidos ideológicos se envolveram tomando posições divergentes. O jornal, em relação a esse tema, coloca-se, mesmo de forma sutil, como defensor do ensino privado quando diz que sente falta das “[...] célebres escolas particulares, onde os pais mandavam com gosto os filhos e que aprendiam de fato.” (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 23-03-1957). Muitas destas escolas estavam sob a tutela da Igreja, o que evidencia a ideologia idealista expressa pelo periódico.

É precisamente esta contradição (entre o interesse do indivíduo e o interesse coletivo) que faz que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória, mas sobre a base concreta dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como: laços de sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses; e entre esses interesses ressaltam particularmente os interesses das classes já condicionadas pela divisão de trabalho que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes, daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas

ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes em si. (MARX, 1979, p. 39)

O jornal também comprova sua posição a favor dos defensores da escola privada, ao criticar os defensores da escola pública, “Os chamados grandes pedagogos brasileiros, através do INEP, anarquismaram com o ensino em nossa Pátria. A sua inspiração é de Dewey[...]” (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 01-08-1958), responsabilizando-os, em parte, pelo comportamento da juventude que estava sob a influência pragmatismo americano.

Mais adiante, o artigo continua a mostrar a sua ligação com a ideologia da Igreja, ao dizer que a solução para a anarquia em que se encontrava a educação “*está no retorno do homem a Cristo.*” (Tribuna dos Municípios, 01-08-1958) Critica a educação moderna, defendida pelos Pioneiros da Escola Nova, quando diz que:

Há quem admire muito a falta absoluta de educação da infância e juventude de hoje e chame de educação moderna. Mas como? Educar é selecionar, é orientar, é aperfeiçoar integralmente as novas gerações é transmitir a polidez, a cortesia, a civilidade e nunca foi nem será, a volta ao tempo da caverna, a extinção das boas qualidades[...]. Crianças, jovens, não deixem que a chamada educação moderna tome conta de vocês[...].(TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 18-06-1959)

As ideologias que se confrontavam, conservadores e progressistas, apesar de em seus discursos deixarem claro seu posicionamento em relação ao ensino no que diz respeito à democratização, bem como os interesses comerciais que estavam em jogo, tinham em comum a

[...] incompreensão e o temor da Democracia.. Ambas não encaravam como “valor” nem a ordem social democrática, nem os seus requisitos dinâmicos, entre os quais sobreleva a educação popular. Para ambas, a de-

sigualdade econômica, política e social é uma condição natural, que não precisa ser combatida e muito menos compensada pela distribuição eqüitativa da instrução. Elas não vêm no “estado democrático” senão uma fachada, conveniente para arranjos que removem antigos privilégios ou fomentam outros novos, porventura ainda mais desumanos. (ROMANELLI, 2005, p. 190)

Mesmo com os grandes debates, que movimentaram o contexto educacional e possibilitaram a oportunidade de repensar as diretrizes para o ensino nacional, os interesses de classes, muitas vezes implícitos, estavam presentes nos grupos que discutiam os rumos da educação, que sobre o prisma de suas concepções, planejavam e idealizavam a educação sem verificar a realidade brasileira.

[...] a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente das suas condições reais. Os indivíduos particulares devem ser libertos das suas múltiplas limitações nacionais e locais, e entrar em relações práticas com a produção do mundo inteiro (incluindo a produção intelectual) e estar em condições de gozar da produção universal do mundo inteiro (criação dos homens). (MARX, 1978, p. 179)

Peculiar do liberalismo, a educação continuaria elitista, “[...] é preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo; por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. (MARX, 1979, p. 224).

Entretanto, as reformas só mantiveram, sob a égide da modernidade, a conservação da dominação. Pode-se observar tal situação pela divisão dentro da própria classe de intelectuais.

A divisão do trabalho, que acima já encontramos como um dos poderes principais da história até hoje, exter-

na-se agora também na classe dominante como divisão entre o trabalho material e o intelectual, de maneira que dentro dessa classe uma parte entra em cena como os pensadores dessa classe ( os ideólogos que a projetam ativamente em pensamento, que fazem da elaboração da ilusão dessa classe sobre si mesma o ramos principal da sua subsistência), ao passo que os outros se comportam mais passiva e receptivamente diante destes pensamentos e ilusões por serem, na realidade efetiva, os membros ativos dessa classe e por disporem de menos tempo para ter ilusões e pensamentos sobre si mesmo. (MARX, In. FERNDANDES, 1989, p. 207)

Sendo assim, aos professores, os que realmente executariam as reformas e, ao mesmo tempo, sofreriam as suas consequências, diante da sua precária formação, restavam aceitar o que lhe era imposto pelos técnicos de educação.

O mal está na pressa com que se fazem programas de ensino, nas transformações de métodos na improvisação do professor, na improvisação de técnicos, que se formam em cursos intensivos, de poucos dias. A improvisação é o maior mal. A intervenção política é quase sempre a culpada pela improvisação, trocando-se muitas vezes capacidades por afilhadismos. É tempo já de se dar independência à educação e à cultura, nomeando-se para o Ministério e para as secretarias, professores renomados, que tenham vindo, desde o curso primário, fazendo a sua carreira de estudos, de sacrifícios, de experiências no trato diário das aulas. E nas reformas do ensino, deve-se procurar o conjunto e não fazê-las precipitadamente, sem conexão. (TRIBUNA OS MUNICÍPIOS, 27-06-1954)

O que se observa diante dessa alienação do professor, e mesmo diante da improvisação sinalizada pelo jornal, é a ideologia



do Estado burguês, dado que a educação é um de seus aparelhos ideológicos e os professores os perpetuadores da hegemonia.

[...] muitos (professores) não têm nem um princípio de suspeita do “trabalho” que o sistema (que o ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, ou, que é pior, põem todo seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os famosos métodos novos). Eles questionam tão pouco que contribuem, pelo seu devotamento mesmo, para manter e alimentar esta representação ideológica da escola, que faz da Escola hoje algo tão “natural” e indispensável, e benfazeja a nossos contemporâneos como a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás. (ALTHUSSER, 1985, p. 81)

Esta alienação, um poder estranho que se opõe, possibilita o controle e a continuidade da desigualdade social. Os professores, sem mesmo perceber tal alienação, colocam-se a serviço dos interesses da classe dominante e auxiliam na sua manutenção.

Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de actividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meios de subsistência. (MARX, 1979, p. 41)

Alienação esta, que se estendia a toda sociedade e que impossibilitava uma reflexão mais efetiva sobre os problemas educacionais, colocando como causa fatos fora do contexto, generalizados e impregnados da ideologia dominante, como se observa no artigo do periódico.

Todos concordam perfeitamente na decadência formidável do ensino no Brasil. A causa não está apenas nos

programas desajustados e mal feitos, que mais parecem destinados à anarquia geral; não está somente na má formação dos professores de curso primário, onde as escolas normais, de um modo geral, perderam aquê ideal tão necessário a um curso de tamanha responsabilidade; não está na nomeação de alunas para regente de ensino, sem ainda o preparo para tão alta missão; não é responsável só a malfadada política partidária que se intromete onde não lhe diz respeito; não devemos culpar somente os professores improvisados dos cursos secundários que, desprovidos de ideal sem conhecimento da chama ardente do amor ao próximo, transforma missão, em profissão; não será, ainda, só o preço exorbitante do livro didático, que muda de colégio para colégio, numa confusão danada. A causa do descalabro está também, na péssima alimentação das criancinhas pobres. É de cortar o coração. A grande maioria, de pés descalços, saem pela manhã, apenas com uma xícara de chá, sem qualquer alimento sólido. Isto acontece, não apenas no mato, mas nas próprias cidades. E sabemos que o restante de sua alimentação, de um modo geral, pode encher o estômago, mas alimenta pouco. Meditemos bem. Terá ânimo para o estudo, para o esforço mental, uma criança assim, desnutrida? Absolutamente, não! E a casa onde moram? Convém não esquecer que uma grande parte, habita casebres onde existe apenas um quarto para sete a oito pessoas e uma cosinha que é também sala às vezes, quarto para parentes visitantes. Terá ambiente para estudo, para o preparo de lições, uma criança que vive dessa maneira? É extremamente doloroso pensar nisso tudo, mas é a verdade clara. Grandes capacidades, inteligências raras são perdidas dessa maneira. (Tribuna dos Municípios, 16- 03- 1957)

O jornal aponta, nesse texto, os problemas dentro da educação como, por exemplo, professores mal formados, incoerência no ensino e a influência partidária, porém não faz uma aborda-

gem que efetivamente demonstre a ideologia do Estado a serviço da classe dominante, a partir do seu aparato, a educação. Cabe lembrar que esse periódico também se mantinha com a regularização do Estado, portanto não lhe era válido demonstrar abertamente as contradições que se colocavam na sociedade, entre elas apenas a preparação às elites.

[...] o descompasso original e persistente entre a produção cultural e o progresso econômico e entre o progresso econômico e o desenvolvimento social acarretou a manutenção da dependência para o progresso e acabou perpetuando o saber como instrumento de fortalecimento do poder de uma classe dominante que urgia não sucumbir de todo ao imperialismo e não se deixar destituir internamente pela miséria que engendrava. Foi assim que “educar para o progresso” se traduziu em “educar para o comando”. E a escola brasileira se viu solicitada a reforçar a sua função de preparar as “elites condutoras” para absorver e administrar a dependência e garantir internamente o seu domínio, pela direção eficiente da máquina estatal, e a sua hegemonia, pelo monopólio dos instrumentos de elaboração e expressão de idéias e valores. (XAVIER, 1990, p. 147)

Como toda a imprensa, esse jornal local, mesmo de forma sutil, seguia a ideologia do Estado, todavia a análise de suas notícias nos dá a possibilidade de visualizar as questões educacionais, as transformações, os impasses da sociedade brasileira em suas demais realidades, enfim, compreender a educação não apenas nos ambientes no qual esta era determinada e pensada, mas também nos vários locais onde era debatida e interpretada, enfim, na sua totalidade.

Muito se tem escrito sobre a educação e seu movimento mais amplo, suas leis e determinações, entretanto, como esta era compreendida e vivenciada nos mais diferentes espaços, principalmente no interior do Brasil, ainda se faz necessária, e a aná-

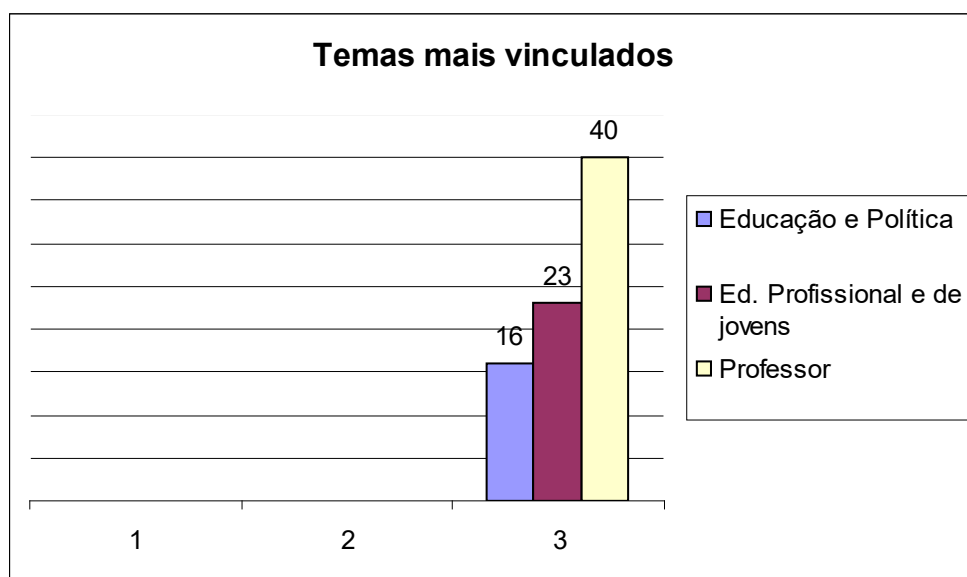
lise da imprensa, sem grandes proporções, pode auxiliar neste sentido.

## OS TEMAS MAIS ABORDADOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO JORNAL *TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS*

As notícias veiculadas sobre a educação no jornal *Tribuna dos Municípios*, demonstram as preocupações, bem como os interesses, os quais não eram apenas pontuais do município onde o jornal era editado, mas sim interesses do movimento mais amplos do país. Podemos verificar que os temas mais enfocados nesse período, de 1954 a 1959, foram os seguintes, como ilustra o quadro a seguir.

**QUADRO 1**

Notícias de 1954 a 1959



Fonte: as autoras

O quadro acima demonstra a quantidade de veiculação dos temas que tiveram maior proeminência: educação e política (16), educação profissional (23), e professor (26).

É possível observar, a partir dos temas acima, os interesses ideológicos que estavam presentes no contexto brasileiro. O país vivia o processo de consolidação da indústria e para tanto, a intervenção do Estado foi uma forma de concretizar tal direcionamento, pois as ações do governo, principalmente com Juscelino Kubitschek, focavam como meta o crescimento industrial, refletido em todos os setores, e a educação e a imprensa não fogem a regra.

Os temas apresentados, no quadro acima, trazem como um dos eixos principais, a educação profissional, educação e política, presentes tanto nos artigos, no editorial, como nas notícias do jornal *Tribuna dos Municípios*, demonstrando quais eram os assuntos mais proeminentes da época e que eram alvo de discussões. Frequentemente, o periódico retomava questões que envolviam a educação profissionalizante, bem como a falta de coerência nas ações governamentais, que tinham como base os grandes centros.

Ao criticar a forma como estava sendo conduzida a educação profissional, as reformas educacionais, a política do Estado e a valorização do professor, o periódico demonstrava e reafirmava a ideologia do capitalismo. “Com virtude e o estudo por base, e o trabalho por princípio, é a mocidade idealista legião magnífica de fé e esperança, útil à sociedade em que vive, à Nação a que pertence à Posteridade Pátria.” (*Tribuna dos Municípios*, 06-11-1954).

Ser útil à sociedade que se colocava, enfim, à sociedade capitalista e à obediência a esses preceitos, era a garantia para a ordem vigente e a reprodução dos meios de produção. Garantia esta que poderia ser alcançada com a igualdade de oportunidades e que ocultava a meritocracia, objetivo maior da ideologia liberal, na qual a educação foi fator preponderante para a conso-

lidação dessa ordem e para o fornecimento de habilidades técnicas para a reprodução das condições de dominação.

[...] a ideologia educacional lograda foi o produto inevitável da consciência burguesa e liberal possível dentre desse contexto, e adequou o sistema escolar às funções efetivamente exigidas pela sociedade que se produzia na trajetória da consolidação de uma ordem capitalista dependente e excludente.(XAVIER, 1990, p. 144)

Esse preceito de igualdade, cerne do liberalismo, compreende-se na missão de trabalhar e adquirir a propriedade privada, porém apenas àqueles que são capazes de utilizar as oportunidades que igualmente são dispostas como direito natural. Todavia, sabe-se que tal preceito era restrito àqueles que tinham acesso aos bens de produção, ou seja, a classe dominante.

Vamos começar pelo uniforme, dando um distintivo ao aluno para que ele na escola, ou nas ruas, sinta o brio do escolar e do estabelecimento a que pertence. E não venham dizer que há pessoas pobres que não podem comprar uniformes, porque, usando roupas comuns, além de ficar em posição inferior aos que podem mais, o gasto será muito maior que o uso do uniforme. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 06-11-1954)

A igualdade proposta indiretamente, nesse texto do jornal, com vias de unidade e uniformização, intensifica a desigualdade existente no posicionamento social, ou seja, reforça que há os que possuem condições econômicas melhores. Frequentar a escola e utilizar o uniforme era, ideologicamente, uma forma de homogeneizar o sistema, demonstrar o direito natural de igualdade e, ao mesmo tempo, ocultar que a educação não garantiria o acesso aos bens por todos.

À educação cabia dar continuidade a essa divisão de classe, para tanto, dividia o ensino naquele destinado aos menos favore-

cidos - o ensino profissionalizante - e aquele destinado às elites - o ensino superior - mantendo, assim, a divisão entre o trabalho manual e intelectual.

É importante salientar que, nessa década, estava ainda em vigor a Lei Orgânica do Ensino Secundário, redigida pelo então Ministro Gustavo Capanema, em 1942. Tal lei, que abrangeu o ensino secundário e técnico industrial, favorecia a formação da elite, como se observa no discurso do citado ministro:

O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores de concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais no povo [...].’ (RIBEIRO, 1982, p. 137)

A precariedade do acesso a este ensino secundário, bem como ao ensino superior, o qual era destinado àqueles que tinham condições econômicas, vem reforçar a idéia de elitização da educação, expressa na lei. Tal divisão é reforçada no texto do jornal abaixo ao expressar que se um estrangeiro vier ao país,

Encontrará uma infinidade de desempregados, de inadaptados, porque não existindo escolas profissionais nas cidades do interior, mas apenas ginásios, o infeliz que tira o curso liceal, não podendo continuar os estudos em curso superior por deficiência financeira, torna-se um indivíduo praticamente sem profissão, a solicitar, para viver, aquele trágico “qualquer coisa” que é pior dos ofícios. ( TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 23-07-1955)

O reflexo da ideologia desenvolvimentista do Estado brasileiro de aceleração e expansão industrial estava impressa no artigo do jornal *Tribuna dos Municípios*, que fala sobre a educação

profissional, assunto amplamente discutido na década de 1950, e que teve mais proeminência, como podemos verificar nas leis que regiam a educação. O jornal denuncia a contradição das reformas educacionais que estabelecem o ensino profissionalizante, o qual não havia no interior do país, como também o ingresso ao ensino superior destinado à elite. Entretanto, não analisa que tais reformas destinavam-se à consolidação do capitalismo.

A importância do sistema educacional numa situação de crescimento do capitalismo industrial gerou, e gera ainda entre nós, equívocos e controvérsias. Parece tendência comum entre educadores brasileiros a aceitação do pressuposto da vinculação indissolúvel entre o avanço técnico da produção e a qualificação da força de trabalho e entre essa qualificação e a escola. Isso induziu e tem induzido à defesa veemente da reforma educacional como requisito essencial da adequação do sistema à expansão econômica. Segundo essa ótica, o crescimento industrial, na medida em que implica a automação crescente do trabalho, traria consigo a necessidade de qualificação geral da força de trabalho como condição para sua continuidade. (XAVIER, 1990, p. 152)

A importância da profissionalização através do ensino, oficializado pelas reformas educacionais, pontua a educação como um veículo para adaptar as gerações à sociedade que está se desenvolvendo. Enfim, seria através da educação, ou melhor, do ensino profissionalizante, que o país cresceria. O ritmo acelerado da industrialização, o que efetivamente marcaria o capitalismo no país, exigia a formação de um maior contingente de mão-de-obra.

O verdadeiro significado da educação para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais possíveis, de tal forma que, se é afastado de um ramo pelo



emprego de uma nova máquina, ou por mudança na divisão de trabalho, possa instalar-se noutro lado o mais facilmente possível (MARX, 1979, p. 75).

Assim, respondendo às exigências da indústria para a formação dos operários dos grandes centros urbanos, o Estado brasileiro estava em consonância com a legislação educacional e com um sistema paralelo ao sistema oficial, como por exemplo, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que exercia suas funções, desde 1942, e juntamente com outros órgãos que visavam a concretizar uma política educacional de âmbito nacional (RIBEIRO, 1982, p. 135).

Desta forma, o Estado cumpria o papel de garantir a ordem capitalista, tendo reflexo em todo o país, mesmo nos lugares que não possuíam uma base industrial, dado que deveriam seguir tal legislação. Em contrapartida, as atividades específicas das demais regiões, não eram contempladas, principalmente no interior do país.

Irati, não foge a esta regra, pois era um município onde havia apenas uma escola com ensino secundário com os cursos de Comércio e Escola Normal e estas eram privadas, como também a maior atividade econômica era a agricultura e a maioria da população estava no meio rural. Porém, numa década em que se prezava o avanço industrial e a legislação educacional refletia tal fato, é visível a ideologia da classe dominante.

Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou, e maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos a “cultura da cidade”, enquanto sistema e valores, padrões de comportamento e modo de pensar peculiares às relações

de produção geradas industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dessa época, já não era mais possível reviver – a não ser como anacronismo – a ideologia da “vocação agrária” do Brasil. A indústria, como categoria econômica, política e cultural passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios (IANNI, 1990, p. 177)

O foco era a industrialização, todavia havia regiões do país sem estrutura mínima que viesse dar sustento ao tão desejado desenvolvimento, como, por exemplo, a precariedade na saúde e educação, dando margem ao êxodo rural, já que as oportunidades estavam nos grandes centros urbanos.

O Sertão não tem conforto. Não tem médico, não tem farmácia. As escolas de modo geral, não têm professor à altura da alta e dignificante missão de ensinar às crianças rurais. A vida do lavrador é, atualmente, a pior possível. e a lavoura vai se despovoando cada vez mais. [...] Com dolorosa amargura verifica que fora traído pelo fascínio da cidade, como as mariposas são atraídas pela luz da lâmpada, que se apaga depois para deixá-la abandonada. É preciso um sentido novo de vida em todos os setores de atividade. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS - 29-06-1956)

Tal incompatibilidade evidencia a contradição do posicionamento do Estado em relação ao processo educacional em todo país, no qual impunha-se a ideologia capitalista sem uma real verificação das bases econômicas de cada região. A educação, como aparelho ideológico do Estado, cumpria, assim, a função

de aumentar a produção capitalista, a partir da preparação e exploração da mão-de-obra.

Foram aparentemente as exigências da produção industrial que despertaram os educadores para a crítica do sistema educacional tradicional, que não se mostrava capaz de suprir o mercado com a força de trabalho adequada às atividades industriais em ascensão. Essa constatação, ao invés de evoluir para a compreensão de que nem toda a formação necessária poderia ser realizada pelo sistema escolar, levou à crença na possibilidade de uma correção através da ampla reforma do ensino. Foi o que de imediato reavivou as propostas de renovação do sistema educacional brasileiro nas décadas de 20 e 30 e o que, de certa forma, sustenta ainda hoje nas críticas com relação à “defasagem” do nosso ensino. A questão da produção científica e tecnológica, efetivamente condicionante do processo de avanço da produção industrial, foi relegada em função da presumida prioridade da qualificação para o trabalho.(XAVIER, 1990, p. 154)

Esta incoerência nas reformas educacionais é amplamente denunciada pelo jornal, e neste texto retoma um fato comum na época, a relação entre a insuficiência de tais reformas e o burocratismo típico do Estado burguês.

O ensino está anarquizado e a culpa não é dos heróicos professores, nem da maioria dos diretores idealistas. São as reformas anunciadas feitas nos joelhos, por quem nunca talvez tenha exercido o magistério secundário.(TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 26-03-1955).

A burocracia cumpria bem o seu papel de disseminar a ideologia do Estado, bem como fazer funcionar as decisões impostas pela classe dominante, não apenas economicamente, mas também intelectualmente. Os reflexos desse posicionamento são

vistos nos textos do periódico que freqüentemente aborda temas sobre política e a educação, relatando sobre padrinhos políticos para professores, burocratismo e a incoerência nas matrículas das escolas públicas com falta de vagas.

E o colégio dos filhos? Ele que está no meio da “civilização”. E que o seu filho precisa aprender, a fim de que possa ter um destino melhor. Os pais sabem perfeitamente o preço de uma matrícula e da mensalidade num colégio. Sabem também que os colégios gratuitos no dia que abrem já não têm mais vaga. Estão lotados pelos “influentes”, os “apadrinhados”. Quanta miséria! Quanto crime! Quanta sem vergonhice! (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 09-07-1955)

Todavia, a crítica estendia-se apenas ao sistema burocrático do Estado e a política de favores, sem uma verificação sobre a hegemonia da classe dominante e os aparelhos ideológicos do Estado contribuindo para esta hegemonia. Para o filho do operário ter um destino melhor, ou seja, fazer parte de uma classe mais privilegiada, deveria estudar, porém a falta de escolas gratuitas não dava esta possibilidade. Deixar a educação apenas àqueles que faziam parte da classe dominante era dar continuidade ao poder nas mãos dos mesmos, que contribuiriam para a manutenção do capitalismo.

São exatamente as condições objetivas que permitem a renovação e ampliação da crítica à educação nos países pobres, pelo menos quando ela é tomada, pela classe dominante conservadora, como instrumento equalizador de oportunidades, que conferindo a todos na sociedade iguais condições para participar na “livre competição” em que se assenta o capitalismo, daria suporte e legitimidade à apregoada meritocracia capitalista. (ROSSI, 1978, p. 79)

Pode-se observar as contradições existentes na educação dessa década, ao verificar que o ensino elementar teve um avanço com a “[...] ampliação da rede escolar tanto quanto ao pessoal docente como à matrícula” (RIBEIRO, 1982, p. 146), entretanto, já no Ensino Médio a situação era outra, pois “[...] comparando-se a matrícula deste nível com a do elementar, verifica-se que o atendimento é reduzido e a melhora é vagarosa.” (RIBEIRO, 1982, p. 148)<sup>6</sup>.

Em Irati, especificamente na década de 1950, não havia colégios públicos de ensino médio, como já foi dito acima, então as críticas e os apelos do jornal pela educação profissionalizante ora sinalizava a lacuna do ensino existente no município, como também reforçava a importância de tal educação para a formação da juventude, pois “ O Brasil precisa de homens são para o trabalho” (TM, 26-02-1955).

Dando continuidade, as matérias de mais evidência no jornal, sua como a educação dos jovens, outro tema muito discutido no periódico, detinha-se sobre os seus costumes, bem como sobre o cinema e as revistas importadas. Símbolos da influência do imperialismo americano, o periódico resumia a falta de idealismo da juventude e a suas mudanças de comportamento à influência dos filmes americanos e as revistas em quadrinhos.

Terá sido um sociólogo, ou um filósofo, ou apenas um gaiato quem atribuiu à mocidade atual o epíteto em epígrafe: geração “ Coca-cola” ? Quem faz parte desta geração? [...] Vamos aos fatos. Quais os lugares mais frequentados pela gente moça, em nossos dias: os cinemas ou as bibliotecas? Quais as suas leituras prediletas: livros ou histórias em quadrinhos? [...] Geração “coca-cola”, juventude desprovida de idealismo sadio, mocidade sem destino certo [...]. Geração de irresponsáveis, que perderam o contacto com a realidade da vida. Nenhuma

6. Esta análise de Maria Luísa S. Ribeiro em relação a ampliação da matrícula, retratam dados gerais do Brasil.

geração humana teve uma sina mais deplorável do que a desta juventude, que se colocou sob o irrisório signo de um refrigerante, olhai bem, de um refrigerante somente, e da mais nada.( TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 19-01-1957)

O jornal coloca em pauta, mesmo que através de sua ideologia conservadora, a questão do consumismo que é um dos princípios para a manutenção do capitalismo. Não analisa com mais profundidade o círculo que estava sendo instaurado neste período em que o capitalismo americano, com veste democrática, vinha ocasionando no Brasil, após a II Guerra Mundial.

Reforçar o consumismo e a circulação de capital era reforçar também a produção e a força de trabalho. É nessa década que os costumes do brasileiro alteram-se, principalmente em relação ao padrão de consumo, dado a intervenção do Estado e a abertura ao capital estrangeiro que direcionou seus investimentos à indústria.

Note-se como se combinam (nessa diretriz de política externa especial para os novos coloniais e dependentes) as razões políticas e econômicas do governo e das empresas mais poderosas dos Estados Unidos, para substituir “o velho imperialismo” pela supremacia norte-americana. O desfecho da Segunda Guerra Mundial havia ampliado bastante as fronteiras internacionais do sistema econômico, político e militar desse país. Ou seja, o recuo dos velhos imperialismos (inglês, francês, belga, holandês, japonês, etc.) havia criado novas perspectivas e responsabilidades para governo e as grandes empresas dos Estados Unidos. Nessa situação, foi necessário um envolvimento mais ostensivo do governo norte-americano nos assuntos econômicos - financeiros, políticos, militares e técnicos científicos dos povos das “áreas subdesenvolvidos” (IANNI, 1991, p. 154).

A análise feita pelo periódico não esclarece com mais aprofundamento a influência do imperialismo americano, como também a influência do capitalismo pela circulação de mercadorias e o consumo, e sim se resume à crítica relacionada aos costumes da nova geração e o reflexo de suas atitudes na educação.

Está o brilhante diário paranaense “O Estado do Paraná”, realizando uma enquete a respeito da literatura em quadrinhos, que ultimamente infestou de maneira assombrosa a nossa Pátria. Os erros de português são abundantes; os nomes dos personagens a maioria são estrangeiros; o assunto é o da violência [...]. A criança, ou o jovem, acostumados a essa nefanda literatura, jamais terão coragem de se entregar a uma leitura séria e de fôlego, como necessitam os estudantes para o preparo de suas futuras atividades. O resultado é esse que estamos acostumados a ver todos os dias. Reprovação em massa nos exames vestibulares, ou nos concursos. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 30-03-1957)

Todavia é importante verificar que o acesso a esses materiais era reservado apenas à elite e principalmente analisar que, dado a escassez de colégio de ensino médio público, os que passavam por um vestibular e por um concurso era uma minoria, vindo a afirmar que a crítica feita do jornal, apesar de generalizante, não destinava ao povo em geral, mas sim demonstrava com evidência a sua ideologia conservadora a uma classe dominante, enfim, aquela que tinha acesso a este meio de comunicação.

Vale destacar que, em Irati, havia um contingente grande de imigrantes holandeses, poloneses, alemães, italianos, ucranianos em sua população e que estes se não eram alfabetizados, incentivavam seus filhos irem à escola, inclusive pagando escolas particulares, para os cursos que não haviam escolas públicas.

Esses imigrantes ao chegarem ao país buscaram construir condições de vida que fosse diferenciada do que passaram na

Europa, dado que haviam sofrido muito na crise pela falta de condições de trabalho imposta historicamente e determinada pelo desenvolvimento selvagem do capitalismo que varreu muitos operários de suas terras natal.

A busca pela fortuna e riqueza era uma constante no ideal dos imigrantes, que veio somar ao ideal de ampliação do capital com a autonomia do trabalho, vindo também ao encontro do projeto hegemônico da burguesia proprietária ascendente no país.

O jornal demonstra que a sua circulação era destinada a uma classe mais privilegiada e, dentro dessa classe, podemos destacar a figura do professor que era constantemente tema para artigos e notícias, desde aniversários, homenagens, poesias até artigos mais elaborados.

Ser professor significa estar abrasado de amor ao próximo. Não se compreende de outra forma aquele que dá tudo que possui, a sua cultura, os seus conhecimentos, aos outros, para que caminhem para frente, empreendam novas jornadas e façam novos cursos, enquanto ele fica no mesmo lugar, sofrendo sofrimentos vários, incompreendidos por uns e maltratados por outros, em troca de um rendimento financeiro, abaixo de vários empregos públicos para cujo ingresso não é necessário mais que ser alfabetizado. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-10 -1956)

O professor era retratado pelo periódico como o profissional que, apesar de não ser valorizado pelo Estado, continuava a sua função com dedicação, que deveria trabalhar com o mínimo para obter o melhor resultado para seus alunos. Comparava a sua desvalorização salarial em relação aos outros profissionais, os quais não era necessária tanta formação, apenas ser alfabetizado. A opinião do jornal em relação àqueles que escolhiam profissão docente destinava-se aos que tinham vocação, porém não expressa que para se tornar professor era preciso pagar por esse ensino.



Ser professor é possuir dentro do peito, um coração enorme, capaz de abrigar centenas de filhos alheios e a todos querer bem e a todos desejar aquilo que ele próprio desejara ser, ou o que ardentemente almeja para os seus filhos. O professor é aquele que esquece a primeira pessoa do singular, porque pensa mais nos outros do que em si próprio. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-10-1956)

Todavia, o periódico ao denunciar que tal função, a qual é dedicada tanta gratidão, também é alvo de política partidária, bem como do burocratismo do Estado. As nomeações, em virtude de não haver concurso público, na época, eram feitas sem critérios de seleção e, muitas vezes, por apadrinhamento político. Ao colocar a professora, principalmente a professora primária, como aquela que tinha a “missão sublime”, destinava à ela a função de abnegadora, idealizando a sua vocação, e reforçando que devia exercer sua profissão com empenho, pois *“somente por amor se conhece o magistério.”* (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 01-05/1959), entretanto, a profissão também era foco de incoerências como apadrinhamento.

Não se concebe, pois, em hipótese alguma, que existam professoras nomeadas, recebendo vencimentos, colocadas à disposição de outras repartições, as quais nem sempre aparece, ou mesmo que isso se verifique, estão desviadas da alta missão que lhes foi confiada. E muito menos, ainda, nas chamadas “professoras fantasmas”. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 01-05 - 1959)

Na década de 1950, ainda era comum ver a ideologia da oligarquia dos coronéis, presentes com outras estratégias, todavia reforçando a hegemonia da classe dominante, como se pode notar nas nomeações dos professores. Vale ressaltar que o ensino secundário era destinado àqueles que poderiam frequentar uma escola privada e, em Irati, especificamente a Escola Normal

funcionava em uma escola particular<sup>7</sup>. Assim, é possível analisar que muitas professoras eram de uma classe privilegiada e poderiam dar continuidade a essa hegemonia.

Também, podemos analisar a imagem romantizada da professora pelo jornal, como “[...]a mulher que vem enriquecer a página fulgurante da nossa história (Tribuna dos Municípios, 24-05-1955), que esquece a primeira pessoa do singular, porque pensa nos outros (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-10-1956), como também dedicada, singela, dentro dos preceitos da ideologia conservadora. Todavia, nessa década, a imagem da mulher já vinha sofrendo a influência da mulher moderna, principalmente respaldada pelo cinema.

[...] uma realidade fantasiada a partir das informações vindas em abundância dos estúdios da capital do cinema mundial, que estimulavam as moças e senhoras a se espelharem nas estrelas de Hollywood, as quais usavam cosméticos, belas roupas, tinham novas idéias e conquistavam a fama e prestígio social. Mas era sobretudo através da propaganda de produtos que enalteciam a beleza e que reforçavam a idéia de uma nova mulher, agora mais consumista[...] (SERPA, 2003, p. 19).<sup>8</sup>

A imagem de modernidade e glamour, veiculada na imprensa destinava-se à elite, que tinha acesso a esses meios impressos, porém bem diferente da maioria das mulheres no restante do país. Por trás destas veiculações é visível a ideologia capitalista como a apologia ao consumismo, por exemplo, nas propagandas de cosméticos e eletrodomésticos.

Diante dos temas, aqui apresentados, podemos dizer que o jornal Tribuna dos Municípios foi um veículo que proporcionou a análise da sociedade na década de 50, bem como a relação en-

---

7. Colégio Irati.

8. Para ler mais sobre a imagem da mulher vinculada na imprensa ler: SERPA, Leoní. **A máscara da modernidade**. Passo Fundo: UPF, 2003.

tre Estado e educação, objetivo desta pesquisa. Sem ter os mesmos padrões da vida urbana, o periódico de Irati, demonstra com evidência o movimento do capitalismo e sua repercussão numa região do interior do Brasil e, em alguns artigos, de forma camuflada, a defesa de alguns temas. Podemos compreender, com esta pesquisa, as amarras que os jornais sofreram devido às suas próprias dependências e o poder da ideologia do Estado burguês e a sua continuidade, a partir das contradições típicas de uma sociedade liberal, que vinha se afirmando, na qual a educação e a imprensa foram palco para essa hegemonia.

## **A IMPRENSA ESTUDANTIL: A REVISTA MOVIMENTO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES**

Os impressos estudantis são fontes históricas ricas em informações e podem nos revelar a forma de consciência dos grupos e movimentos sobre a educação e a sociedade. Nesse capítulo apresentaremos o pensamento progressista da União Nacional dos Estudantes (UNE) e sua disseminação pela imprensa estudantil nos anos iniciais da década de 1960, a partir das condições materiais da sociedade brasileira. Especificamente, desvelar à luz do materialismo histórico a questão da libertação nacional e da revolução brasileira nas páginas do periódico. Ou seja, propomos uma análise que identifique os pilares teóricos do pensamento progressista, desvelando seus princípios liberais e suas contradições.

**A revista *Movimento*<sup>9</sup>, nessa análise, é a fonte primária que nos possibilita conhecer as ideias progressistas da UNE num determinado contexto histórico. Partindo do pressuposto**

---

9. *Movimento* foi uma revista da UNE, publicada pela Editora Universitária, que circulou no Brasil entre os anos de 1962 e 1963 (número 01 ao número 11). O título da revista será apresentado em itálico, bem como as citações diretas dos escritos das onze edições preservando a grafia original e sem o uso de indicações.

**de que as formas de pensamento** se separadas da história real, não têm nenhum valor (MARX; ENGELS, 2007), defendemos a tese de que o pensamento progressista, veiculado na revista *Movimento* da UNE, possui princípios liberais e é fruto das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista existente no Brasil no início da década de 1960.

Esse impresso, financiado pela própria entidade universitária, foi publicado esporadicamente antes de 1962, em ocasiões que marcaram a atuação política da entidade universitária no cenário nacional, mas, entre março de 1962 e maio de 1963, ocorreu uma reorganização do periódico possibilitando a confecção de onze números. A revista foi concebida pelo seu corpo editorial e militantes da imprensa estudantil da época como sendo uma revista cultural, por abranger matérias de variados assuntos de interesse nacional para os setores que desejavam transformar a realidade brasileira. (EDITORIAL, 1962).

Os assuntos abordados nesse impresso vinculavam-se às diferentes dimensões sociais e possuíam forte apelo nacionalista, democrático e desenvolvimentista. Os textos publicados na revista *Movimento* raramente divergiram no que diz respeito às causas do problema brasileiro e a maioria concentrava seus esforços na crítica ao imperialismo e ao latifúndio<sup>10</sup>, vistos como os maiores obstáculos à emancipação nacional, ou seja, ao desenvolvimento econômico capitalista independente e de bases industriais.

No início da década de 1960, na tentativa de concretizar o projeto de emancipação nacional, setores progressistas utilizaram de diferentes mecanismos para disseminar os seus ideais à população. No caso da UNE, representante de um público de

---

10. Para os comunistas e seus simpatizantes, ao ser introduzido na agricultura brasileira, o capitalismo conviveu com a grande concentração de terras e com antigas relações denominadas feudais, semifeudais e coloniais. Para os setores progressistas, como a UNE, as relações de produção agrícola, no Brasil, em 1960, eram concebidas como feudais, pois as relações de trabalho seguiam um padrão distinto das relações de trabalho nas indústrias e no comércio. Nas páginas da revista *Movimento*, os autores não aprofundaram as características que fundamentavam essa concepção. De maneira geral, o setor agrícola foi apresentado como arcaico por causa do sistema de latifúndio e das primitivas técnicas empregadas. Nesse estudo, os termos “feudais”, “semifeudais” e “coloniais” expressam a organização agrícola monocultora e latifundiária brasileira.

cem mil universitários em 1962, uma das ferramentas empregadas na difusão ideológica foi a imprensa escrita, ocorrendo assim a reedição da revista *Movimento* e que, já no seu primeiro número, colocou-se como canal oficial da disseminação do pensamento intelectual progressista brasileiro. (EDITORIAL, 1962).

Os editores do periódico oportunizaram às diferentes lideranças e representantes progressistas espaço para publicarem suas ideias no *Movimento*. O intuito era conseguir a adesão dos universitários na luta contra o imperialismo e o latifúndio pela ampliação da democracia e na superação do subdesenvolvimento. Essa postura diante da realidade nacional era considerada revolucionária por parte dos dirigentes estudantis e, nas páginas do periódico, é possível identificar o papel de vanguarda dos estudantes brasileiros no processo de libertação econômica do país.

As ideias progressistas presentes nas páginas do impresso *Movimento* foram analisadas a partir de sua base material, uma investigação que consiste em “[...] se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno.” (MARX, 2013, p. 128-129). Por meio desse método é possível reproduzir, no plano do pensamento, o movimento real do objeto de pesquisa, uma vez que o papel do historiador é fundamental para apreender a essência e não a aparência desse objeto.

Os estudos históricos da educação pela imprensa estudantil, assentados no materialismo histórico, permitem ir além da aparência, ou seja, além da análise minuciosa dos conteúdos, da estética do jornal e da descrição dos fatos ali registrados. As análises se direcionam ao universo concreto dos sujeitos que escreveram e que financiaram o periódico, uma vez que, conforme Marx e Engels (2007), é na vida real que está o pressuposto de toda a análise científica.

Como veremos a concepção de libertação nacional com base na crítica ao imperialismo e ao latifúndio, foi um dos temas mais abordados no impresso *Movimento*, bem como as características

da revolução brasileira. E a partir da fundamentação materialista da história, procuramos ir além da descrição da forma de consciência na tentativa de desvelar a influência da ideologia liberal no pensamento progressista da UNE e contrastar as ideias progressistas com os pressupostos marxistas<sup>11</sup>.

## **A REALIDADE BRASILEIRA EXPRESSA NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO MOVIMENTO**

A revista *Movimento* da UNE reuniu, em suas edições de 1962 e 1963, vários artigos de dirigentes estudantis, bem como de diferentes lideranças progressistas, como intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>12</sup>, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>13</sup> e da Ação Popular (AP)<sup>14</sup>, políticos da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)<sup>15</sup> e agentes

---

11. O termo marxista refere-se às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels.

12. Na revista *Movimento* é perceptível a influência dos isebianos, seja por meio das contribuições textuais como as de Carlos Estevam Martins, Paulo de Castro, Ignácio Rangel e Wanderley Guilherme dos Santos, de propagandas de livros publicados pelos teóricos e até mesmo nas posições da UNE frente à luta anti-imperialista.

13. O pensamento progressista da UNE também esteve associado às concepções do PCB que foi uma referência aos grupos de esquerda do país em diferentes momentos da República Brasileira. Dirigentes da UNE e os responsáveis pela produção do periódico *Movimento* ou eram simpatizantes ou militantes desse partido, e nessa revista encontramos textos dos comunistas Carlos Nelson Coutinho, Oduvaldo Vianna Filho, Ferreira Gullar, Carlos Diegues e Mario Alves.

14. Entre os principais nomes da AP estavam o sociólogo Herbert José de Sousa e o padre Henrique Vaz, ambos com artigos publicados no periódico *Movimento*. Além dessas lideranças Vinícius Caldeira Brandt, presidente da UNE e membro da AP também teve textos publicados na revista.

15. As teses da FPN resumidamente se concentravam em torno do estímulo à indústria nacional, uma política econômica externa mais independente e a defesa das riquezas naturais e culturais do país. Entre os políticos dessa frente nacionalista que tiveram suas ideias publicadas na revista *Movimento* estavam os deputados federais Sérgio Magalhães, José Neiva Moreira, Armando Temperani Pereira e Almino Afonso, este último assumiu, em 1963, o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Os temas debatidos por eles no periódico progressista versaram sobre reformas de base, Congresso Operário-Estudantil-Camponês, revolução brasileira e política econômica governamental, respectivamente.

do governo<sup>16</sup> de João Goulart. Além da questão educacional, em suas páginas foram abordados temas sobre a sociedade brasileira, nos seus mais variados aspectos, a partir da crítica ao subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, apresentando os direcionamentos a serem tomados para enfrentar esse problema nacional.

O pensamento progressista não foi um produto acabado de determinados sujeitos vivendo isoladamente. Cada grupo construiu suas concepções sobre a realidade brasileira, conforme sua materialidade, porque os homens e seus valores são resultados da história e de uma relação produtiva socialmente determinada (MARX, 1983). Assim, na medida em que certos indivíduos e grupos foram conquistando condições de se posicionar no contexto democrático brasileiro, as ideias progressistas se fortaleceram enquanto representação popular e passaram a ser divulgadas em seus meios de comunicação.

Em relação à democratização da informação ao povo, a imprensa universitária procurava entender e expor os problemas nacionais, porque “[...] a preocupação dominadora é a mesma, sempre: esse problema cramado Brasil. Esse problema social chamado Brasil. Essa cultura problemática chamada cultura brasileira. Essa desordem econômica chamada Brasil.” (MOVIMENTO, 1962b, p. 2). A revista *Movimento* da UNE, portanto, tinha como propósito colaborar na politização dos estudantes universitários a fim de motivá-los na luta pela transformação do país.

Entre os setores políticos progressistas, alguns tiveram maior relação com a UNE devido à presença de seus princípios no periódico *Movimento* e, se suas ideias estavam presentes nesse impresso, era porque a entidade universitária comungava desse pensamento e desejava disseminá-lo aos universitários que era seu público direto. Dessa forma, *Movimento* “[...] será uma revista

---

16. Entre os membros do governo de João Goulart que publicaram na revista *Movimento* destacamos: Virgílio Távora (Ministro da Viação e Obras Públicas), José Ermírio de Moraes (Ministro da Agricultura), Almino Afonso (Ministro do Trabalho e Previdência Social), Pedro Paulo de Araújo Suzano (Ministro da Marinha), Francisco Mangabeira (Diretor da Petrobrás), Dagoberto Rodrigues (Diretor-geral do Departamento de Correios e Telégrafos) e Moacyr Monteiro Netto (Diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro).



que, abrangendo múltiplos assuntos e estando aberta a todos as matérias de possível interesse para todos os leitores, deverá ser, por base, cultural.” (EDITORIAL, 1962, p. 3).

Nas páginas dessa revista, encontramos de maneira enfática a denúncia do imperialismo e do latifúndio como obstáculos à libertação nacional. Foram várias as matérias que abordaram as consequências negativas desses dois elementos na economia, na política e na cultura do povo brasileiro. Enquanto força progressista, a UNE estabeleceu para *Movimento* uma linha política de disseminação do projeto revolucionário anti-imperialista e anti-latifundiário, pois é “[...] a imprensa, certamente, o veículo principal para empolgar a opinião pública, encaminhá-la [...] para os rumos desejados por quem as dirige” (BARRETO, 1963b, p. 6).

A ordem do dia, ou seja, a campanha central dos progressistas em 1962 e 1963 era a libertação nacional, uma luta democrática pelo desenvolvimento econômico de bases capitalistas e enfrentamento do imperialismo e do latifúndio. Dessa forma, a UNE veiculou, nas páginas da revista *Movimento*, matérias que propagassem a ideia de soberania econômica, combatendo a exploração do capital estrangeiro e a forma de organização produtiva nas regiões agrícolas.

A UNE passou a defender a nacionalização de empresas consideradas estratégicas para o crescimento econômico independente, uma vez que tal condição favoreceria o nosso protagonismo mundial enquanto país capitalista. Um dos empreendimentos enaltecidos, nas páginas do *Movimento*, foi a Petrobrás, pois a estatização da produção de petróleo passou a representar a autodeterminação do povo brasileiro.

Petrobrás no Brasil significa independência, luta, vitória popular. Significa derrota das forças reacionárias, externas e internas. Significa afirmação da soberania nacional. É símbolo do binômio: povo-liberdade.



Os estudantes, que sempre assumiram posição de vanguarda na luta de emancipação do povo, mais uma vez estão a postos em defesa do integral monopólio estatal do petróleo: monopólio da extração, refino e distribuição. (EDITORIAL, 1963, capa).

Além da Petrobrás, outros setores industriais estatais também passaram a receber apoio da UNE, como, por exemplo, a Companhia Nacional de Álcalis, criada em 1943. Segundo o relato do presidente dessa fábrica à revista *Movimento*, coronel Geraldo da Rocha Lima, a companhia estava enfrentando forte pressão de grupos externos e internos monopolizadores que desejavam liquidá-la e com a ajuda da mídia tentavam desprestigiar esse empreendimento nacional (ALCALIS..., 1962).

O título da reportagem, “Alcalis abre caminho para o progresso”, já induz o leitor ao entendimento de que quanto maior fosse o investimento estatal na companhia maior seria o progresso do país. Tal luta exigiria do povo “[...] *dissabores e sacrifícios que serão facilmente vencidos pela chama do nacionalismo puro, que defende o Brasil para os brasileiros*”, bem como “[...] *amor às causas nacionais, devoção ao trabalho, fiel cumprimento do dever, com justiça, honestidade e espírito de compreensão e de confiança na direção da Alcalis e no governo.*” (ALCALIS..., 1962, p. 31).

Nesse cenário de crescimento industrial o domínio estratégico de alguns setores produtivos era considerado fundamental ao desenvolvimento nacional, segundo a perspectiva das lideranças progressistas e, por isso, a política de encampação<sup>17</sup> de empresas estrangeiras também foi veiculada nas páginas do *Movimento*, como sendo um exemplo de libertação do povo brasileiro. A matéria intitulada “Encampação: ato necessário”, procurou denunciar aos leitores a exploração do serviço telefônico no estado do Rio Grande do Sul pela International Telegraph and Telephone

---

17. A encampação é a desapropriação de empresas estrangeiras por meio de pagamento de indenização. A campanha pela encampação ganhou notoriedade durante o governo de João Goulart, fazendo parte das reivindicações de setores progressistas como a UNE.

Corporation, empresa de capital norte-americano que detinha 98% das ações da Companhia Telefônica Nacional naquela região. A par de sua absoluta incapacidade em atender as “[...] necessidades, cada vez maiores, de ampliação dêste importante serviço público, embora contasse com constantes aumentos e elevações tarifárias, a Companhia Telefônica Nacional era veículo de evasão de nossos recursos, propiciando fabulosos dividendos ao capital explorador (CERQUEIRA, 1962, p. 18).

A encampação dessa empresa, realizada pelo governador Leonel Brizola em 1962, foi exaltada pelo filósofo isebiano Wanderley Guilherme dos Santos<sup>18</sup> como uma das lutas “[...] *pe-las reformas necessárias à libertação do povo brasileiro [...]*” (SANTOS, 1962a, p. 26). Na época, a UNE chegou a publicar uma nota oficial em apoio ao “[...] *govêrno gaúcho quanto à encampação, fazendo notar que a medida fôra tomada em consonância com o interesse da população do Rio Grande [...]*” (CERQUEIRA, 1962, p. 18).

Outros empreendimentos estatais como o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., também foram apresentados na revista *Movimento* como sendo expressões do desenvolvimento nacional. No que diz respeito ao DCT, responsável pelos serviços de telecomunicações do país, o periódico procurou demonstrar a política nacionalista que estava sendo coordenada pelo seu diretor-geral, coronel Dagoberto Rodrigues.

Por meio de uma entrevista à equipe editorial da revista, o diretor do DCT apontou que o serviço da empresa era público e ao mesmo tempo deficitário, mesmo assim o Estado procurava mantê-lo visando o bem-estar da coletividade. O coronel Rodrigues utilizou a reportagem para tecer críticas às empresas estrangeiras por dominarem os setores altamente rentáveis,

---

18. Nas duas matérias elaboradas pelo intelectual Wanderley Guilherme dos Santos, na revista *Movimento*, seu nome aparece sem o sobrenome “Santos” e em uma delas o primeiro nome está transcrito com a inicial diferente. Nesse estudo utilizaremos o seu nome completo.

como o de telefonia e o Telex<sup>19</sup>. Diante de tal situação, o dirigente sugeriu a seguinte diretriz:

[...] centralização de todos os meios de comunicação. O que só pode ser conseguido com eficácia, através da encampação das empresas estrangeiras e do aparelhamento do serviço nacional, para que possa manter a eficiência indispensável ao mesmo serviço. Só assim teremos condições de obter renda através do Telex e de outros serviços, de fazer exploração industrial, para financiar o déficit decorrente de outros serviços prestados com intuito de utilidade pública pelos correios e telégrafos. (DCT..., 1963, p. 40).

Na mesma edição da revista em que apareceu a reportagem do DCT, outra matéria em defesa da nacionalização de determinados setores produtivos brasileiros buscou relatar a falta de investimento na infraestrutura comercial marítima, em especial as condições em que se encontrava a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Com o título “É preciso nacionalizar o comércio marítimo”, o artigo registrou que “[...] *o comércio marítimo de um país, quando dominado por capitais alienígenas, termina por estrangular o desenvolvimento de qualquer nação importadora e exportadora.*” (É PRECISO..., 1963, p. 41).

As matérias publicadas na revista *Movimento*, que abordaram a temática da nacionalização de determinados setores produtivos,<sup>20</sup> tinham o propósito de politizar o público estudantil sobre a estrutura da produção brasileira no processo de industrialização. Além disso, procuraram apontar que a alternativa progressista para o desenvolvimento econômico nacional era o combate ao domínio do capital estrangeiro por meio de maio-

19. O Telex foi um sistema de comunicação disseminado no Brasil durante a década de 1960 que consistia na transmissão de mensagens escritas via linha telefônica, por meio de uma máquina elétrica.

20. Os setores produtivos destacados na revista *Movimento* (edições de 1962 e 1963) foram: petróleo, barrilha, energia elétrica, comunicação e comércio marítimo.

res investimentos estatais nos setores considerados estratégicos e fundamentais para a ampliação do mercado interno.

Embora a ideologia liberal defenda o princípio de livre ação do mercado na economia e, conseqüentemente, a mínima intervenção estatal nas relações produtivas, em determinadas circunstâncias históricas caberia ao Estado:

[...] o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade. (SMITH, 1996b, p. 170).

As matérias do periódico *Movimento* da UNE endossavam a ideia de que o Estado na qualidade de investidor financeiro teria um papel fundamental no desenvolvimento econômico nacional. Essa concepção não significava a eliminação da propriedade privada e das classes sociais, era na verdade uma visão liberal baseada na evolução das forças produtivas de base capitalista com o objetivo de libertar o Brasil de “[...] *uma situação de subserviência e de estrangulamento* [...]”. (É PRECISO..., 1963, p. 41).

A presença do Estado na economia se altera a partir das condições históricas do capitalismo, às vezes, mais e às vezes menos atuante, mas jamais indiferente a ele. A história brasileira tem mostrado que, geralmente, o Estado é requisitado pela classe burguesa para salvaguardar a propriedade em momentos de crise econômica, ou em tempos de ampliação das forças produtivas, bem como para proteger a economia nacional de inimigos externos<sup>21</sup>.

---

21. Exemplos desses períodos, respectivamente foram: a crise mundial de 1929 que levou à crise do café ao seu ponto mais elevado; o crescimento do mercado interno com as duas guerras mundiais favorecendo o dinamismo da produção nacional, em especial o setor industrial; e finalmente as campanhas progressistas das décadas de 1950 e 1960 em prol da emancipação econômica e da luta anti-imperialista.

As ideias liberais não visam mudar o estado atual das coisas, ou seja, o modo de produção capitalista, elas podem até atrair para si, em determinadas condições históricas, alguns elementos aparentemente populares ou nacionais a fim de alterar algumas atividades, mas não o faz para emancipar o ser humano de toda e qualquer forma de exploração. O pensamento progressista veiculado na revista *Movimento* foi fruto das contradições do próprio sistema capitalista e acabou reproduzindo a sua concepção de sociedade.

O anti-imperialismo enquanto um dos pilares do pensamento progressista brasileiro não representava a extinção do capital estrangeiro no processo de crescimento produtivo. Alguns artigos publicados no impresso da UNE buscaram aprofundar esse tema a fim de conscientizar o estudante universitário sobre necessidade de regulamentação do investimento externo sem prejuízos à indústria nacional.

O economista José Clemente de Oliveira (1962, p. 14), em seu artigo “Capital Estrangeiro”, procurou apresentar a atuação do investimento externo em território brasileiro com o propósito de responder a seguinte problemática: “[...] *seria o capital estrangeiro indispensável ao desenvolvimento nacional?*”. Segundo o autor, o capital estrangeiro, ao se infiltrar em setores estratégicos, subordinava a nação brasileira exigindo favores governamentais e ocasionando a ridícula posição do Brasil de eterno explorado.

Essa situação de total liberdade atribuída ao capitalista estrangeiro estava prejudicando a ampliação dos empreendimentos nacionais devido à desleal concorrência, uma vez que as empresas estrangeiras desfrutavam de maior estrutura e de poder financeiro. Além disso, Oliveira procurou denunciar outras formas de exploração do capital externo como juros, lucros, dividendos, royalties, know-how e até mesmo a inflação foi destacada como um meio de enriquecimento desse tipo de capital.

Para conter a exploração do capital estrangeiro e gerar no Brasil um determinado grau de desenvolvimento enquanto eco-

nomia capitalista, o economista propôs “[...] *um crescimento econômico sempre maior do que o incremento vegetativo da população, a fim de que a renda per-capita cresça.*” (OLIVEIRA, J., 1962, p. 14). O mais importante naquele momento, na perspectiva do economista era ter consciência de que não poderíamos “[...] *pensar em crescer mais do que aqueles que tem a liderança mundial, pelo menos em curto prazo.*” (OLIVEIRA, J., 1962, p. 14).

A revista *Movimento*, ao publicar matérias sobre as principais problemáticas brasileiras, segundo o ponto de vista da UNE, não só explanava a situação, mas também apontava as alternativas de superação. No caso do artigo de Oliveira o crescimento econômico nacional dependeria de projetos políticos que controlassem a remessa de lucros, poupanças em bancos estrangeiros, financiamentos e empréstimos e, por isso, defendeu o projeto Celso Brant, destacando o item que regulamentava a remessa financeira para o exterior e a proibição aos bancos estrangeiros de receber depósitos nacionais.

A questão do capital estrangeiro também foi abordada pelo empresário e político do PTB, José Ermírio de Moraes, no artigo “Regulamentação de Lucros”. Por ser uma liderança empresarial, defendeu que “[...] *os industriais brasileiros em geral reconhecem a necessidade de investimentos estrangeiros na atual fase de desenvolvimento econômico.*” (MORAIS, 1962, p. 4), priorizando uma regulamentação que não destruísse a indústria nacional e que não afugentasse o financiamento externo.

Os empresários brasileiros, entre eles Moraes, exigiam uma política governamental que limitasse o capital estrangeiro na produção brasileira. Uma das propostas era a “[...] *criação de uma Comissão de Seleção de Investimentos do Ministério da Indústria e Comércio, com representantes da indústria, para julgar e selecionar propostas de investimento*” (MORAIS, 1962, p. 4). Em síntese, a ideia anunciada era disciplinar o capital externo em nosso país, empregando o critério da justiça para torná-lo útil ao crescimento econômico nacional.

A questão exposta pelo empresário foi uma das contradições do pensamento progressista veiculado na revista *Movimento*, pois a internacionalização do capital é um processo intrínseco ao modo de produção capitalista, logo os “[...] capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros [...]” (LÊNIN, 2011, p. 198). Portanto, a crença em um ordenamento jurídico justo e capaz de contribuir para que o capital externo verdadeiramente interessado em ter remuneração compensadora apoiasse o desenvolvimento nacional, não passa de uma concepção ilusória alimentada pela sociedade capitalista.

A regulamentação do capital estrangeiro no Brasil era uma solicitação dos grupos empresariais nacionais que enfrentavam a concorrência das empresas estrangeiras, considerada desleal. Acreditavam que, sem essa concorrência, as indústrias brasileiras poderiam expandir e atender o mercado interno, o que significava a ampliação de empreendimentos capitalistas em território brasileiro, porém não mais dominados pelo investimento externo.

O desenvolvimento industrial de base capitalista, visado pelo empresariado brasileiro, é uma ação considerada fundamental para o progresso do capitalismo e legitimado pelo liberalismo econômico por meio da teoria do crescimento econômico assim sintetizada:

[...] a demanda de assalariados necessariamente cresce com o aumento da renda e do capital de um país, não sendo possível o aumento sem isso. O aumento da renda e de capital é o aumento da riqueza nacional. A demanda de assalariados, portanto, naturalmente aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo simplesmente impossível quando isso não ocorre (SMITH, 1996a, p. 121).



A teoria do crescimento econômico legitima o modo de produção capitalista, admitindo a necessidade de expandir o fundo destinado à manutenção de mão de obra e ao desenvolvimento das forças produtivas para manter o ritmo de progresso e de riqueza da nação. Portanto, a ideologia liberal dissemina a ideia de que a acumulação de capital é imprescindível para evitar a regressão do país, exteriorizada nas condições de falência, salários miseráveis, desemprego, fome e mendicância.

Enquanto um canal de disseminação das ideias progressistas comungadas pela UNE, o impresso *Movimento* procurou informar aos seus leitores as reivindicações dos setores políticos nacionalistas, bem como as ações governamentais sobre essas pautas. Em relação à regulamentação do capital estrangeiro, um mês após a promulgação da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, (BRASIL, 1962), a revista publicou o artigo intitulado “A lei de remessa de lucros”. A intenção do autor foi apresentada da seguinte maneira:

Procuramos apresentar o projeto, comparando-o com o substitutivo Celso Brant. Evitamos entrar em considerações a respeito das vantagens e desvantagens da aplicação do capital estrangeiro em nosso País. Êste fato, bastante discutido nos últimos tempos, merece uma nova discussão, já agora, partindo da legislação em vigor. Para permitir esta discussão que se faz necessária e urgente, é preciso que o projeto (agora lei) seja amplamente conhecido. É esta a razão dêste trabalho. (CALLOU, 1962, p. 12).

Uma das funções do impresso *Movimento* era tornar amplamente conhecida, pelo menos entre o público estudantil universitário, as pautas consideradas fundamentais ao desenvolvimento econômico do país. Essa postura de comunicação das ideias progressistas era imprescindível naquele momento de luta contra as forças políticas consideradas reacionárias, uma



vez que a grande imprensa brasileira estava ligada a grupos econômicos poderosos.

É essa poderosa arma que, hoje, no Brasil, está caindo sob o domínio dos mais inconfessáveis interesses na luta contra a emancipação do povo brasileiro. Já agora, a liberdade de imprensa está sendo aniquilada e os reacionários tratam de se reagrupar primeiro em torno dos donos de jornais para, depois, liquidar o que de democracia resta no país. (BARRETO, 1963b, p. 6).

Conscientes da capacidade da imprensa escrita de formar uma opinião pública, a UNE fez uso da revista *Movimento* para propagar as ideias e as campanhas progressistas, consideradas a autêntica luta pela libertação do povo brasileiro que, como vimos, expressava concretamente a libertação econômica do Brasil, visto que acreditavam na possibilidade de um capitalismo nacional e independente capaz de promover o bem geral da população. Por meio de reportagens, matérias, reproduções de contos e peças teatrais, o periódico enfatizou o papel de exploração do imperialismo, em especial o estadunidense, no intuito de que os universitários tivessem uma postura diferente do personagem José da peça “Não tem imperialismo no Brasil”<sup>22</sup> de Augusto Boal, reproduzida nas páginas do *Movimento*.

A crítica ao imperialismo, no sentido de defender o desenvolvimento do capitalismo nacional, é uma contradição do pensamento progressista da UNE, pois essa entidade acreditava na possibilidade de um capitalismo brasileiro sem vinculação direta com a dimensão mundial dessa forma de organização produtiva. Mas, o imperialismo é uma etapa superior do capitalismo, uma fase monopolista derivada do desenvolvimento do poder de troca das mercadorias, seja interno ou externo, praticado pelos países.

---

22. Na peça há três personagens: Tio Sam, João e José e a discussão gira em torno de se há imperialismo no Brasil. José afirma não existir imperialismo no Brasil e mantém essa postura até mesmo quando chega a ficar nu ao final da peça, pois Tio Sam ao cobrar tudo que consome lhe arranca até a sua última vestimenta que era feita de linho irlandês. (BOAL, 1962).

(LÊNIN, 2011). Logo, imperialismo e capitalismo são originários da apropriação privada dos meios de produção e o primeiro é consequência inerente do segundo. Nesse sentido, o pensamento progressista de caráter liberal não consegue atacar o modo de produção capitalista que causa a concentração de capital.

Além da luta anti-imperialista, outra transformação a ser realizada no Brasil, para o seu desenvolvimento econômico nacional, era uma reforma fundiária, pois *“na sociedade brasileira a terra é apropriada em percentagem elevada por um grupo minoritário: a burguesia latifundiária que impõe através desta posse e de sua ideologia justificadora desta dominação sôbre uma maioria de camponeses.”* (UNIÃO NACIONAL..., 1962a, p. 24).

A crítica à estrutura latifundiária nacional partiu de vários setores formados por industriais, intelectuais, partidos políticos e movimentos sociais organizados e, por isso, esteve presente nas páginas do *Movimento*, apesar de ter sido menos problematizada do que a questão do imperialismo. Para esses setores que vivenciavam o crescimento do parque industrial, a urbanização, o incremento da infraestrutura energética e de transporte, a inovação do setor agrário também era imprescindível para o desenvolvimento do país.

Mas o progresso nas relações do campo, visado pelos setores nacionalistas, esbarrava nas condições materiais existentes na zona rural do Brasil, decorrentes de duas formas de dominação advindas da posse monopolizada da terra:

- 1) poder econômico: decidir sôbre os salários, os preços, a utilização e distribuição dos bens agrícolas, os mecanismos e instituições de financiamentos, créditos e comercialização. 2) poder político: através de sua participação direta no Estado brasileiro, no executivo, no legislativo, no judiciário, etc. utilizando-o através da política de investimentos e créditos executada por seus órgãos, de legislação garantindo-lhes determinados direitos, de justiça que mantém, e faz cumprir os direi-

tos assegurados pelo legislativo representativo de seus interesses mais ‘sagrados’. (UNIÃO NACIONAL..., 1962a, p. 24).

Em relação ao poder econômico exercido pelo proprietário de terra, esse domínio acabava geralmente favorecendo seus interesses. Um dos exemplos disso diz respeito às relações de trabalho no campo, pois os trabalhadores dessa região, ao contrário dos trabalhadores urbanos da indústria e do comércio, não foram contemplados na Consolidação das Leis do Trabalho regulamentada em 1943. Desse modo, até o ano de 1963 quando foi decretado o Estatuto do Trabalhador Rural, os trabalhadores do campo enfrentavam dificuldades para se organizarem politicamente e não possuíam uma legislação que garantisse um mínimo de direitos trabalhistas.

A legislação social e previdenciária dos trabalhadores rurais esbarrava num congresso constituído, sobretudo, por uma forte bancada ruralista. Assim sendo, esses trabalhadores estavam subordinados aos interesses privados locais e setoriais dos grandes proprietários, embora essas condições não tenham impedido que, na década de 1950, crescesse a mobilização pela regulamentação dos direitos sociais e pela reforma agrária<sup>23</sup>.

Mas é preciso salientar que, no sistema capitalista, independente dos direitos legalmente constituídos, na prática, os trabalhadores sempre estarão em desvantagem em relação aos donos dos meios de produção, conforme a exposição liberal de Smith (1996a, p. 119) acerca da remuneração do trabalho:

Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los.

---

23. Foi nesse período, por exemplo, que surgiram dois movimentos significativos na luta camponesa, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954) e as Ligas Camponesas (1955).

Não é difícil prever qual das duas partes, normalmente, leva vantagem na disputa e no poder de forçar a outra a concordar com as suas próprias cláusulas. Os patrões, por serem menos numerosos, podem associar-se com maior facilidade; além disso, a lei autoriza ou pelo menos não os proíbe, ao passo que para os trabalhadores ela proíbe. Não há leis do Parlamento que proibam os patrões de combinar uma redução dos salários; muitas são, porém, as leis do Parlamento que proíbem associações para aumentar os salários. Em todas essas disputas, o empresário tem capacidade para agüentar por muito mais tempo.

Além das condições citadas, a classe trabalhadora rural brasileira também possuía uma alta defasagem de alfabetização e por isso “[...] a zona rural é um celeiro não somente de produtos agrícolas, mas também, e principalmente, de analfabetos e semianalfabetos.” (UNIÃO NACIONAL..., 1962c, p. 12). Essa realidade, segundo a UNE, estava primeiramente relacionada ao fator “[...] social, oriundo da forma de produção utilizada no campo estritamente ligado a um determinado tipo de propriedade da terra – o latifúndio” (UNIÃO NACIONAL..., 1962c, p. 12).

Diante dessa conjuntura, favorável ao progresso econômico nacional de base capitalista, a UNE atacava diretamente o sistema latifundiário como responsável pelo subdesenvolvimento existente no campo e, conseqüentemente, de toda a nação e advogava uma série de reformas no setor rural a fim de concretizar a democratização econômica, social, política e cultural em nosso país. Entre essas reformas, a revista *Movimento* publicou uma proposta de reforma agrária<sup>24</sup> elaborada pela União Estadual dos Estudantes (UEE) de Goiás, representada naquele período

---

24. A pauta da reforma agrária não foi contemplada na revista *Movimento* como outras pautas progressistas, sendo uma questão pouco debatida no periódico. Segundo o comitê central do PCB, os camponeses constituíam a massa mais numerosa da nação, porém a sua organização política era pouco expressiva (PARTIDO..., 1958 Apêndice EM DEFESA..., 2000), e talvez isso tenha contribuído para que o tema da reforma agrária fosse pouco abordado na revista *Movimento*. Porém, essa constatação é um diagnóstico que merece maior aprofundamento teórico.

pelo seu presidente, o estudante de engenharia, Uassy Gomes da Silva, que também integrava a AP.

O projeto apresentado consistia na organização da propriedade rural em forma de Cooperativa Agrícola (C.A.) localizada em áreas tecnicamente estudadas que contaria com uma infraestrutura técnica e assistencial mantida pelo governo. Entre os serviços assistenciais estava a oferta de escolarização respeitando as peculiaridades regionais e produtivas iniciando assim “[...] os filhos dos lavradores para uma Escola de Iniciação Agrícola e, posteriormente, Escolas Agro-Técnicas, de Agronomia e Veterinária.” (GOIÁS, 1962, p. 2).

Sobre a propriedade da terra, cada família teria direito a cinco alqueires, tendo inicialmente o “[...] ‘título provisório’ da terra, devendo obedecer aos quesitos estipulados pela C.A. Ao final de três anos, ser-lhe-á dado o título de posse definitivo.” (GOIÁS, 1962, p. 2). O projeto ainda definia que a C.A. seria administrada por um colegiado formado por um lavrador eleito pelas famílias que constituíam a cooperativa, um representante da União e outro do governo estadual.

O projeto de reforma agrária da UEE de Goiás possuía elementos liberais, conforme exposto acima. Primeiramente, devido à proposta de educação aos filhos da classe trabalhadora, uma vez que a escolarização procurava atender as necessidades da produção capitalista e não tinha como objetivo a abolição das relações burguesas. Assim, alguns filhos de lavradores poderiam ser alfabetizados e até se tornariam técnicos na área agrônômica e veterinária, mas ainda continuariam sendo membros da classe trabalhadora e explorados pelos donos do capital.

Outro ponto do projeto, em que é possível identificar o princípio liberal que sustenta a racionalidade burguesa, é a questão da posse particular da terra, visto que o título definitivo da propriedade de cinco alqueires seria emitido ao lavrador após três anos de trabalho junto à cooperativa. Dessa forma, o governo estava garantindo o domínio privado da terra ao lavrador, pois

a “[...] área seria desapropriada pelo Estado sendo paga com a venda de apólices da dívida ativa do Estado, acrescido dos juros exigidos por lei.” (GOIÁS, 1962, p. 2).

A apropriação privada da terra, na qualidade de alicerce do modo de produção capitalista, gera para os trabalhadores efeitos negativos, pois esses indivíduos deixam de desfrutar integralmente do fruto de seu trabalho, enquanto, para os proprietários de terras, é positiva em razão de conseguirem por meio do trabalho alheio de seus empregados acumular capital (SMITH, 1996a). Desse modo, a propriedade privada divide os seres humanos em classes sociais antagônicas, a classe dos donos dos meios de produção e a classe dos que só possuem a sua força de trabalho para vender.

A ampliação da propriedade privada ocasiona, portanto, mais concentração de renda por uma minoria de indivíduos e mais exploração e miséria para a maioria populacional. Os dirigentes estudantis, em sua maioria, não pertencentes à classe camponesa e vinculados ideologicamente às concepções dominantes burguesas acabaram produzindo projetos de reformas ilusórias, ou seja, impossíveis de serem materializadas para os fins de justiça social na qual se inspiravam. Logo, a ideia de reforma agrária de cunho progressista, veiculada na revista *Movimento*, estava em harmonia com a ideologia liberal burguesa na preservação do sistema produtivo capitalista.

Embora, a revista *Movimento* tenha disseminado a ideia de que era preciso liquidar o latifúndio, por meio de reformas que ampliassem as pequenas propriedades para promover o desenvolvimento econômico nacional, o artigo do economista Ignácio Rangel expôs uma concepção mais realista sobre o destino da organização produtiva agrícola brasileira. Para o intelectual, de fortes influências isebianas e cepalinas<sup>25</sup>, o Brasil estava viven-

---

25. O termo “cepalina” se refere à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas criado em 1948 com sede em Santiago do Chile. A CEPAL foi um importante centro de ideias para pensar o desenvolvimento dos países de economia periférica e dependentes, colaborando para o projeto nacional-desenvolvimentista no Brasil.

ciando, em 1963, uma crise econômica e social, fruto de mudanças nas relações produtivas.

A crise presente suscitará, como tem acontecido, em condições semelhantes, o aparecimento de alguma pequena propriedade agrícola, mas é improvável que jamais essa forma de propriedade venha a ser característica do Brasil.

A mudança em perspectiva na agricultura não consistirá nisso, mas na **institucionalização** das relações capitalistas que estão surgindo no campo, a saber: aplicação aos trabalhadores agrícolas **já em regime de salário**, do direito trabalhista estabelecido, **mutatis mutandis**; destruição dos oligopólios comercializadores de bens agrícolas, que exercem verdadeira ditadura tanto sobre os produtos rurais, como sobre os consumidores urbanos. (RANGEL, 1963, p. 9, grifos do autor).

Na concepção do economista, o capitalismo industrial em pleno desenvolvimento no Brasil não conseguiria destituir a hegemonia da estrutura fundiária baseada nas grandes propriedades rurais e as mudanças se concentrariam nas relações de trabalho e na comercialização dos produtos agrícolas. Essa interpretação estava condizente com a realidade material da organização produtiva rural, conforme os dados levantados no Anuário Estatístico do Brasil.

Ao analisarmos o recenseamento do número de estabelecimentos agropecuários no país, em 1950 e 1960, constatamos que, apesar da industrialização brasileira ter crescido consideravelmente ao longo da década de 1950 e a inovação tecnológica tenha sido implementada em alguns setores produtivos agrícolas, o sistema de latifúndio ainda prevalecia na zona rural. As informações sintetizadas no Quadro 1, demonstram que, nas maiores áreas territoriais, havia em 1950 um número pequeno de esta-

belecimentos agropecuários, algo comum quando analisamos o Quadro 8 que faz referência à década de 1960.

Quadro 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 1950 no Brasil

Área Territorial (ha*)	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área (ha)
Menos de 10	711.249	34,46%	3.033.299	1,30%
De 10 a menos de 100	1.052.109	50,97%	35.601.623	15,23%
De 100 a menos de 1.000	268.150	12,99%	75.563.939	32,33%
De 1.000 a menos de 10.000	31.053	1,50%	73.261.522	31,35%
10.000 e mais	1.653	0,08%	46.245.091	19,79%
<b>TOTAL</b>	<b>2.064.214</b>	<b>100%</b>	<b>233.705.474</b>	<b>100%</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO... ,1955).

Adaptado pela autora.

\*Área territorial medida em hectares.

Quadro 2 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 1960 no Brasil

Área Territorial (ha*)	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área (ha)
Menos de 10	1.499.545	44,77%	5.923.077	2,23%
De 10 a menos de 100	1.494.548	44,62%	47.697.859	17,97%
De 100 a menos de 1.000	315.119	9,41%	86.291.939	32,51%
De 1.000 a menos de 10.000	31.175	0,93%	72.794.549	27,42%
10.000 e mais	1.710	0,05%	52.743.376	19,87%
<b>TOTAL</b>	<b>3.342.097</b>	<b>100%</b>	<b>265.450.800</b>	<b>100%</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO... ,1962).

Adaptado pela autora.

\*Área territorial medida em hectares.



Ao compararmos os dados do Quadro 1 e 2 percebemos um crescimento na quantidade de estabelecimentos agropecuários entre 1950 e 1960 em todas as áreas territoriais. Mas, quando contrastamos o número de estabelecimentos com a área total em porcentagem, identificamos que nas maiores extensões ocorreu uma queda do número de estabelecimentos. Essa constatação aponta que, apesar do aumento das áreas cultivadas - produtividade agrícola -, a concentração fundiária brasileira se manteve ao longo do processo de industrialização entre os anos de 1950 e 1960.

O monopólio da terra e de outros setores produtivos se apresenta aparentemente em divergência à livre concorrência do mercado, pois o liberalismo econômico propaga a ideia de que o domínio exclusivo impede a marcha natural da movimentação econômica, prejudicando o bem-estar geral da sociedade (SMITH, 1996a). Porém, a centralização dos capitais é imante à produção capitalista e entre seus desdobramentos está o aumento da miséria e da exploração da classe trabalhadora. (MARX, 2013).

Portanto, a ideia progressista de eliminação do latifúndio, presente nas páginas do *Movimento*, não se concretizaria porque, ao mesmo tempo em que a UNE criticava o monopólio das áreas de produção agrícola, a entidade universitária defendia um desenvolvimento econômico nacional de base capitalista. Logo, aquilo que combatia era o desdobramento daquilo que buscava preservar.

O posicionamento ideológico das lideranças estudantis universitárias se fez presente em seu meio de comunicação impresso e foi fruto do seu comportamento material. Naquela época, essa elite cultural vivenciava o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil e confiava que o progresso econômico do Brasil atingisse de forma universal todas as classes sociais. Porém, no capitalismo, a apropriação privada dos meios de produção e o acúmulo de capital acarretam a ampliação da pobreza,

uma vez que nesse sistema a riqueza tem origem na exploração do trabalho.

Desta forma, a industrialização de base capitalista não garante à totalidade da população uma ascensão de seu padrão de vida e o desenvolvimento do ser humano em todos seus sentidos. No máximo, se a classe operária trabalhar duro, pode viver momentaneamente de forma suportável e obter “[...] um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável” (ENGELS, 2010, p. 116).

A UNE procurou utilizar a revista *Movimento* como um canal de comunicação do pensamento progressista brasileiro e atuar revolucionariamente no processo de libertação nacional, “[...] a fim de informar o que a imprensa oficial escamoteia, dizer o que a imprensa oficial esconde [...]” (MOVIMENTO, 1962b, p. 2). Segundo seus editores, a função do periódico era dizer a verdade e a verdade era mostrar que o Brasil vivenciava, no início da década de 1960, uma fase pré-revolucionária.

Cabe, aqui, fazer referência ao atual estágio da luta estudantil e às perspectivas do movimento universitário. Vivemos, hoje e aqui, uma fase pré-revolucionária do processo brasileiro. As contradições brasileiras estão aí, complexas, a exigirem solução, superação, progresso. Cabe aos estudantes participarem do momento presente, lutar, alcançar vitórias. (BRANDT, 1962, p. 27).

Uma das formas de participação da UNE nesse período de intensas contradições sociais foi divulgar, por meio do impresso *Movimento*, ao público estudantil universitário a existência de um processo revolucionário brasileiro em curso no país. Além da própria entidade universitária e de seu presidente nacional, outras lideranças progressistas como intelectuais, dirigentes partidários e representantes políticos produziram artigos sobre a revolução brasileira e o papel da Frente Única nesse contexto.

Em março de 1962, durante a abertura da exposição Semana de Cuba<sup>26</sup>, na sede da UNE, algumas lideranças de movimentos sociais brasileiros se posicionaram a favor do processo revolucionário cubano, pois ele expressava a soberania dos povos latino-americanos. O professor da Universidade do Maranhão, Padre Alípio Freitas<sup>27</sup>, ao dirigir as palavras aos participantes do evento declarou “[...] *Cuba fez a sua revolução. Nós faremos a nossa.*” (CUBA, 1962, p. 2).

Na visão progressista da UNE, a revolução brasileira caminhava para uma fase radical em que a agitação da luta de classes se tornava cada vez mais intensa, porém, naqueles primeiros anos de 1960 era preciso que as forças populares, independentes de seus interesses particulares, se unissem em torno da campanha anti-imperialista. Dessa forma:

É possível inferir de nossa realidade que a contradição de classes torna-se mais e mais aguda, mas impossível não compreender que ela só poderá ser efetivamente superada, com a superação dos entraves espoliadores da dominação externa. É possível inferir que a revolução brasileira caminha para um termo radical, mas impossível não compreender que a primeira tarefa revolucionária é **converter em internas as contradições brasileiras**, suprimindo, inicialmente, a espoliação imperialista, sejam quais forem os métodos adotados para tanto (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 29, grifo do autor).

Para os dirigentes estudantis universitários, a superação das contradições de classe só poderia ser efetivada após a supressão da exploração imperialista. Esse pensamento estava diretamente

26. A exposição Semana de Cuba foi inaugurada dia 21 de março de 1962 e contou com o patrocínio do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE e de lideranças políticas e partidárias, intelectuais e representantes da imprensa. O evento era sobre o Ano de Educação e as Artes Plásticas em Cuba. (CUBA, 1962).

27. Padre Alípio Freitas era militante das Ligas Camponesas na região do Maranhão e foi preso em 1962 por suas ações políticas em favor dos camponeses. Sobre sua prisão ver nota publicada na revista *Movimento* sob o título “Prisão do Padre Alípio”. (INFORME, 1962b).

relacionado ao “[...] *papel da burguesia nas condições atuais, quer dizer, quando a luta anti-imperialista está sendo conduzida sob sua hegemonia.*” (SANTOS, 1962b, p. 36, grifo do autor). Logo, ao liderar o processo revolucionário, enquanto classe dominante de um regime capitalista, a burguesia nacional não era capaz de priorizar a superação das contradições de classe, porque isso representaria sua autocondenação.

Diferentemente de Cuba em que o processo revolucionário teve como meta a implementação imediata do socialismo, no Brasil, alguns setores políticos como o PCB e a AP até chegaram a propor essa forma de organização social para a solução dos problemas nacionais, porém, como conquista posterior ao aniquilamento do imperialismo. A UNE, liderada por três presidentes da AP no período de 1961 a 1964, chegou a publicar na revista *Movimento* um texto do militante comunista Carlos Nelson Coutinho no qual destacou que a revolução brasileira:

*[...] não visa de imediato a extinção da propriedade privada (e das formas de exploração do trabalho que a ela se ligam) [...] Entretanto, em seu aspecto dialético, projetando para um futuro já bem palpável, esta revolução deverá se resolver cada vez mais em soluções socialistas, e como tal eliminar, inteiramente, estas formas de exploração social e econômica que são as do capitalismo. Nesta perspectiva socialista, aliás, reside a integral resolução dos problemas do Homem brasileiro, e como tal deve estar inclusa na luta, que é também a do universitário, por uma sociedade mais justa e mais humana.* (COUTINHO, 1962, p. 25).

Em outra edição do *Movimento*, uma das maiores lideranças do PCB também se pronunciou em relação ao processo revolucionário brasileiro e à atuação dos comunistas<sup>28</sup> naquele contexto. Para Luiz Carlos Prestes:

---

28. No que diz respeito aos princípios marxistas assimilados pelos comunistas, vale lembrar que no Brasil ocorreu uma assimilação entre os princípios do marxismo e do positivismo, causando uma confusão conceitual da teoria de revolução no interior do partido. (DEL ROIO, 2007).

Tendo como objetivo pragmático final o estabelecimento do socialismo, *os comunistas brasileiros lutam por um governo que assegure a plena emancipação econômica do país, a eliminação da estrutura agrária atrasada, a ampliação das liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares, bem como uma política externa independente. Estão certos de que estas transformações constituem etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo.* (SILVA; CASTRO; GUIMARÃES, 1962, p. 5).

Embora o socialismo tenha sido meta de determinados grupos políticos de esquerda durante as agitações sociais ocorridas no governo de João Goulart, a UNE procurou demonstrar que esse projeto não era aceito universalmente pelos estudantes universitários. Essa constatação ficou visível quando a entidade universitária, ao se pronunciar em relação ao bloqueio econômico dos Estados Unidos da América (EUA) à Cuba na seção de informes da revista *Movimento*, disse o que era “[...] preciso dizer, e o dizemos claramente, que **a parcela do povo brasileiro que são os seus estudantes, mesmo no caso em que não aceitem o socialismo, não admitem o que ora se faz contra Cuba.**” (INFORME, 1962a, p. 1, grifo nosso).

No interior da UNE havia várias facções políticas de esquerda<sup>29</sup>, em 1962, e, por isso, a existência de grupos partidários ao socialismo e outros contrários. Mas, a função do impresso *Movimento*, no contexto das reformas de base, era unir as forças populares numa Frente Única contra o imperialismo e o latifúndio, maiores inimigos do povo brasileiro, segundo os setores progressistas. Nesse sentido, a revista buscou homogeneizar seu discurso em torno de um projeto revolucionário anti-imperialista e antilatifundiário pela via democrática.

Esse posicionamento da UNE teve forte influência do PCB, até porque estudantes membros ou simpatizantes desse partido

29. Entre essas facções destacamos a Juventude Universitária Católica (JUC), a AP, a Juventude Comunista, a Política Operária, além de estudantes independentes. (SANFELICE, 2008).

faziam parte da cúpula administrativa da entidade universitária. Para os comunistas, era “[...] na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país.” (PARTDO..., 1958 Apêndice EM DEFESA..., 2000, p. 519).

A prioridade da luta pelo crescimento econômico nacional permitiu a difusão pelos comunistas da tese de uma aliança proletário-burguesa apesar dos interesses de classe contraditórios. Afirmavam que, embora “[...] explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista”. (PARTIDO..., 1958 Apêndice EM DEFESA..., 2000, p. 524-525).

A aliança entre burguesia nacional e proletariado deveria ser dirigida por esse último, por ser considerada a única classe capaz de manter a solidez política da Frente Única e radicalizar as reformas de base. No entanto, o que a história presenciou, ao longo das campanhas progressistas, foi a liderança da burguesia nacional, principalmente nas formulações das teses progressistas, fato que mereceu algumas reflexões publicadas na revista *Movimento* no sentido de identificar as contradições da revolução brasileira.

Em 1963, Mário Alves que militava no PCB e posteriormente se transferiu para o Partido Comunista do Brasil (PC do B)<sup>30</sup> por contestar a tese de aliança entre burguesia e operariado, publicou dois textos no impresso *Movimento* sobre os limites da burguesia nacional na Frente Única. No artigo “Reforma e Revolução”, o autor procurou tranquilizar as forças revolucionárias do Brasil sobre a participação delas na campanha das

---

30. Militantes descontentes com o projeto revolucionário do PCB fundaram em 1962 o PC do B, pois avaliaram que esse projeto não correspondia aos verdadeiros interesses do proletariado e se guiava pela lógica burguesa capitalista. (EM DEFESA..., 2000).

reformas de base, pois, embora fossem consideradas por ele como soluções parciais:

*[...] a luta pelas reformas, travada de modo acertado, pode acelerar o processo da revolução. Essa luta torna possível desferir golpes no imperialismo e nos setores retrógrados, aprofundar as contradições em curso, acumular forças revolucionárias no decorrer dos combates parciais, modificar o poderio relativo das forças em conflito e criar condições para as transformações radicais.* (ALVES, 1963b, p. 6).

A campanha pelas reformas de base não expressaria a revolução brasileira do ponto de vista da classe trabalhadora, mas como elas eram ditadas por questões objetivas e estavam na ordem do dia não poderiam ser negadas pelas forças revolucionárias que precisariam utilizá-las para abrir caminho às transformações radicais. Uma das maiores preocupações apresentada pelo jornalista e militante comunista, Mário Alves, aos leitores da revista *Movimento*, era a hegemonia da classe burguesa na luta anti-imperialista e antilatifundiária em curso no país.

A burguesia nacional foi apresentada por Mário Alves (1963b) como a classe vacilante da Frente Única e, dessa forma, seus projetos não expressavam as reformas efetivas exigidas pelas forças mais consequentes da frente nacionalista e democrática – operários e camponeses. Além disso, por não terem como meta final as reformas de base, as forças revolucionárias deveriam participar desse movimento e se manifestar sobre as propostas, bem como formular seus próprios projetos de transformação a fim de demarcar território político.

Em outro artigo, “Frente Única e a Burguesia Nacional”, Mário Alves ampliou o conceito de forças revolucionárias, acrescentando ao lado dos operários e camponeses as camadas médias urbanas, passando a denominá-las de forças básicas da Frente Única. Nesse texto, o autor reafirmou o caráter conciliador da burguesia nacional e sua incapacidade “[...] de romper com o sis-



tema imperialista, porque a êle se vincula pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e teme o avanço do socialismo.” (ALVES, 1963a, p. 30).

Como o objetivo do periódico *Movimento* da UNE era disseminar as ideias progressistas e esclarecer aos universitários as principais contradições que envolviam a revolução brasileira, a revista publicou, além dos dois artigos de Mário Alves, outros dois artigos, que seguem a mesma temática, do intelectual isebiano Wanderley Guilherme dos Santos<sup>31</sup>.

No artigo “A Direita no Brasil”, Santos procurou destacar que em 1962, ano das eleições para o Congresso Nacional, havia no campo político duas posições fundamentais em relação à estrutura econômica brasileira vigente, “[...] *de um lado, a esquerda – a qual propõe a transformação dêesses dados básicos – e, de outro, a direita – preocupada com sanar os desequilíbrios mais visíveis e inconvenientes do sistema sem, todavia, alterar-lhe os fundamentos.*” (SANTOS, 1962a, p. 27). A fim de manter inalterada a base econômica atrelada ao imperialismo e ao latifúndio, a direita teria como propósito esvaziar o conteúdo revolucionário das reformas de base e ao mesmo tempo levantar a bandeira do anticomunismo para fragmentar a formação da Frente Única.

Mas foi no texto “Fatos Sobre Limitação Fundamental da Burguesia” que Santos apresentou os limites da atuação revolucionária da burguesia brasileira, uma vez que essa classe não poderia reconhecer o imperialismo como fenômeno objetivo. E a razão disso seria decorrente:

[...] do fato de que uma crítica radical do imperialismo envolve simultânea discussão da validade contempo-

---

31. O intelectual Wanderley Guilherme dos Santos, em seu livro “Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil”, 1964, teceu várias críticas à ideologia nacional-desenvolvimentista definindo-a como ideologia da classe dominante e por esse motivo seu pensamento não se enquadrava às concepções predominantes dos primeiros anos do ISEB. (TOLEDO, 1997). Além dessa obra, o filósofo publicou em 1962 o quinto volume da coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”, intitulado “Quem Dará o Golpe no Brasil”, refletindo sobre as contradições políticas do período.



rânea do capitalismo como sistema social. Criticar o imperialismo, como fenômeno objetivo, é questionar sobre sua origem, na qual se encontra o próprio capitalismo, já que o imperialismo nada mais significa que o fruto do desenvolvimento do capitalismo, ele mesmo, quando se dá a fusão do capital industrial com o capital bancário. (SANTOS, 1962b, p. 37-38).

Para o filósofo do ISEB, a burguesia nacional estava assumindo papel hegemônico no processo revolucionário e, por isso, era preciso que as forças básicas da Frente Única ficassem atentas, competindo a elas “[...] *empolgar a liderança do processo histórico brasileiro e, com fundamento nesta alteração substancial do poder político, determinar a estratégia para uma luta conseqüente e definitiva contra a espoliação estrangeira.*” (SANTOS, 1962b, p. 38).

Os artigos do comunista Mário Alves e do isebiano Wanderley Guilherme dos Santos, publicados no *Movimento*, tiveram a intencionalidade de politizar o público universitário sobre a importância do papel de vanguarda da classe trabalhadora no processo revolucionário brasileiro. Porém, conforme os próprios dados apresentados nas edições desse impresso, naquele momento histórico, os operários e os camponeses se encontravam limitados materialmente para assumir tal função.

Uma das condições materiais que impedia as camadas mais populares de assumirem a liderança política na Frente Única era o alto índice de analfabetismo que atingia essas camadas, no Brasil, nos anos iniciais da década de 1960. Desse modo, a maioria dos operários e camponeses não participavam das eleições e ficavam subordinados a um Parlamento majoritariamente burguês, além do mais, sem escolarização, eles não poderiam atingir um nível cultural que oportunizasse conhecer a realidade brasileira e as causas dos problemas sociais que os atingiam.

Outro fator restritivo é intrínseco à organização produtiva capitalista e as relações nela existente. Nesse sistema, as pessoas com poucos recursos financeiros e que só possuem a força

de trabalho para vender precisam desde muito cedo trabalhar e dispõem de pouco tempo para dedicar à sua formação intelectual e, quando estão em suas atividades produtivas, essas são tão simples e cansativas que desestimulam o seu desenvolvimento mental e seus interesses por outras atividades sociais. (SMITH, 1996b).

Em síntese, a grande massa trabalhadora, analfabeta e explorada pela burguesia, não possuía o tempo e os recursos necessários à sua formação política e precisaria ser mobilizada pelos setores médios urbanos da Frente Única. Mas, para que essa mobilização promovesse a mudança de comando do processo revolucionário para as mãos do proletariado, era preciso que até mesmos esses setores médios não perdessem a consciência de que: ‘A classe operária, como a classe mais revolucionária da sociedade, é a força mais consequente da frente nacionalista e democrática. Ela está interessada em profundas transformações de caráter anti-imperialista e anti-latifundiário, que abram caminho para o socialismo. (ALVES, 1963a, p. 30)’.

O pensamento progressista da UNE, veiculado na revista *Movimento*, transmitia uma ideia difícil de ser concretizada naquele momento histórico brasileiro, visto que as forças verdadeiramente revolucionárias, segundo a concepção dos comunistas, não conseguiriam assumir a vanguarda da revolução brasileira, dada as suas condições objetivas. Essa forma de consciência provinha de sujeitos socialmente elitizados, pelo grau de escolaridade e conhecimento cultural que possuíam, logo, suas teorias expressavam os limites do seu respectivo comportamento material.

Embora a UNE tenha sido classificada como uma entidade de perfil comunista pelos grupos políticos de direita<sup>32</sup>, seu projeto de revolução disseminado na revista *Movimento* não possuía como objetivos imediatos “[...] a constituição do proletariado como classe, a derrubada da dominação burguesa e a conquista

32. Entre os grupos políticos, destacamos a União Democrática Nacional (UDN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que utilizaram a imprensa para emitir a ideia de que a UNE era uma entidade comunista.

do poder político pelo proletariado.” (MARX; ENGELS, 2012, p. 59). A revolução comunista, defendida pelos filósofos Marx e Engels, tinha como princípio a supressão da propriedade burguesa, ou seja, da propriedade privada, questão essa que não apareceu vinculada à crítica ao imperialismo e ao latifúndio nas páginas do *Movimento*.

Além disso, a revolução comunista, diferente da revolução brasileira em curso no país, nos anos iniciais da década de 1960, é liderada pelo proletariado, pois,

[...]se, na luta contra a burguesia, o proletariado, por necessidade, se une numa classe, torna-se a classe dominante por meio de uma revolução e, como classe dominante, se vale de seu poder para abolir as velhas relações de produção, com isso ele abole também as condições para a existência do antagonismo de classes, abole as próprias classes e, desse modo, sua própria dominação como classe. (MARX; ENGELS, 2012, p. 69).

A partir do conceito marxista de revolução comunista, observamos que o processo revolucionário brasileiro não possuía como meta a abolição do antagonismo de classes, uma vez que as forças revolucionárias que constituíam o povo reuniam grupos sociais distintos e esses grupos não foram apresentados como classe proletária, demonstrando que o objetivo principal naquele momento era a manutenção da organização produtiva capitalista. Na consciência progressista, comungada pela UNE, havia a crença de que a novidade revolucionária estava na substituição da minoria pela maioria expressa no povo:

O nôvo no processo político, está justamente em que a classe dominante minoritária, ou a associação de classes dominantes minoritárias – no caso, principalmente latifundiários e parte da alta burguesia – não será substituída por uma nova classe dominante minoritária, mas

por todo o conjunto que compreende o *povo*. Isto é: não será possível à parte da burguesia que se integra no *povo* realizar a revolução com o apoio de todo o *povo* e, conquistado o poder, alijar o restante do *povo* da participação nele. (SODRÉ, 1962, p. 39, grifos do autor).

No impresso *Movimento*, algumas publicações, conforme analisamos, até trouxeram à tona os limites da burguesia nacional na luta contra o imperialismo e a importância de elevar a classe operária como a vanguarda revolucionária, porém o discurso concentrou seus esforços na convergência das forças populares para o enfrentamento de um inimigo em comum. Desse modo, a constituição da Frente Única era o fator mais importante a ser realizado pelos setores progressistas naquela etapa da revolução brasileira e, por isso, esse assunto foi extremamente difundido pela revista da UNE.

Para realizar um programa econômico que liberte efetivamente a sociedade brasileira da dominação a que está submetida, torna-se clara e imperiosa a necessidade de união por parte de todas as forças interessadas em dar aos problemas as soluções que favoreçam ao povo. É mais claro ainda que quem estiver verdadeiramente empenhado em concretizar tais soluções não haverá de discriminar, entre aquelas forças, quais as que podem ou devam participar da luta, pois esta é e será cada vez mais árdua exigindo a participação de todos, em todos os momentos. **Politicamente, o que se coloca na ordem do dia para os setores progressistas é a maior arregimentação de forças possível**, do que depende fundamentalmente a obtenção daquelas medidas realmente favoráveis ao povo (SANTOS, 1962a, p. 26, grifo nosso).

Era unânime, na consciência dos autores que publicaram textos na revista *Movimento*, a heterogeneidade dos setores que

constituíam a Frente Única, mas essas particularidades não deveriam ser colocadas em pauta naquela etapa da revolução brasileira devido ao seu caráter anti-imperialista e antilatifundiário. Naquele momento, portanto, era necessário “[...] mobilizar para esta luta tôdas as fôrças interessadas na emancipação e no progresso do país.” (ALVES, 1963b, p. 29).

A Frente Única foi projetada, segundo os setores progressistas, a partir dos fatores objetivos decorrentes das contradições brasileiras que se aguçavam no início da década de 1960. No sentido de reunir o maior número de setores populares na luta pela libertação econômica do país, a UNE utilizou a revista *Movimento* para propagar essa ideia e estimular a participação da base estudantil universitária nos movimentos nacionalistas e democráticos e envolvê-la nas ações de conscientização política das massas.

Nas páginas do periódico *Movimento*, encontramos relatos em que estudantes presenciaram a aliança de forças contra o imperialismo, como, por exemplo, o debate ocorrido no estaleiro de Mocanguê entre os operários e o diretor da Lloyd “[...] tendo êsse afirmado que precisávamos estar unidos, pois êle havia <puxado o rabo do leão> (as companhias estrangeiras de navegação) e o bicho era bravo.” (É PRECISO..., 1963, p. 42). Nessa reportagem, a UNE procurou demonstrar que a união entre os operários e os dirigentes de uma companhia estatal era fundamental para enfrentar o imperialismo e defender a economia nacional.

A revista também procurou mostrar o amadurecimento político das diversas forças populares e sua aglutinação em torno de um projeto revolucionário. A intenção era mostrar ao leitor que o Brasil vivenciava novos tempos de mobilização social pelas reformas estruturais e que os estudantes também faziam parte desse processo, ao lado de outros setores da sociedade.

A consciência das **lideranças sindicais** cresce...as **lideranças políticas** autênticas...descobrem a impres-

cindibilidade da ideologia comum...os **movimentos estudantis** começam a abandonar a fase romântica e improdutiva das agitações distantes do povo e se integram na vanguarda revolucionária...o **campesinato** dá os primeiros passos na senda organizativa...os **mi-litares**...descobrem também que em nome de nenhum falso princípio poderão empregar as armas que do povo recebem contra o próprio povo [...] os **empregados**, os **funcionários**, os **intelectuais progressistas**, os **liberais** próximos do povo [...] também se engajam no grande exército da redenção nacional que se está a constituir inapelavelmente. (PEREIRA, 1963, p. 25, grifos nosso).

Para Temperani Pereira, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e membro da FPN, a campanha das reformas de base teria reunido forças populares que vivenciavam em 1963 uma nova fase de organização política. Embora, em ritmo moderado a arregimentação revolucionária do povo levaria à guerra pela libertação nacional com a expulsão do imperialismo e, dessa forma, o “[...] *nosso povo propiciará ao mundo assistir ao canto do cisne do último sistema mundial de exploração de povo e nacionalidades.*” (PEREIRA, 1963, p. 25).

Outro representante político que se colocou favorável à união de forças para combater a dominação exercida sobre o país pelo imperialismo norte-americano foi o deputado estadual da Guanabara, Paulo Alberto Monteiro de Barros. Durante uma palestra realizada a convite do Centro Acadêmico José do Patrocínio da Faculdade de Direito de Campos, o deputado do PTB destacou:

Daí a necessidade de uma união geral, condição de vitória, de todos os que se interessam por uma revolução autêntica, que entregue o Brasil aos brasileiros – união que se traduz, hoje, pela chamada <frente única>, aglu-

tinação das forças sociais progressistas e interessadas na libertação do país. (MOVIMENTO, 1962a, p. 3).

Os políticos e progressistas participavam de eventos promovidos pela UNE e tiveram espaço na revista *Movimento* para a propagação de suas ideias nacionalistas e democráticas. Para os setores progressistas a Frente Única tinha uma importância histórica no curso da revolução brasileira, pois somente essa união de forças populares transformaria o sistema de governo e ascenderia o povo ao poder. Dessa maneira:

Um governo nacionalista e democrático deve ser a expressão da frente única no Poder. Do ponto de vista tático, o objetivo principal das forças que lutam pela emancipação e o progresso, é a realização de reformas de estrutura e a formação de um governo capaz de levá-las à prática. Consideramos que este governo pode ser constituído nos quadros do atual regime. Deverá ser um governo de coalizão, que represente as forças integrantes da frente única. (ALVES, 1963a, p. 31).

A partir das publicações veiculadas na revista *Movimento* percebemos que durante o governo de João Goulart e a campanha pelas reformas de base, havia por parte dos setores progressistas, entre eles a UNE, o entendimento da necessidade da formação de uma Frente Única para constituir um Estado nacionalista e democrático. Na concepção dos progressistas, era esse governo de coalização de forças que promoveria as reformas estruturais que emanciparia o Brasil e o colocaria no caminho do progresso.

A ideia da formação de um governo de expressão popular demonstra que a revolução brasileira, nos quadros daquele contexto histórico, deveria ocorrer por meios pacíficos e legais, formulação tática defendida pelo próprio PCB e comungada por várias agremiações políticas progressistas no Brasil no início de 1960. Não há, por exemplo, no impresso *Movimento* referências de luta popular armada ou do uso da violência contra o governo

brasileiro, revelando que, apesar da heterogeneidade do movimento estudantil em termos ideológicos, havia predominância da perspectiva revolucionária democrática.

Nesse sentido, a UNE procurou disseminar, por meio de sua revista que a luta revolucionária da qual os universitários tinham o compromisso de participar teria que ser uma luta pela via democrática. Nas páginas do *Movimento*, foram veiculadas diversas ações que expressavam essa posição política como: fomento à imprensa universitária com intuito de divulgar as teses progressistas; criação de campanhas de alfabetização e educação popular, formação de CPCs; apoio ao processo eleitoral; organização de eventos em solidariedade à Cuba; formulação de projetos de reforma agrária; realização de greve; promoção de eventos em prol de reformas na educação; apoio à edição de livros sobre os problemas nacionais.

Além de textos sobre a atuação da UNE enquanto setor da Frente Única e artigos sobre o papel dessa frente no processo revolucionário, a revista *Movimento* também produziu duas matérias sobre países latino-americanos com destaque para a atuação de uma frente popular anti-imperialista. Numa das matérias Jacobo Arbenz<sup>33</sup>, ex-presidente da Guatemala, descreveu quem eram as forças que conduziriam a revolução anti-imperialista em seu país.

Em meu país o processo revolucionário é obra de uma ampla frente democrática constituída pelos partidos legais e ilegalizados que representam o operariado, o campesinato, setores da pequena e da grande burgue-

---

33. Jacobo Arbenz, presidente da Guatemala entre 1950 e 1954, propôs um projeto político econômico voltado ao crescimento do capitalismo na Guatemala a partir de reformas estruturais como a desapropriação de terras estrangeiras e a nacionalização de recursos naturais. Por sua postura progressista foi deposto por um golpe de estado com apoio dos EUA. A reportagem publicada na revista *Movimento* foi cedida por Arbenz em Cuba ao intelectual isebiano Carlos Estevam em janeiro de 1962. Sobre a aliança da burguesia com os comunistas na Guatemala no período do governo de Jacobo Arbenz ver o subcapítulo “Guatemala: a autocrítica dos comunistas” na obra “O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais”, organizada por Michael Löwy.



sia. Desta frente única participa todo o povo embora dentro dela as forças mais decisivas sejam representadas pelo movimento operário, estudantil e campones (ESTEVAM, 1962, p. 23).

A constituição e o papel da frente popular democrática *guatemalteca* eram bem parecidos com a Frente Única brasileira, bem como o objetivo de ambas as coalisões. Apesar de admitir que, em alguns países, havia a possibilidade de uma libertação nacional pela via pacífica, o entrevistado salientou que, na Guatemala, a revolução ocorreria pela luta armada, uma vez que as forças revolucionárias “[...] *já tentaram explorar tôdas as formas de democracia que se possa imaginar [...]*”. (ESTEVAM, 1962, p. 24).

Numa outra matéria, a reportagem também destacou a opção pela luta armada das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) na Venezuela, porque o governo de Rómulo Betancourt teria fechado “[...] *o caminho e tôda e qualquer solução pacífica e o povo em vez de cruzar os braços, o que fêz foi tomar o fuzil e seguir na direção das montanhas.*” (OLIVA, 1963, p. 20). A FALN era formada por estudantes, camponeses, operários, profissionais liberais e militares, ou seja, representantes da população venezuelana descontentes com a exploração imperialista no país.

As duas matérias sobre o processo revolucionário anti-imperialista na América Latina, apontaram que a opção pela luta armada ocorreu devido ao posicionamento do próprio governo dos países que impossibilitaram as ações populares pelo caminho democrático. No caso do Brasil, em 1963, o regime presidencialista deu maiores esperanças de uma revolução anti-imperialista pacífica à UNE e, nas publicações da revista *Movimento*, desse mesmo período, a entidade universitária procurou disseminar a ideia de que, apesar da inclinação de João Goulart ao conservadorismo, o governo estava sendo pressionado cada vez mais pela aglutinação de forças progressistas.

Nas quatro edições do impresso *Movimento* do ano de 1963, encontramos três artigos<sup>34</sup> sobre o movimento sindical brasileiro, apontando a sua evolução política e sua atuação no contexto revolucionário dos anos iniciais de 1960. A intenção dos textos era mostrar o papel relevante dos trabalhadores sindicalizados na Frente Única.

Os trabalhadores depositam grande esperança na Frente de Mobilização Popular. Entendemos que no momento atual para que a luta do povo seja vitoriosa é fundamental que a Frente única, ou seja, a unidade de tôdas as forças comprometidas com esta luta, seja conseguida. Neste sentido, a Frente de Mobilização Popular é a possibilidade de dar organicidade e unidade maiores à Frente Única (LIMA, 1963, p. 12).

A revista *Movimento* procurava publicar matérias no sentido de incentivar a união das classes populares para a libertação econômica do país e utilizava para isso dados e fatos presentes na sociedade brasileira. Em relação à mobilização sindical, a UNE estava expressando um acontecimento real, porque o processo acelerado de industrialização<sup>35</sup> em nosso país, na segunda metade do século XX, provocou seu resultado mais imediato, ou seja, o aumento da classe proletária, a “[...] classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento” (ENGELS, 1982, p. 2).

---

34. O artigo “Um pouco de história do sindicalismo brasileiro” de Jorge Miglioli resgatou a história do movimento sindical no contexto do movimento operário nas primeiras décadas do século XX. (MIGLIOLI, 1963). O texto “A evolução das lutas sindicais” de Alberto Barreto destacou as lutas operárias no decorrer dos 110 anos de movimento operário no Brasil. (BARRETO, 1963a). A reportagem “O Movimento Sindical hoje” de Lucíola Silva Lima abordou o amadurecimento do movimento sindical e suas lutas no início de 1960 sob o olhar do dirigente sindical Luis Viegas da Mota Lima. (LIMA, 1963).

35. Em 1957, o setor industrial possuía o maior número de trabalhadores sindicalizados, por isso a região leste do Brasil era o local de maior concentração. (UNIÃO NACIONAL..., 1962d).

O movimento sindical brasileiro integra o movimento operário que por sua vez está diretamente relacionado com o crescimento industrial. Em contrapartida, o aumento do número de trabalhadores faz com que esses indivíduos, almejando melhorar as suas condições de trabalho e promover atividades de seus interesses, passem a se organizar em sindicatos. No Brasil, conforme o quadro a seguir, percebemos uma expansão dessa forma de organização política no período democrático entre 1945 e 1964.

Quadro 3 - Número de sindicatos por categoria no Brasil

	1945	1950	1960	1964
<b>Empregados</b>	872	1075	1608	1948
<b>Profissionais Liberais</b>	68	87	116	120

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1955 e 1962).

Adaptado pela autora.

A existência da democracia no Brasil, a campanha do plebiscito em 1963, as agitações em torno das reformas de base e a bandeira da Frente Única fez do início da década de 1960 “[...] *um momento adequado à sindicalização* (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 15). Nesse contexto, a UNE procurou veicular a integração do movimento sindical no processo revolucionário anti-imperialista e antilatifundiário, pois os trabalhadores compreenderam “[...] *que a luta pela solução dos seus problemas específicos é a luta pela solução dos problemas de todo o povo; solução esta que, por sua vez, está diretamente vinculada às soluções apresentadas para a resolução dos problemas nacionais*” (LIMA, 1963, p. 10).

Outro setor social considerado estratégico para fortalecer a Frente Única era o militar e, por isso, a adesão dos sargentos foi concebida pela UNE como um fato novo no movimento de libertação da pátria brasileira. Na última edição da revista *Movimento*, em maio de 1963, foi publicado o “Documento dos Sargentos” em que a corporação expõe a sua participação ao lado do povo pelas reformas que transformaria o Brasil em uma grande potência.

[...] queremos nos congratular com a união dos trabalhadores, estudantes e parlamentares progressistas e dizer a êstes homens que nós, sargentos, acompanhamos de perto o trabalho de esclarecimento que vem sendo feito ao povo, fruto do destemor patriótico das forças que compõe esta união (INFORME, 1963, p. 4).

A revista *Movimento*, enquanto canal de divulgação do pensamento progressista da UNE, procurou fortalecer a ideia da existência de uma Frente Única, composta por diferentes setores sociais e comprometida com a luta anti-imperialista e antilatifundiária pela via democrática. Embora, alguns textos tenham abordado o papel hesitante de setores como a burguesia nacional e apresentado exemplos de países que optaram pela luta armada, de maneira geral, o periódico expressou a concepção dominante na entidade universitária fundamentada na revolução pacífica.

A revolução brasileira, naquele momento histórico brasileiro, anos de 1962 e 1963, foi concebida pela UNE como uma luta contra o maior inimigo da nação – o imperialismo e seus agentes internos – e sendo um problema nacional era também um problema popular, pois atingia negativamente todos os setores sociais que dependiam diretamente do desenvolvimento do mercado econômico interno. Portanto, não houve espaço na revista *Movimento* para análises das particularidades de classes ou das contradições do sistema capitalista e da democracia burguesa.

As ideias veiculadas no impresso *Movimento* ocultaram elementos que poderiam dificultar a unidade de setores populares cujas diferenças são determinadas pelo modo de produção capitalista. Além do mais, a revista universalizou a ideia de que a única luta apropriada naquelas condições históricas do Brasil era a luta anti-imperialista e antilatifundiária, fazendo prevalecer a preservação das forças produtivas capitalistas no território brasileiro e reproduzindo a racionalidade liberal.

As propostas de transformações estruturais defendidas pela UNE e disseminadas em seu periódico careciam de uma análise

crítica mais radical da sociedade burguesa o que levou a entidade universitária a fixar-se num projeto de nação, cujas relações de produção e de trabalho continuariam acarretando antagonismos de classes. O projeto revolucionário veiculado nas páginas do *Movimento* era contraditório porque os universitários, em sua posição social, não possuíam os elementos necessários para radicalizar o movimento revolucionário e compreenderem que é na emancipação política da classe trabalhadora que está “[...] encerrada a emancipação humana universal.” (MARX, 2008, p. 89).

Portanto, durante os anos iniciais de 1960, a UNE não colocou como bandeira principal de suas campanhas denominadas revolucionárias a eliminação do capitalismo para concretizar o desenvolvimento nacional. E, neste sentido, é preciso destacar que as limitações eram materiais, pois, majoritariamente os estudantes do ensino superior no Brasil, nessa época, representavam uma parcela minúscula comparada à população total e em relação aos alfabetizados, devido suas origens sociais mais abastadas se comparadas aos filhos de trabalhadores rurais e urbanos.

Os pressupostos marxistas, ao caracterizar o processo revolucionário, apontam a existência de dois tipos de revolução. A revolução parcial ou política, em que uma parte da sociedade civil se emancipa e alcança o domínio universal e a revolução radical, cujo propósito seria a emancipação humana universal sem interesses particulares de classe. Marx apresentou essa distinção da seguinte forma:

O sonho utópico da Alemanha não é a revolução **radical**, a emancipação **humana universal**, mas a revolução parcial, **meramente política**, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Em que se baseia uma revolução parcial, meramente política? No fato de que uma **parte da sociedade civil** se emancipa e alcança o domínio **universal**; que uma determinada classe, a partir da sua **situação particular**, realiza a emancipação universal da sociedade. Tal classe liberta a sociedade

inteira, mas apenas sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe, portanto, por exemplo, de que ela possua ou possa facilmente adquirir dinheiro e cultura. (MARX, 2010, p. 154, grifos do autor).

A revolução parcial foi considerada utópica por Marx, porque não tinha como propósito a extinção das bases que originavam e estimulavam a divisão da sociedade em classes antagônicas, apesar das reformas provocadas. Ao contrário, a revolução radical, também denominada de emancipação humana universal, promoveria o aniquilamento dessas bases e, conseqüentemente, a supressão desse tipo de sociedade.

Com base nessa concepção, percebemos que as forças progressistas brasileiras, entre elas a UNE, ao valorizarem os interesses burgueses de fortalecimento do capitalismo nacional e se afastarem dos verdadeiros grilhões da sociedade brasileira, colaboraram para a manutenção do capitalismo e do liberalismo, impossibilitando, dessa maneira, a superação das contradições econômicas. Portanto, seu projeto revolucionário pode ser concebido como político, pois a situação particular que obstruía seus interesses eram o imperialismo e latifúndio e, desse modo, procuraram entusiasmar as massas e ser reconhecida como seu representante na luta democrática pelo desenvolvimento nacional.

Compreendendo que a revolução radical consiste na emancipação humana universal, inferimos que o projeto de revolução, presente nas páginas do impresso estudantil Movimento, possuía forte influência ideológica burguesa e restringiu-se ao campo político. A afirmativa procede da constatação de que, em vários artigos da revista, os autores centralizaram as causas das problemáticas brasileiras no imperialismo e na estrutura latifundiária e não em suas causas concretas, ou seja, a existência do modo de produção capitalista e suas contradições, o que colaborou para a manutenção dos pilares desse sistema.

Na sociedade capitalista, as distintas formas de consciência advêm do fato de os sujeitos coletivos pensarem a realidade a partir de sua posição, enquanto classe, frente ao seu papel social em determinadas condições impostas e suas mediações com outras classes. Também precisamos considerar que, apesar da principal contradição de classe no capitalismo estar concentrada na burguesia e no proletariado, existem sujeitos que não são donos dos meios de produção, porém, possuem condições privilegiadas na sociedade capitalista quando comparados aos proletários e, por isso, são diretamente influenciados pela ideologia liberal dominante.

As contradições do modo de produção capitalista, no Brasil, a partir da década de 1930 até 1964, contribuíram diretamente para o desenvolvimento de uma forma de pensamento denominada progressista, defensora da tese de libertação nacional que, naquela etapa histórica, significava o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro com maior autonomia em relação à política econômica externa. Enquanto canal de comunicação dos setores progressistas, a UNE procurou utilizar vários mecanismos para difundir o seu modo de pensar e agir no sentido de fortalecer o processo revolucionário democrático, anti-imperialista e antilatifundiário. Considerando isso, o periódico *Movimento* foi reestruturado para ser um canal desse projeto emancipatório e atuar revolucionariamente no movimento estudantil, segundo suas lideranças.

Na época da reedição do Movimento, havia uma intensa mobilização na imprensa universitária no Brasil, eram jornais e revistas elaborados por estudantes para estudantes e para o público em geral. Movimento ressurgiu para ser uma revista de base cultural, para informar sobre os múltiplos assuntos relacionados às problemáticas nacionais, a partir da perspectiva progressista da UNE. Foram onze edições entre março de 1962 e maio de 1963 e nelas se discutiu economia, política, cultura e educação, tendo



como pano de fundo a crítica ao imperialismo, ao latifúndio e a defesa da democracia.

A revista Movimento tinha como intuito alcançar o grande público, todavia, analisando o seu número de tiragens e os espaços de circulação do periódico, acreditamos que os leitores eram, na sua maioria, dirigentes e lideranças estudantis, além de intelectuais e artistas que colaboravam nas campanhas políticas da UNE. Nas edições com maior número de exemplares, o impresso chegou a produzir uma quantidade que representava 10% do total de estudantes matriculados nos cursos de graduação, em 1962.

O periódico Movimento teve um papel importante na politização da base estudantil que geralmente não tinha acesso direto às discussões e deliberações dos seminários promovidos pela UNE, bem como suas teorias e ações no campo progressista. Por ser uma revista de caráter cultural, procurou politizar os estudantes universitários sobre os diversos assuntos relacionados aos problemas nacionais. Além disso, atuando como um canal de propagação de ideias que colaborariam para a realização do projeto econômico e político, articulado pelos setores sociais progressistas, a revista também passou a reiterar as condições necessárias para o êxito de tal projeto denominado revolucionário.

Nas páginas do Movimento, a revolução brasileira foi definida como anti-imperialista e antilatifundiária a ser realizada pela via democrática, logo, a libertação do povo era, acima de tudo, a emancipação econômica do país, ou seja, seu desenvolvimento autônomo sob bases capitalistas industriais. Por este viés, quando se falava em reforma educacional, agrária, tributária e eleitoral, era do ponto de vista do progresso das forças produtivas nacionais para que o Brasil alcançasse o nível social das nações capitalistas hegemônicas e não a superação de um sistema baseado na divisão social em classes antagônicas.

A UNE se movimentou a partir de sua materialidade, portanto, sua produção impressa é a expressão de seu pensamento



e, se a ideologia está invertida, é porque o próprio homem está invertido no seu processo histórico de vida. (MARX; ENGELS, 2007). Sendo indivíduos privilegiados, economicamente e culturalmente, e influenciados pela ideologia liberal, os dirigentes universitários priorizaram em seus discursos o desenvolvimento econômico capitalista sob bases nacionais e, uma vez mantida essa estrutura social, conserva-se o subdesenvolvimento, o Estado Liberal e a defasagem escolar.

As ideias progressistas difundidas por *Movimento*, formuladas no contexto de crescimento industrial brasileiro, foi a expressão dos interesses de determinados grupos sociais que necessitavam transformar um projeto privado em um projeto coletivo, popular e nacional. No entanto, é importante destacar que esses indivíduos não agiram de forma mancomunada numa trama pré-concebida, uma vez que seus posicionamentos se vinculavam com sua própria existência no modo de produção capitalista e, também, por não serem provenientes da massa trabalhadora explorada, o que permitiu a reprodução da ideologia liberal.

Portanto, o pensamento progressista, veiculado na revista *Movimento da UNE*, apresentava princípios liberais e se desdobrou das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista existente no Brasil, no início da década de 1960. O estudo revelou, portanto, que as ideias estão conectadas diretamente à realidade material e a forma de consciência presente no impresso reproduziu a racionalidade dominante na época e se limitou a questionar a aparência dos problemas brasileiros que são os problemas do ser humano numa sociedade de classes.

## Referências

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910. Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.

ALCALIS abre caminho para o progresso. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 30-31, mar. 1962.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

ALVES, M. Frente única e a burguesia nacional. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 29-31, mar. 1963a.

ALVES, M. Reforma e Revolução. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 6-9, maio 1963b.

ARAÚJO, J. C. S. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista “A Escola” (1920-1921). In:

ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR, D. (Org.). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BAKHTIN, M. (Volochínov). Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, (2009 [1929]).

BARRETO, A. A evolução das lutas sindicais. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 35-38, abr. 1963a.

BARRETO, A. A liberdade de imprensa. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 8, p. 6-8, fev. 1963b.

BOAL, Augusto. Não tem imperialismo no Brasil. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 19-20, mar. 1962.

BOTO, C. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: UNESP, 1996.

BRANDT, V. C. Depoimento. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 26-27, set. 1962.

BRASIL. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Catálogo da exposição de história do Brasil. Tomo I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BRASIL. Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/79101-mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao>. Acesso em: Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, 27/9/1962, Página 10073 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4131-3-setembro-1962-353921-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Básica. MEC lança caderno da Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/79101-mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao>. Acesso em: jul. 2019.

CALLOU, C. A lei da remessa de lucros. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 6, p. 11-12, out. 1962.

CAMBI, F. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, C. H.; ARAÚJO, J. C. S.; NETO, W. G. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-195). *In*: ARAÚJO, J. C. S.; JÚNIOR, D. G. (Orgs.). **Novos temas em história da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CARVALHO, M. C. A escola e a República. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, M. M. C. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 111-120, mar. 2000.

CARVALHO, R. Notas sobre o ensino de Geographia. O Ensino - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, Paraná, v. 2, n. 2, abr. 1923. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105312>. Acesso em: jul. 2019.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996.

CATANI, D. B. Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista Ensino da Associação Beneficente do professorado Público de São Paulo (1902-1918). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERQUEIRA, M.. Encampação: ato necessário. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 18, mar. 1962.

### Como referenciar este artigo

COUTINHO, C. N. Inflação e contra-inflação. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 24-25, set. 1962.

CUBA. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 2, maio 1962.

CURY, C. R. J. Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CURY, J. C. R. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DCT faz política nacionalista. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 39-40, abr. 1963.

DEL R. M. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. Vol. 4, p. 73-134.

DEWEY, J. Democracia e educação: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

É PRECISO nacionalizar o comércio marítimo. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 41-42, abr. 1963.

EDITORIAL. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 3, mar. 1962.

EDITORIAL. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, capa, mar. 1963.

EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, F. Princípios básicos do comunismo. 1847. In: Obras escolhidas de Marx e Engels em três tomos. Lisboa: Avante, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ESTEAM, C. Entrevista com Jacobo Arbens. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 23-24, maio 1962.

GOIÁS. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 2-3, maio 1962.

GONÇALVES N., W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C.S.; GATTI JR, D. (Org). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

IANNI, O. A Construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 41 esp., p. 397-416, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>. Acesso em: 16 fev. 2019.

INFORME. Cuba, a que deve morrer. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, p. 1, nov. 1962a.

INFORME. Documento dos Sargentos **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 3-4, maio 1963.

INFORME. Prisão do Padre Alípio. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, p. 1-2, nov. 1962b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil - 1955. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Diretoria de Comunicação e Divulgação, 1955. Disponível em: <[https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1955.pdf](https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1955.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil - 1962**. Rio de Janeiro: Diretoria de Comunicação e Divulgação, 1962. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1962.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1962.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

LEHER, E. M. T. A “Revista Brasileira” e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, L. S. O movimento sindical de hoje. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 10-12, maio 1963.

LOMBARDI, J. C. Educação e ensino em Marx. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 2, n. 2, p. 20-42, 2010.

MARACH, C. B. Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910). Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 248.

MARX, K. Manuscritos econômicos- filosóficos – terceiro manuscrito. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. Miséria da filosofia. São Paulo: Ícone, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **Capital**: crítica da economia política. Livro I. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rubens Enderle; Leonardo de Deus. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

MIGLIOLI, J. Um pouco de história do sindicalismo brasileiro. *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 32-37, mar. 1963.

MORAIS, J. E. de. Regulamentação de lucros. *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 4, maio 1962.

MOVIMENTO. 1º Seminário de imprensa. *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 3, p. 2, jun. 1962b.

MOVIMENTO. P. A. *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 3, p. 3, jun. 1962a.

NAGLE, J. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/MEC; Edusp, 1974.

NASCIMENTO M. I, ZANLORENZI, C. M. P. e LEAL, S. do R. F. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 18, e 21365, p. 1-12, 2023 Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index>.

NASCIMENTO, M. I. M. A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P. Reflexões sobre a pesquisa em História da Educação. In: NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P.; SANTOS, M. L. F. B. dos (Orgs.). **História e educação**: pesquisas e reflexões. Curitiba, PR: CRV, 2017.

NORONHA, O. M. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República no Brasil (1889-1930). Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2009.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n. 5, 1993. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno\\_anped\\_no.5\\_set\\_1993.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf). Acesso em: 16 fev. 2019.

O ENSINO - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, Paraná, v. 1, n. 1, jan.1922. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105386>. Acesso em: jul. 2019

OLIVA. E. L. Venezuela: segundo território livre da América? **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 18-20, mar. 1963.

OLIVEIRA, J. C. de. Capital estrangeiro. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 13-15, maio 1962.

PARANÁ. Regulamento de Instrução Pública do Estado do Paraná, de 11 março de 1901. Arquivo Público do Paraná.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Resolução de 1958 do PCB. 1958. In: **EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. Apêndice, p. 515-532.

PEREIRA, T. Análise da revolução brasileira. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 24-25, maio 1963.

PERIOTTO, M. Educar para o bom governo: a reforma moral dos homens públicos no Jornal de Timon. In: MIZUTA, C. M. M.; FARIA, L. M. F.; PERIOTTO, M. (Org.) Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

PONCE, A. Educação e luta de classes. São Paulo: Cortez, 2001.

RANGEL, I. Plano Trienal e desenvolvimento. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 8-12, abr. 1963.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, 1992.

RIBEIRO, M. L. História das políticas educacionais: a questão das fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

RODRIGUES, E. e SILVA, M. J. de C. A. da. A imprensa pedagógica representada pela Revista Brasileira de Educação: uma fonte de pesquisa para a história da educação

SANFELICE, J. L. Dialética e pesquisa em educação. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas, SP: Alínea, 2008.

SANTOS, W. G. dos. A direita no Brasil. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 25-27, maio 1962a.

SANTOS, W. G. dos. Fatos Sobre Limitação Fundamental da Burguesia. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, p. 35-38, nov. 1962b.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. *In*: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, História, Historiografia da Educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. 1. reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, L. L.; CASTRO, P. F. de; GUIMARÃES, C. Hora e vez da boa escolha. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 6, p. 3-7, out. 1962.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Adam-Smith-A-Riqueza-das-Nacoes.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018. Vol. I.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Adam-Smith-A-Riqueza-das-Nacoes.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018. Vol. II.

SODRÉ, N. W. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

SODRÉ, N. W. Quem é o povo no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2.

SOUZA, R. F. Templos de civilização. A implantação da escola primária-graduada no estado de SP: 1890-1910. São Paulo: UNESP, 1998.

TOLEDO, C. N. de. ISEB: fábrica de ideologias. Campinas: UNICAMP, 1997.

TRINDADE, E. M. C. Clotildes e Marias: mulheres de Curitiba na primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. A estrutura do poder no país. Movimento, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 24-27, jul. 1962a.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Luta pela emancipação nacional. Movimento, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 29-31, jul. 1962b.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Realidade do analfabetismo no Brasil. Movimento, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 12-13, jul. 1962c.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Sindicalização urbana. Movimento, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 14-15, jul. 1962d.

VIDAL, D; CAMARGO, M. J. G. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

WARDE, M. J. Liberalismo e educação. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

ZANLORENZI, C. M. P. História da educação, fontes e a imprensa. Revista HISTEDBR Online. Campinas, n. 40, p. 60-71, 2010.

ZANLORENZI, C. M. P; NASCIMENTO, M. I. M. Revista “A Escola”: a expressão do liberalismo. In: XI Jornada HISTEDBR. A pedagogia histórico crítica, a educação brasileira e os desafios da sua institucionalização. Cascavel, PR. **Anais** [...]. Cascavel, PR, 23-25 out. 2013.

ZANLORENZI, C. M. P; NASCIMENTO, M. I. M. Análise da imprensa como fonte de pesquisa para a História da Educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 3, p. 1181-1192, jul./set. 2020. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v15i3.12706>

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, PUC-SP, v. 4, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 16 fev. 2019.



**Maria Isabel Moura Nascimento** - Pedagoga, Doutorado em História da Educação –Universidade Estadual da Unicamp, Profa. Produtividade CNPq, Integrate do Programa de Pós graduação em Educação UEP G e prof. Convidada do programa de pós graduação Unirovuma Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa «História, Sociedade e Educação» dos Campos Gerais - PR: HISTEDBR/UEPG bem como, participo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular e Cotidiano Escolar na UniRovuma (GEPECE).

E-mail: misabelnasc@gmail

<https://orcid.org/0000-0001-6243-9973>

**Claudia Zanlorenzi** - Pedagoga, Doutora em Educação, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória, Curso de Pedagogia. Integrante do Grupo de Pesquisa HISTEDBR - Campos Gerais; do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educativa - GEPPRAX( UNESPAR/UV). Dedicar pesquisas e discute as temáticas: Alfabetização (história, políticas, ensino), história da educação (especialmente periódicos educacionais), narração oral de histórias.

E-mail: aecmari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8937-6308>

**Carla Michele Ramos Torres** - Professora de História do IFPR - Campus Irati. Possui Graduação em História pela UEL (2004), Graduação em Artes Visuais pela UNIMES (2012), Especialização em História Social e Ensino de História pela UEL (2006), Mestrado em História pela UNIOESTE (2008), Doutorado em Educação pela UEPG (2019). Áreas de conhecimento: História, História da Educação, Imprensa Estudantil, Práticas Culturais e Identidades, Arte-Educação e Cultura afro-brasileira. Pesquisadora do Grupo Histedbr-Campos Gerais.

<http://orcid.org/0000-0001-7670-0909>

